



**Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)**  
**Pós-Graduação em Língua Portuguesa - Texto e Discurso**  
**Curso de Especialização em Revisão de Texto - Gramática, Linguagem e a**  
**Construção/Reconstrução do Significado**

**Davi Miranda Monteiro**

**VARIAÇÃO E MUDANÇA NA NORMA-PADRÃO**  
**DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:**  
**(des)caminhos da normalização**

**Brasília**

**2014**

**Davi Miranda Monteiro**

**MUDANÇA E VARIAÇÃO NA NORMA-PADRÃO  
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
(des)caminhos da normalização**

Projeto de pesquisa apresentado por Davi Miranda Monteiro como requisito para obtenção do grau de especialista em Revisão de Texto.

**Professora Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise de Aragão Costa Martins

**Brasília**

**2014**

**Davi Miranda Monteiro**

**VARIAÇÃO E MUDANÇA NA NORMA-PADRÃO  
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
(des)caminhos da normalização**

Projeto de pesquisa apresentado por Davi Miranda Monteiro como requisito para obtenção do grau de especialista em Revisão de Texto.

**Professora Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise de Aragão Costa Martins

Brasília, 17 de março de 2014.

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Aragão Costa Martins

---

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

---

Esta monografia é dedicada à memória de meus pais, Clarice Miranda Monteiro (1938-1999) e Genival Moura Monteiro (1933-2011), pessoas de simples formação intelectual e dotadas da mais poderosa forma de sabedoria existente no mundo — o amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração:

Ao meu “amigo-irmão” e parceiro profissional Alex Harlen dos Santos, que conheci durante minha graduação em Letras na Universidade de Brasília e por meio do qual muito aprendi (e aprendo até hoje) sobre gramática normativa e técnicas de revisão textual.

Aos meus amigos Hugo Carvalho, Débora Castro, Rosi Cardoso, Liv Chamma, Sílvia Parmegiani e Heverson Nogueira — todos eles revisores de texto —, pelas longas conversas realizadas em reuniões exclusivamente marcadas para debatermos o tema de minha monografia, e pelas inestimáveis críticas, sugestões e contribuições que deram para o meu trabalho acadêmico. “Atenciosos” e “prestativos” são palavras que não dão conta de representar todos os adjetivos que essas pessoas merecem.

À professora Denise de Aragão Costa Martins, docente dotada do mais extenso conhecimento de gramática tradicional que eu tive oportunidade de conhecer, e certamente a pessoa mais indicada para me orientar num trabalho acadêmico dessa natureza.

A todos os revisores de texto que se ofereceram gentilmente para participar do levantamento estatístico de minha monografia, a maioria dos quais eu não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente.

E, finalmente, à Força, à Energia, à Entidade Onisciente e Onipresente, à Consciência Suprema, incompreensível à inteligência humana, que rege o funcionamento de todas as coisas, cujo nome ou designação religiosa pouco importa diante da oportunidade que ela nos dá de viver, escolher, errar, perder e recomeçar — todo santo dia.

*Diante das possibilidades de uso diferentemente valorizadas na sociedade, o usuário, segundo a medida que tenha da extensão em que cada construção é prosrita, comporta-se sempre no sentido de preservar-se das discriminações que possam advir de suas escolhas. Não assim resolverá a questão o gramático ilustrado pelos princípios da ciência linguística, o qual tem assente que a língua é viva, que a gramática não é estanque, que as categorias não são discretas, que o equilíbrio que constantemente sustenta o sistema linguístico é, afinal, sempre instável, porque sensível às pressões do uso, porque subordinado às necessidades dos usuários da língua.*

(Maria Helena de Moura Neves)

## RESUMO

Esta monografia tem como finalidade analisar alguns casos de variação e de mudança no âmbito da norma-padrão do português brasileiro. A partir da identificação dos critérios de correção acumulados ao longo da história da gramática (e que são aplicados até hoje) e dos autores e instituições que se envolvem no estabelecimento e na manutenção da norma-padrão, será investigado como e por que se consolidaram (ou estão se consolidando) alterações e variações na norma-padrão, bem como que fatores interferem favorável ou contrariamente a essa consolidação. A relevância deste trabalho é justificada pela necessidade do conhecimento abrangente do revisor de textos diante das inúmeras restrições, filtragens e distorções que a norma-padrão sofre por meio de obras de referência e publicações diversas e pela importância do conhecimento crítico do revisor em relação às obras que consulta, com frequentes divergências sobre vários casos gramaticais. Além disso, nota-se que profissionais de revisão podem carecer de critérios seguros na escolha de fontes adequadas para consulta gramatical. Como se não bastassem as filtragens da norma-padrão e de não haver consenso entre autores da mesma geração, existe, por parte de setores envolvidos com o uso da norma-padrão, resistência e rejeição desnecessárias em relação a determinadas formas sintáticas e lexicais consolidadas no âmbito da linguagem culta escrita ou mesmo já abonadas por gramáticos contemporâneos. Como conclusão teórica, deduziu-se a importância de repensar a aplicação dos diversos critérios de correção na norma-padrão do português, priorizando as mais recentes análises científicas dos fatos linguísticos consolidados na língua escrita culta para atualizar a normalização. Como conclusão prática, constatou-se a necessidade da adoção, por parte dos profissionais de revisão, de uma postura crítica no procedimento de consulta a obras gramaticais, e de não submissão a uma única autoridade gramatical e não aceitação imediata, automática e irrefletida das prescrições de determinado autor da área, isto é, que não se admita como decisiva a assertiva de um autor apenas pela presunção de sua autoridade.

**Palavras-chave:** Variação e mudança. Norma-Padrão. Gramática Tradicional e Gramática Normativa. Correção. Revisão de texto.

## ABSTRACT

The objective of this monograph is to analyze some cases of variations and change in the area of a standard for Brazilian Portuguese. By identifying the correction criteria accumulated throughout the history of grammar (and which are still applied today) and the authors and institutions which have been involved in the establishment and maintenance of a standard, we will investigate how and why changes and variations in this standard have consolidated (or are consolidating), as well as whether factors favor or oppose this consolidation. This project is justified by editors' need for far-reaching knowledge in the face of countless restrictions, filters, and distortions that affect the standard through reference works and diverse publications, and the importance of the editor's critical knowledge in relation to the works he or she consults, with frequent disagreements regarding various grammatical cases. Furthermore, it is noted that editing professionals may lack safe criteria in choosing appropriate sources for grammatical consultation. As if the standard's filters and the lack of consensus between authors of the same generation, were not enough, among sectors involved with the use of the standard there is an unnecessary resistance and rejection of certain syntactic and lexical forms that are established in written formal language and even qualified by contemporary grammarians. A theoretical conclusion is the importance of rethinking the application of the various correction criteria to the Portuguese standard, prioritizing the most recent scientific analyses of linguistic facts consolidated in the written formal language in order to update standardization. As a practical conclusion, we see a need for revision professionals to adopt a critical position in consulting grammatical works, as well not submit to a single grammatical authority, and to not immediately, automatically, and unthinkingly accept prescriptions by a certain author in the area; in other words, they should not take an author to be decisive and assertive simply by virtue of his or her authority.

**Key words:** Variation and change. Standard. Traditional Grammar and Standard Grammar. Correction. Editing.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Desenho de Cornelis Cort (1565).....	13
<b>Figura 2</b> – Tricotomia coseriana .....	50
<b>Figura 3</b> – Relação de interdependência e determinação (Hjemslev).....	52
<b>Figura 4</b> – Representação dos estágios.....	53
<b>Figura 5</b> – Variedades linguísticas conforme o prestígio e o estigma sociais.....	56

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> – Preferências por publicações para consultas relativas à norma-padrão.....	72
<b>Gráfico 2</b> – Tipos de publicações mais usadas em consultas.....	73
<b>Gráfico 3</b> – Obras de referência que revisores possuem.....	73

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>Algumas distinções necessárias: tradicional, normativa, descritiva... ..</b>	<b>16</b>
<b>1 CRITÉRIOS DE CORREÇÃO: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA À ATUAL</b>	
<b>REALIDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 O princípio de <i>correção</i>: anterior à própria gramática .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 O nascimento da gramática e os primeiros critérios de correção .....</b>	<b>20</b>
1.2.1 Da Filosofia para a Filologia: o critério analógico .....	21
1.2.2 A Filologia (séc. III/II a.C.) e o critério de correção baseado na tradição escrita ...	22
<b>1.3 Século XVI: o latim como critério de correção .....</b>	<b>33</b>
<b>1.4 <i>Le bon usage</i> (século XVII): o critério do purismo .....</b>	<b>36</b>
<b>1.5 O retorno à Filosofia (século XVII): o critério de correção baseado na lógica.....</b>	<b>38</b>
<b>1.6 Século XIX: O português europeu como critério de correção.....</b>	<b>40</b>
1.6.1 José de Alencar e a “língua brasileira” .....	44
1.6.2 A revisão do Código Civil: polêmica entre Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa .....	45
1.6.3 Brasileirismo: um uso visto como erro em vez de correção.....	47
<b>2 SÉCULO XX: A DEFINIÇÃO DE “NORMA” NO ÂMBITO DA LINGÜÍSTICA E A</b>	
<b>POSTERIOR CONSOLIDAÇÃO DO TERMO “NORMA-PADRÃO” .....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 Antecedentes: o Estruturalismo .....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 O legado de Coseriu.....</b>	<b>49</b>
<b>2.3 Norma e uso.....</b>	<b>52</b>
<b>2.4 Dos anos 1960 aos dias atuais: críticas dos linguistas às ideias vigentes de <i>norma</i></b>	<b>54</b>
<b>3 NORMA-PADRÃO: LEGISLADORES, JUÍZES E EXECUTORES .....</b>	<b>58</b>
<b>3.1 Os gramáticos.....</b>	<b>58</b>
<b>3.2 Os dicionaristas.....</b>	<b>59</b>

3.3 Professores (populares) de português .....	62
3.4 Jornalistas.....	64
3.5 Manuais de redação e estilo .....	67
3.6 Sites e blogs com dicas de português .....	69
3.7 Levantamento estatístico: preferências de consulta para resolução de dúvidas quanto à norma-padrão .....	70
<b>4 O PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO E SUAS FASES .....</b>	<b>75</b>
4.1 Mudança ou variação já consolidada.....	76
4.1.1 Contração “de + o(a)(os)(as)” e “de + ele(a)(s)(as)” diante de verbos no infinitivo .....	77
4.1.2 Presidenta .....	80
4.1.3 Dupla concordância de um dos que .....	82
4.2 Mudança ou variação em andamento.....	87
4.2.1 Advérbio melhor como comparativo de superioridade antes de particípio.....	87
4.3 Indícios de mudança ou variação .....	91
4.3.1 Regência de verbos de movimento com uso da preposição em .....	91
4.3.2 Pronome reflexivo se como sujeito .....	94
4.3.3 Através de com o significado de por meio de .....	99
<b>5 COMO PROCEDER DIANTE DO CAOS DA NORMALIZAÇÃO? .....</b>	<b>101</b>
5.1 A interação entre descrição e prescrição: uma pendência a ser considerada .....	101
5.2 Os profissionais de revisão e o desafio de lidar com forças antagônicas .....	103
5.3 Obstáculos externos à questão.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE PREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

E Deus nom mi o quer dar,  
senom gram coit'em que sempre vivi,  
des que **vi ela**, que por meu mal vi [...].  
(CALVELO, séc. XIII, *Cancioneiro da Vaticana*, grifo nosso)

A fama das riquezas auríferas do Serro Frio, descobertas nos ultimos annos do século XVII, attrahia grande número de aventureiros de todos os pontos da capitania de Minas e de outros lugares, que **corrião** em busca de ouro. **Vinhão** em corpos separados, ou companhias armadas que se **chamavão** bandeiras.  
(SANTOS, Joaquim F. dos. *Memórias do districto diamantino*, 1868, grifo nosso)

Os textos supracitados, extraídos de obras dos séculos XIII e XIX, respectivamente, foram redigidos de acordo com os usos em vigor em suas respectivas épocas. Nesses trechos, é possível perceber padrões gramaticais que, posteriormente, deram lugar a outros padrões, alguns dos quais se utilizam ainda hoje, outros dos quais já se entendem como ultrapassados, em desuso ou estranhos.

Em certos casos, usos muito antigos permanecem na língua escrita de hoje por terem se consagrado no padrão culto do português, que foi modelado segundo a literatura de determinados períodos históricos (ELIA, 2002).

Em outras ocorrências, há usos da língua escrita que, embora tidos como corretos nos séculos XIII e XIV e consagrados na literatura de então — uso da terceira pessoa do singular e do plural como objeto direto em frases como “eu vi ele(s)” e “eu encontrei ela(s)” —, não encontram mais *abonação*: as gramáticas contemporâneas recomendam que essa construção deva hoje ser evitada (CUNHA, 2001, p. 288). Pode-se observar também que a diferença na colocação pronominal entre o texto da Constituição de 1824 e o da Constituição de 1891, distanciadas uma da outra por algumas décadas, é gritante (PAGOTTO, 1998).<sup>1</sup>

Todos esses exemplos servem para ilustrar a relativa estabilidade daquilo que se entende hoje como *norma*. Assim como as formas usuais da língua falada de determinado

---

<sup>1</sup> Segundo o autor, a constituição imperial é essencialmente proclítica, enquanto a republicana é enclítica. As diferenças vão além da questão pronominal e serão detalhadamente abordadas no item 1.6 deste trabalho.

momento desaparecem e dão lugar a novas formas, há analogamente uma transformação — embora mais lenta — de palavras e construções da língua escrita de um tempo em outros modelos (ou o surgimento de variações na linguagem culta que passam a coexistir com aquelas já existentes e normalizadas nessa mesma linguagem) que, dependendo de sua natureza, poderão ser abonadas pelos gramáticos de uma determinada época, ou seja, receber o aval como formas *corretas* de acordo com os crivos desses autores.

**Figura 1** – Desenho de Cornelis Cort (1565). Consagrada como uma das *sete artes liberais* na Roma Antiga, a Gramática passou a ser representada na Idade Média “como uma mulher instruindo seus alunos com um chicote ou vara na mão para reforçar a lição” (GIBSON, 2012, p. 235).



seu tempo, isto é, conforme as regras observadas pela variante linguística de prestígio que se

convencionou usar como padrão, seguindo, sob vários aspectos, a tradição literária da língua e os diversos critérios de correção conforme o pensamento gramatical de então.

Entretanto, por mais que se reconheça a existência de uma padronização para a língua escrita, surpreendemo-nos com a consulta a mais de uma obra de referência<sup>2</sup> para sanar uma mesma dúvida, identificando divergências sobre determinada regra. Tais discordâncias podem ser explicadas por diversos fatores: formas variantes, diferentes critérios de correção adotados pelos gramáticos, postura dos autores diante dos fenômenos da linguagem ou, em muitas ocasiões, uma mudança (em andamento ou já consolidada) na norma que rege aquela questão e ainda não reconhecida, compreendida ou aceita por certos autores em determinado momento.

A mudança e a variação na norma-padrão se dão porque, como fenômeno social e dinâmico, a língua sofre transformações que, cedo ou tarde, se refletem no uso geral de seus usuários, podendo ser consolidadas no âmbito de suas variantes linguísticas mais prestigiadas de modo a, posteriormente, alterar as regras que regem seus contextos formais e educacionais.

O presente estudo procura entender como se dão alguns processos de mudança e casos de variação na norma-padrão da língua portuguesa (isto é, a norma prescrita pelas chamadas gramáticas normativas) e apontar possíveis soluções para o problema que envolve os critérios de normalização,<sup>3</sup> que podem variar de gramático para gramático.

Pretende-se defender, com este estudo, a importância do conhecimento realmente abrangente — e crítico — do revisor de textos diante das inúmeras restrições, filtragens e distorções que a norma-padrão sofre por meio de autores e publicações diversas e a

---

<sup>2</sup> Para definir mais precisamente o termo no âmbito deste trabalho, entende-se como *obra de referência* o “documento que permite obter rapidamente uma informação ou referências de fontes de informação sobre um assunto determinado; obra de consulta. São obras de referência os dicionários, enciclopédias, manuais, guias, bibliografias, etc. A obra de referência é consultada apenas para se obter ajuda ou informação sobre um tópico e não para ser lida na totalidade” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 529).

<sup>3</sup> De acordo com Dubois et al. (2004, p. 435), “pode-se dizer que uma língua é normalizada quando os usos da língua foram relativamente estabilizados pelas instituições sociais: em Portugal, o português foi normalizado a partir do século XVI”. Independentemente de uma língua já ter sido normalizada, outras palavras, construções sintáticas e questões gramaticais podem ser normalizadas em determinados momentos históricos dessa mesma língua.

importância do conhecimento rigorosamente crítico do revisor em relação às obras que consulta, com frequentes divergências sobre vários casos gramaticais. Além de haver uma resistência (por parte de autores diversos) à admissão de determinadas formas sintáticas e lexicais consolidadas no âmbito da linguagem culta escrita e frequentemente abonadas pelas gramáticas normativas (frequentemente, em função de uma equivocada aplicação de critérios de correção que eles estabelecem), nota-se que profissionais de revisão podem carecer de critérios seguros na escolha de fontes adequadas para consulta gramatical.

O presente trabalho foi organizado em cinco capítulos. Inicialmente, serão pontuados diversos momentos importantes da história da gramática exclusivamente quanto à concepção de critérios de *correção*, a fim de identificar e descrever os mais notáveis princípios desenvolvidos em torno do uso *correto* de uma língua utilizados até hoje em nossas gramáticas.

A seguir, no capítulo 2, é abordada a construção do conceito de “norma” (ideia implícita desde a Antiguidade Clássica, mas que só adquire *status* científico no século XX) e a posterior consolidação do termo “norma-padrão” (bem como as primeiras críticas e os primeiros questionamentos ao acentuado conservadorismo conferido às regras estabelecidas sob este conceito, no decorrer do século XX).

O capítulo seguinte se propõe a identificar e analisar todos os atores que, de alguma forma, promovem o estabelecimento, a manutenção, os reajustes, o aperfeiçoamento e a mudança da norma-padrão, bem como a identificação de obras e instituições às quais se atribui, equivocadamente, autoridade para legislar sobre prescrições gramaticais e que também contribuem para filtrar e restringir opções de uso facultadas pela norma-padrão. É a ocasião em que se apresenta um levantamento estatístico a fim de avaliar o grau de importância que uma parcela específica dos usuários da língua — os profissionais de revisão — confere para as diversas (entre autênticas, contestáveis e até ilegítimas) autoridades e fontes gramaticais.



No quarto capítulo, procede-se à seleção de alguns casos de variação ou mudança na norma-padrão, classificando-os em três estágios:

- a) **variação ou mudança já consolidada:** palavras ou construções consideradas *corretas* por gramáticos antigos e contemporâneos, mas que ainda encontram resistência entre outros autores;
- b) **variação ou mudança em andamento:** palavras ou construções tidas como *erradas* por vários gramáticos antigos e contemporâneos, mas que já encontram abonação entre outros gramáticos, dicionaristas e defesa de linguistas;
- c) **indícios de mudança:** palavras ou construções sintáticas tidas como *erradas* de acordo com as normas em vigor, mas cuja *frequência de uso* — entre os usuários da norma-padrão — começa a bater à porta da normalização.

Após a análise desses casos é que se avalia, no capítulo 5, que postura tomar diante da diversidade dos critérios de normalização gramatical.

### **Algumas distinções necessárias: tradicional, normativa, descritiva...**

É comum as pessoas tratarem gramática tradicional e gramática normativa como sinônimos. De fato, os adjetivos “tradicional” e “normativa” são interpretados como formas semelhantes (ou como acessórias uma da outra) por um grande número de obras, como o *Manual de Redação da Presidência da República*, cuja introdução diz: “[...] Optou-se, assim, pelo emprego de certos conceitos da Gramática dita tradicional (ou normativa)” (MENDES, 2002, p. 30). Embora isso não traga dificuldades para o aprendizado prático do leigo, é oportuno fazer a devida distinção em âmbito científico. Como bem observou Neves (2002), “o

primeiro grande problema é que, sem discussão (até nos trabalhos acadêmicos), a gramática tradicional é simplistamente chamada de *gramática normativa*, e isso não é exato” (p. 43).

Cavaliere (2000) que observa que

uma indesejável precisão, comum na avaliação dos estudos gramaticais contemporâneos, diz respeito à pseudo-sinonímia entre *gramática normativa* e *gramática tradicional*. Se entendermos a gramática tradicional como a que se produz por longo decurso de tempo na pesquisa e no ensino de português, e que, portanto, tem raízes numa *tradição vernácula*, seria mais lícito caracterizá-la como gramática *descritivo-normativa*, visto que seus estatutos não se limitam a prescrever regras sem apoio teórico, inspiradas na mera arbitrariedade. Ocorre que a denominada gramática tradicional não descreve *todos os possíveis registros e variáveis do desempenho linguístico no corpo social, porém apenas o registro tido como de norma culta*, utilizada por falantes escolarizados mormente na linguagem escrita (p. 37-38, grifos do autor).

Com isso, fica claro que a gramática tradicional, como conjunto de acumulações históricas de usos linguísticos naturais ou monitorados, não deve ser entendida exclusivamente como de caráter normalizador. Nela, existe também o componente descritivo (restrito ao âmbito da língua culta), o que a leva a ser mais bem compreendida, portanto, como descritivo-normativa, e nunca como exclusivamente normativa.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Embora as obras mais representativas da norma-padrão brasileira sejam comumente classificadas como “normativas”, isso não significa que seus autores tratem, nelas, exclusivamente do aspecto normativo. Cunha e Cintra (2001) informam que sua obra — uma das mais prestigiadas entre os usuários cultos da língua — é “uma tentativa de *descrição* do português atual em sua forma culta” (p. xxiv, grifo nosso); Bechara divide sua obra em “duas partes principais: a primeira inteiramente teórica, e a segunda, *descritiva* e *normativa*” (HENRIQUES, 1998, p. 34).

## 1 CRITÉRIOS DE CORREÇÃO: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA À ATUAL REALIDADE BRASILEIRA

A fim de que se compreenda o modo multifacetado como vários autores interpretam e estabelecem a norma gramatical nos dias de hoje, é indispensável identificar a trajetória histórica por meio da qual foram concebidos o que se chama, aqui, de *critérios de correção*,<sup>5</sup> cujo surgimento e desenvolvimento — conforme será verificado — subordinam-se a acontecimentos-chave da história da cultura, da sociedade, da filosofia e até do país (no caso do Brasil). O que se pretende com este capítulo é certificar que o acúmulo de todos esses critérios na normalização linguística atual, somado à aplicação aleatória, arbitrária, parcial e irrefletida desses critérios por parte de vários autores contemporâneos, acabou resultando numa gramática normativa que — na totalidade das obras que a representam — é uma verdadeira colcha de retalhos: gramáticos dão explicações muito ou completamente distintas para fundamentar regras e para abonar ou condenar formas em uso na língua escrita culta, gerando, em muitos desses casos, divergências normativas.

### 1.1 O princípio de *correção*: anterior à própria gramática

Embora Platão já tratasse da noção de correção (séc. IV a.C.), essa abordagem se dava exclusivamente no âmbito da investigação da informação, não contemplando a correção linguística (BARATIN; DESBORDES, 1981 apud LEITE). Além disso, no momento inicial da

---

<sup>5</sup> Para definir adequadamente, no âmbito dos estudos da linguagem, a palavra *correção*, é importante relacioná-la e distingui-la da palavra *gramaticalidade*. Diferentemente do dicionário Houaiss, que trata as duas palavras como sinônimas (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1475), deve-se entender que “cada falante que, por definição, possui a gramática de sua língua [...] pode dizer se uma frase feita de palavras de sua língua está bem formada, com relação a regras da gramática que ele tem em comum com todos os outros indivíduos que falam essa língua; essa aptidão pertence à competência dos falantes, não depende nem da cultura, nem do grupo social do falante. [...] *O menino gosta de chocolate* é uma frase gramatical; ao contrário, *\*Gostar chocolate menino* é uma frase agramatical. [...] o falante constata a gramaticalidade ou a agramaticalidade, ele não formula uma apreciação” (DUBOIS et al., 2004, p. 318, grifos do autor); por outro lado, a “**correção é uma noção diferente da de gramaticalidade**. Diz-se que um enunciado é correto quando está de acordo não só com a gramática de uma língua, mas com as regras do “bem dizer” fixadas por uma camada social geralmente reduzida, mas socialmente dominante” (p. 159, destaque nosso).

chamada primeira fase dos estudos da linguagem (CARVALHO, 2000), a ideia de correção carece de qualquer prioridade, não assumindo nenhum papel central ou de relevância até então.<sup>6</sup> Na realidade, tal ideia nem mesmo foi concebida propriamente no campo dos estudos da Filosofia, mas numa área afim e problematicamente a ela associada:<sup>7</sup> “a própria noção de correção [...] não nasceu no campo da gramática, é anterior geneticamente a ela e, também, tem outra origem: a retórica, e foi daí que migrou para a gramática” (LEITE, 2007, p. 51).

De fato, independentemente do ensino da língua e antes mesmo de ser concebida uma disciplina independente e sistematizada exclusivamente para os estudos da linguagem, houve na Grécia todo um cuidado com a correção linguística atribuído aos primeiros mestres da retórica: “tendo a atenção voltada para a função persuasiva da linguagem, era natural que os sofistas desenvolvessem esforços para obter o máximo de eficiência linguística e se preocupassem de modo particular com o ensino do uso correto da linguagem” (NEVES, 2005, p. 41).

Contemporâneo dos sofistas, Platão cita diversos dentre estes que se empenharam em pesquisar várias particularidades da linguagem com o propósito de atender a uma necessidade intrínseca ao sofismo, que é *convencer* (NEVES, 2005, p. 41). Posteriormente, seu discípulo, Aristóteles, ao lançar as bases para sistematizar o seu estudo da retórica no século IV a.C., estabeleceu, sem uma exposição gramatical, cinco condições para o princípio de falar corretamente em grego:

(1) Primeiro, o uso próprio de conjunções e a organização delas na sequência natural a qual algumas exigem. [...] um mérito do bom estilo repousa no uso **correto** das conjunções. (2) A segunda repousa nas coisas chamadas por seus próprios nomes especiais e não pela vagueza geral. (3) A terceira é **evitar a ambigüidade**; exceto se, de fato, você deseje definitivamente ser ambíguo, assim como aqueles que nada têm a dizer, mas simulam o significado de alguma coisa [...]. (4) Uma quarta regra é observar a classificação de nomes de Protágoras em masculino, feminino e inanimado [neutro], pois essas distinções também devem ser dadas **corretamente** [...]. (5) Uma quinta regra é expressar a pluralidade, raridade e unidade pelo fraseado **correto** [...] (ARISTÓTELES, 2007, p. 156-157, destaques nossos).

<sup>6</sup> É a própria gramática que, por ocasião de seu surgimento, “instala como central no domínio dos estudos da linguagem a qualidade da correção” (GUIMARÃES, 2002, p. 116).

<sup>7</sup> Conforme observou Mora (2004, p. 2524).

Além dessas cinco condições, o filósofo grego fez observações sobre a correta pontuação e solecismos (ARISTÓTELES, 2007). Nesse sentido, ele “já falava sobre um tipo de ‘pureza da linguagem’. Referia-se à funcionalidade da língua, no sentido de estar o texto organizado de modo a permitir que o orador conseguisse transmitir com rapidez eficiência seu pensamento” (LEITE, 1999, p. 42). No mundo ocidental, portanto, a correção na linguagem surge num momento em que “a gramática [ainda] não se distinguia da filosofia e da lógica” (SILVA, 1994, p. 17), ou seja, ainda não existia como disciplina autônoma e independente.

## 1.2 O nascimento da gramática e os primeiros critérios de correção

Os estudos gramaticais na Grécia ficaram subordinados exclusivamente à Filosofia até o período compreendido entre os séculos II e I a.C., quando surgiu a primeira gramática do Ocidente, de autoria de Dionísio o Trácio (170 a.C. – 90 a.C.), sendo esta, portanto, “a primeira que sistematiza o conhecimento lingüístico” (LEITE, 2007). A partir desse momento, a gramática “se forma com a **codificação dos fatos que ilustravam as analogias** da língua” (NEVES, 2005, p. 105, destaque nosso).

Assim sendo, a gramática propriamente dita nasce<sup>8</sup> com o critério de correção baseado na (*lógica* da) analogia, que, oriundo da filosofia, servirá de base inicial à filologia, a “disciplina irmã da gramática” (ROGER, 2012, p. 15).

---

<sup>8</sup> É preciso considerar que, independentemente da existência de uma disciplina autônoma e bem-estabelecida, o ensino gramatical vinha sendo praticado desde os primórdios da escrita, quando se ensinava o sistema gráfico para a capacitação de ler e escrever: “A leitura era praticada pelos textos poéticos homéricos, por meio dos quais se ensinava também a mitologia e, assim, a cultura da época” (BARATIN apud LEITE, p. 72).

### 1.2.1 Da Filosofia para a Filologia: o critério analógico

Inicialmente, numa primeira fase dos estudos em torno da linguagem,

os filósofos gregos discutiam se o que regia a língua era a “natureza” ou a “convenção”. Essa oposição da “natureza” e da “convenção” era um lugar-comum da especulação filosófica. Dizer que uma determinada instituição era *natural* equivalia a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável: dizer que era convencional equivalia a dizer que ela era o mero resultado do costume e da tradição, isto é, de algum acordo tácito, ou “contra o social”, entre os membros da comunidade — “contrato” que, por ter sido feito pelos homens, podia ser pelos homens violado (LYONS 1979, p. 4).

São os filósofos estoicos (século III a. C.) que concebem a ideia de que — acreditando na necessária relação entre as formas léxicas e os conceitos — à regularidade universal deva corresponder uma regularidade linguística (NEVES, 2005, p. 103), ficando os desvios e irregularidades identificados como anomalias que, segundo esses filósofos, deviam ser abolidas<sup>9</sup> (NEVES, 2002, p. 31). Os estoicos partidários desse pensamento ficaram conhecidos como analogistas, aqueles que “se empenharam em estabelecer modelos (‘paradigmas’) segundo os quais as palavras (chamadas então ‘regulares’) podiam, em sua maioria, ser classificadas” (DUBOIS et al., 2004, p. 53). Opondo-se a esses, havia os estoicos que, sem negar a importância da analogia, “punham em evidência o grande número de irregularidades que o raciocínio não podia explicar” e as “distorções que existiam na língua entre o número, ou o gênero gramatical, e a realidade” (DUBOIS et al., 2004, p. 54), chamados de anomalistas. Assim sendo, o debate anterior entre naturalistas (corrente platônica) e convencionalistas (corrente aristotélica) evoluiu para o debate entre analogistas e anomalistas.

Os anomalistas produzirão as primeiras críticas aos princípios de correção e promoverão aquele que se pode considerar o mais importante e crucial questionamento já feito contra a gramática, até hoje: o problema da aplicação dos critérios de correção em

---

<sup>9</sup> O que esses estoicos analogistas estavam buscando, na verdade, era uma norma linguística (NEVES, 2002).

detrimento (da validade) do *uso* efetivo da língua. De acordo com Dubois et al. (2004), para os anomalistas “a língua não era produto de uma convenção humana, fonte de regularidade, mas antes de natureza. Muito mais do que os esquemas *lógicos*, o *uso*, destarte, deveria ser levado em conta no estabelecimento das gramáticas” (p. 54, grifo nosso).

### 1.2.2 A Filologia (séc. III/II a.C.) e o critério de correção baseado na tradição escrita<sup>10</sup>

Segundo Roger (2002),

[...] a filologia teve no começo uma dupla tarefa: garantir a autenticidade dos textos — o que será uma constante dos estudos literários do Ocidente, com a introdução de noções fundamentais da datação de textos, variante e interpolação — e propor a exegese, isto é, a interpretação, a partir da análise precisa da língua [...] (p. 16).

Foi a preocupação interpretativa (ou exegetica) de textos antigos e prestigiados que originou os primeiros estudos filológicos, que surgem com os “gramáticos-filólogos alexandrinos” (LEITE, 2007), os verdadeiros precursores do tipo de gramática que será desenvolvido no decorrer dos séculos no mundo ocidental.<sup>11</sup> Em busca da independência da gramática em relação à Filosofia, “os alexandrinos queriam-nos [os estudos linguísticos] mais filológicos e **menos filosóficos**” (CARVALHO, 2000, p. 18, destaque nosso). Por meio da análise de textos literários, considerados de grande prestígio — procurando-se restaurar o conteúdo original dos corrompidos manuscritos antigos, a começar pelos de Homero (FURLAN, 2011, p. 215) — é que se realiza a sistematização linguística, tornando-se a gramática um instrumento de *preservação da tradição*, de fixação de certos padrões e estágios da língua escrita literária (LEITE, 2007).

<sup>10</sup> O linguista sueco Adolf Noreen classifica esse critério como *histórico-literário*, no qual “a correção estriba-se essencialmente em conformar-se com o uso encontrado nos escritores de uma época pretérita” (JESPERSEN, 1947 apud CUNHA, 2001, p. 5-6), época que, conforme Cunha (2001), é “em geral escolhida arbitrariamente” (p. 6).

<sup>11</sup> “Os estudiosos que fazem a história das idéias lingüísticas mostram que não foi o modelo grego (o da teorização linguística que tem origem na observação da prática discursiva oral) que fincou raízes e propiciou a consolidação da gramática ocidental, mas o alexandrino, baseado na análise e crítica textuais” (LEITE, 2007, p. 43).

Tal procedimento desconsidera as relações entre a língua escrita e a língua falada e a evolução delas, já que “desde o início a cultura linguística grega se interessou sobretudo pela língua escrita, como evidencia o termo *gramática*” (FURLAN, 2011, p. 215, grifo do autor). Por isso é que “o ponto de vista crítico [da filologia] torna-se falho, pelo fato de ela ater-se demasiadamente à língua escrita, deixando de lado a língua falada” (CARVALHO, 2000, p. 18).

De qualquer forma, tendo herdado o princípio da analogia dos filósofos, os filólogos dão um passo à frente, pois procuram “uma simetria situada na relação dos elementos linguísticos entre si, **não mais na relação entre lógica e gramática**, como ocorria nas pesquisas dos estóicos” (NEVES, 2005, p. 106, destaque nosso), tornando-se assim os “responsáveis pela mudança de foco das reflexões sobre a língua, da filosofia para a gramática” (LEITE, 2007, p. 44). Os fatos explicáveis sob o critério da analogia eram “os fatos [...] que a atividade crítica filológica instituía como **padrão** [...]” (NEVES, 2005, p. 105, destaque nosso). Como esse princípio se baseia na associação e na concordância de dois casos, buscando uma *quarta proporcional* nas formas linguísticas, a sua aplicação nos estudos de manuscritos homéricos, que tinham formas desiguais, acabou por levar os filólogos “à procura de um critério para **uniformização**, com a conseqüente segregação do que se considerava **incorreto**” (NEVES, 2005, p. 106, destaque nosso); foi assim que “deram à luz [...] a noção de *correção* linguística, do que decorreu a *normatividade*” (LEITE, 2007, p. 44, grifos da autora).

Assim é que, continuadores históricos dos estoicos, os filólogos de Alexandria fixaram na tradição gramatical o “erro clássico”,<sup>12</sup> privilegiando a língua escrita dos grandes escritores, em detrimento de outros usos, negativamente avaliados (SILVA, 1994, p. 17). Entende-se também que, operando a partir do critério de correção analógico, a filologia faz nascer outro critério de correção, baseado na literatura clássica (ver seção 1.2.2.2).

---

<sup>12</sup> O termo “erro clássico” é usado por Lyons (1979, p. 9) para designar dois equívocos dos gramáticos alexandrinos quanto aos estudos linguísticos. Consiste em admitir-se que a língua escrita é mais “pura”, “mais correta” do que a fala coloquial e que a preservação da forma escrita evita a corrupção da língua por parte dos iletrados.



### 1.2.2.1 Um filósofo contra os gramáticos e seus critérios de correção

Muito mais incisivamente do que os estoicos anomalistas, o filósofo grego Sexto Empírico (160-210 d.C.) levaria adiante o questionamento contra o princípio de correção analógico, só que de modo ainda mais radical:

Sexto Empírico negou a “validade da noção de correção em matéria de gramática” e denunciou a contradição dos critérios de correção sobre os quais se assentava (assenta, ainda hoje) a gramática, quanto ao que se considerava solecismo: o uso ou a *analogia*. [...] se algum enunciado fosse considerado, pelo critério do *uso*, *solecismo*, significava que teria sido formado sobre um modelo não praticado normalmente pelos falantes; se o enunciado fosse considerado *solecismo* pelo critério da analogia, teria sido formado em desacordo com a formação da língua, como sistema. [...] o filósofo chega à conclusão de que os critérios são contraditórios porque, em muitos casos, o uso pode ser a razão de uma realização linguística condenada pelo critério da analogia. Então, se o *uso* exclui a analogia, ela não tem razão de ser, assim como não o tem a gramática, que é formada pela analogia (LEITE, 2007, p. 46).

As contestações desse filósofo, “talvez [...] o primeiro a tratar do *paradoxo da gramática*: impor regras para o uso da língua sem, no entanto, descrever, efetivamente, a *língua em uso*” (LEITE, 2007, p. 48, grifos da autora), não terminam aqui; são muitos e dignos de menção. Em sua obra *Contra os gramáticos* (apud LEITE, 2007), ao analisar definições de gramática de vários autores da Antiguidade, Sexto Empírico faz objeção à imprecisão da definição e à vagueza de delimitação do objeto a ser descrito e sistematizado, porque

[...] a concepção da gramática como “um saber que se alicerça sobre o essencial do que dizem os poetas escritores” é imprecisa, tendo em vista que o essencial pode significar *tudo* ou uma *parte* do que dizem os escritores e, se é tudo, a tarefa é ilimitada e não existe nenhum saber que se constrói sobre o ilimitado. Se é uma parte, a tarefa é inócua porque “uma parte” do que dizem poetas e escritores já é conhecida pelas pessoas em geral e, assim, a gramática não encontra justificativa para sua existência (LEITE, 2007, p. 49).

Outro ponto frágil observado por Sexto Empírico na gramática de Dionísio o Trácio é a base sobre a qual a descrição se faz. O filósofo questiona:

Se a gramática trata do que dizem os poetas e escritores, por que julgar *barbarismos* e *solecismos* cometidos pela gente comum, em conversações ordinárias? [...] a gramática trataria *também* do que dizem os poetas e escritores? Quem fala melhor o trácio, o grego ou o latim? A tais indagações, [Sexto Empírico] responde que falam melhor os que seguem o uso cotidiano e comum dessas línguas e que, portanto, é o *uso* o ponto de referência, e não as *regras arbitrárias*, descritas por analogia (LEITE, 2007, p. 48, grifos da autora).

Com isso, Sexto Empírico escancara a incoerência da combinação entre *analogia* e *uso* (conceitos pelos quais a gramática de então pretendia elaborar “regras universais” para explicar e estabelecer o uso correto), argumentando que, como as palavras constituem um conjunto infinito, os gramáticos não poderiam aplicar uma “regra universal” sobre o que não era conhecido, que poderia ser feito em desconformidade com a regra. Assim sendo, seria o uso o único critério possível para dizer o que é ou não possível em dado momento (LEITE, 2007, p. 48). É impressionante como sua crítica, feita há *dois milênios*, coincide com a dos linguistas de hoje.

#### 1.2.2.2 O surgimento dos conceitos de *cânone* e de *clássico*

Da Antiguidade Clássica, foram herdados dois conceitos fundamentais da nossa cultura e com papel basilar (ainda hoje) para a gramática. Primeiramente, tem-se a palavra “cânone” (do latim *canon*, *onis*, derivado do grego *kanón*, “regra”, “norma”, conforme FERREIRA, 1999; CUNHA, 2010), cujo uso teve diversificada aplicação e adaptação semântica através dos séculos. Originalmente, para alguns autores, “cânone” nomearia uma lista de autores selecionados pelos filólogos:

Organizaram-se coleções de numerosos manuscritos nas bibliotecas alexandrinas. A primeira tarefa consistiu em catalogá-los, e Calímacos [...] executou-a em suas 'Tábuas' (*Pínakes*), onde as obras [...] eram atribuídas a seus respectivos autores após uma pesquisa sobre sua autenticidade. Os autores cujas obras conservavam-se em quantidade considerável foram então publicados em edições tidas como definitivas, juntamente com ensaios separados sobre os textos. São esses, possivelmente, os autores que foram dispostos pelos críticos em “Cânones” [...] ou listas, como representantes típicos de suas classes. [...] A essência de seu método era respeitar a tradição manuscrita (HARVEY, 1987, p. 487-488).

Entretanto, houve um equívoco por parte de Harvey, já que Curtius (1957) atesta que “ela ocorre, pela primeira vez, no século IV d.C., no sentido de ‘relação de escritores’; e, aliás, em referência à literatura cristã”. Tanto este autor quanto vários outros concordam que a palavra foi usada pela primeira vez, no sentido em que hoje se usa, pelo filólogo alemão David Ruhnken (1723-1798), que cunhou esse significado no século XVIII:

[...] os bibliotecários de Alexandria, talvez para imitar a palavra de Platão, costumavam fazer ‘seleções’ e não, como se tem dito, ‘cânones’. A palavra ‘cânon’ era usada pelos gregos para se referir à ética, como hoje chamamos ‘modelo’ aos atos que devem ser executados por suas virtudes. O primeiro a chamar de cânone as seleções alexandrinas foi David Ruhnken, que adotou o termo eclesiástico de cânone nos livros da Bíblia reconhecidos como autênticos (BÁEZ, 2006, p. 112).

Em outro entendimento, Roger (2002) observa que, na fundação da filologia, “designaram os autores escolhidos como modelos [...] sob o nome de *kekrinoi*, expressão que se pode traduzir por ‘os que foram admitidos após exame’.” (p. 15). De qualquer forma, vale observar que todos os sentidos adquiridos pela palavra *cânone* são “acepções que de uma forma ou de outra são tributárias de um sentido primeiro, de índole religiosa. [...] o sentido original de cânone refere-se ao conjunto de determinações eclesiásticas que regiam as primeiras igrejas cristãs” (REIS, 1995, p. 954).

A palavra ingressou na língua portuguesa no século XIV (CUNHA, 2010, p. 122) e posteriormente passou a significar, no âmbito da literatura, o termo que

[...] designa os princípios literários que permitem organizar a lista de [...] obras consideradas indispensáveis à formação dos estudantes. [...] É o caso dos [...] dos fundamentos ideológicos que sustentam a escolha de determinadas obras literárias para efeito pedagógico [...] (MOISÉS, 2004, p. 65).

No século XVI, por meio do *Diálogo em defesa da língua portuguesa* (1574), o cronista e gramático Pero de Magalhães Gândavo (1540-1579) estabeleceu o primeiro cânone de autores da língua portuguesa (HUE, 2007): Francisco de Sá de Miranda, Luís de Camões, Heitor Pinto, André de Resende, Lourenço de Cáceres, Jorge Ferreira de Vasconcelos,

Francisco de Moraes e Antônio Pinto, excluindo de sua seleção o célebre poeta e dramaturgo Gil Vicente (1465-1536), pois “seu teatro popular, de raízes medievais, não se prestava ao objetivo de mostrar a língua portuguesa próxima do latim e imersa no classicismo” (HUE, 2007, p. 26). Devidamente influenciado e orientado pelo pensamento predominante no Renascimento (conforme será visto na seção 2.3), Gândavo “dá preferência a autores cujas obras estão pontuadas por um vasto [...] saber erudito e por inúmeras citações de autores latinos e gregos” (HUE, 2007, p. 26).

No presente estudo, infere-se que, embora a canonização no campo da literatura<sup>13</sup> se distinga da canonização gramatical — que usará a *forma* da literatura como parâmetro de correção e normatividade (SILVA, 1962, p. 6) —, com esta fica particularmente associada.<sup>14</sup> Vejamos: por meio da canonização, os gramáticos desenvolvem suas *abonações*<sup>15</sup> no âmbito da língua que gramatizam. Assim, ao selecionar e citar em sua gramática um autor consagrado na literatura (isto é, canonizado *literariamente*), o gramático passa a legitimá-lo como autoridade no âmbito da língua culta (ou seja, é canonizado *gramaticalmente*):

[Na gramática normativa], quando é preciso abonar uma estrutura sintática ou um determinado emprego vocabular, reconhecemos que o trecho escolhido de um autor serve não apenas para comprovar a regra ou a exposição gramatical, mas também para atribuir ao autor selecionado um nível de excelência diante do eventual leitor da obra teórica. A isso chamamos de “**canonização linguístico-literária**”. Afinal, quando um gramático escolhe a frase de um autor para explicitar, por exemplo, uma oração subordinada substantiva objetiva indireta, sua opção recai sobre alguém que já é possuidor de uma “autoridade literária” — se não, de nada serviria identificar o autor da frase. Em contrapartida, ao citar esse escritor, o gramático também acaba por conferir a ele uma proclamada “autoridade linguística” (HENRIQUES, 1998, p. 26-27).

<sup>13</sup> No âmbito da literatura, a inclusão de um escritor num cânone pressupõe uma “qualidade estética superior” da forma de seus textos literários (MELO, 2007).

<sup>14</sup> Vale observar que, originalmente, a palavra *litteratura* não tinha o sentido atual: por meio de Quintiliano (35 d.C. – 100 d.C.), “como equivalente da tradução de *grammatica*, foi usado *litteratura* [...] derivado de *littera*, como *grammatica* de *gramma* [letra] [...]; *litteratus* é o conhecedor da gramática e da poesia (como ainda, na França, o *lettré*), porém não necessariamente um escritor” (CURTIUS, 1957, p. 44).

<sup>15</sup> De acordo com Houaiss (2001), abonação é o “trecho de livro ou escrito qualquer que serve para autorizar o emprego de um vocábulo, sintagma, acepção, sintaxe etc. na língua; autoridade” (p. 23); semelhantemente, Faria e Pericão (2008) definem a palavra como “[...] trecho escolhido de um autor célebre que é utilizado para elucidar ou fundamentar o uso de uma frase ou palavra” (p. 26).

Nesse caso, embora seja possível referir-se, literariamente falando, ao cânone de uma língua ou de uma nação,<sup>16</sup> constata-se que cada gramático constrói e delimita o próprio cânone, filtrado gramaticalmente. Isso pode ser detalhadamente verificado por meio de uma pesquisa desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada *Cânon gramatical brasileiro contemporâneo*, pelo professor Cláudio Cezar Henriques, que realizou o levantamento das citações literárias de autores que compõem os cânones de alguns gramáticos brasileiros (HENRIQUES, 1998).

Para o cânone de uma língua, são exclusivamente selecionadas as obras consideradas *clássicas*.<sup>17</sup> Tal adjetivo (*classicus*) foi empregado — pela primeira vez referido a matérias literárias (SILVA, 1962) — pelo gramático romano Aulus Gellius (125 – 180 d.C.), em referência à criação do censo em Roma:

O levantamento populacional tinha em vista o recrutamento para a ação militar a partir de uma disposição em grupos (classes) segundo os recursos e a linhagem dos cidadãos. Clássico era o cidadão que, por sua riqueza e família, pertencia à primeira das classes. A partir de então, Gélíio cunha a expressão *scriptor classicus* para designar o autor que pode ser considerado de primeira classe, em oposição ao *scriptor proletarius* (ARAÚJO, 2007, p. 13).

A iniciativa de Aulus Gellius é de grande significado, já que “revela [...] que esta excelência e valor de exemplaridade atribuídos ao *classicus scriptor* eram referidos a um **critério de correcção de linguagem**” (SILVA, 1962, p. 3, destaque nosso); assim sendo, é essa noção de clássico, no mundo romano, “que faz da conformidade de um texto com a gramática da língua escrita um critério decisivo para sua qualidade literária” (ROGER, 2002, p. 15-16). A noção, em si, de *clássico* expressa pelo gramático latino “não era [...] nova e remontava pelo

<sup>16</sup> No campo da literatura, a palavra *cânone* apresenta certa polissemia. Há quem a use para se referir a um autor de grande relevância literária (BLOOM, 2010) ou mesmo para se reportar a uma obra (GÂNDAMO, 2004, p. 13).

<sup>17</sup> Contudo, vale observar a distinção de procedimentos entre gramáticos hodiernos no tocante à canonização: embora cite exclusivamente em suas abonações os autores clássicos, Bechara se refere, com frequência, aos chamados “(bons) escritores modernos” (BECHARA, 1999) para descrever e legitimar usos no português contemporâneo; Rocha Lima (2007) cita significativamente em seus “exemplos” trechos de vários autores não clássicos, mas modernistas; Cegalla (1997) procurou “abonar os fatos linguísticos quase que exclusivamente com citações de autores contemporâneos, muitos dos quais ainda vivos” (p. 14).

menos à época alexandrina, altura em que os críticos e retóricos se esforçavam por estabelecer cânones literários fundados nas grandes obras do passado” (SILVA, 1962, p. 4).

Etimologistas (CUNHA, 2010; MACHADO, 1956) atestam que a palavra qualifica algo relativo à arte e à cultura dos antigos gregos e romanos, ou “a mais alta classe” (CUNHA, 2010, p. 155), sendo possível delimitar o fim do período clássico original por volta de 325 a.C., para a literatura grega, e o fim do reinado de Augusto (14 d.C.), para a literatura latina (HARVEY, 1987). Na era do baixo latim, surge outra qualificação: *classicus* é relacionado às *classes* das instituições de ensino e, a partir daí, dá-se o significado de autor lido e estudado nas escolas<sup>18</sup>, sentido que se cruzará mais tarde com aquele conferido, originalmente, de autor excelente (SILVA, 1962). Mas é durante o Renascimento e, depois, durante o Arcadismo (não à toa conhecido como Neoclassicismo) que a palavra *clássico* adquire a abrangência que tem até hoje, já que passa a identificar não apenas os autores da Antiguidade greco-romana como também todo escritor que — a partir do Renascimento — imite os clássicos originais:

O termo “clássico” [...] apresenta as seguintes acepções: 1) autor ou obra de primeira classe, superior, 2) autor que se lê nas escolas (nas classes), porque considerado excelente, 3) autor grego ou latino, da Antiguidade, visto que se enquadra nos tipos anteriores, **4) autor que imita os clássicos greco-latinos. De modo genérico, a quarta acepção importa mais que as anteriores**, em ordem crescente (MOISÉS, 2004, p. 74, destaque nosso).

Porém, cabe aqui advertir que, assim como no tratamento dado à canonização, críticos literários e gramáticos abordarão, no decorrer dos séculos, o conceito de *clássico* de modos bem distintos, conforme muito bem esclareceu Silva (1962):

O clássico entendido como o autor que se impõe como uma autoridade em questões de linguagem, como mestre de vernaculidade, será concepção muito querida de gramáticos e semelhantes polícias da língua, mas que dificilmente encontra lugar nas reflexões do estudioso da literatura. A matéria linguística interessa, no plano literário, como *estilo*, e este é, primariamente, a adequação dessa matéria linguística à função realizada num dado momento e não a vinculação a regras enunciadas por gramáticos e comprovadas por VIEIRA ou CASTILHO (p. 6, grifo do autor).

---

<sup>18</sup> Este também é um dos significados dados por meio do prestigiado dicionário francês Littré (HARVEY, 1987).

O que importa para o presente estudo é que, se na Antiguidade filólogos gregos e latinos buscavam fixar a língua escrita conforme seus antepassados,<sup>19</sup> gramáticos da língua portuguesa de várias gerações, tendo herdado e mantido o hábito, selecionam autores ancestrais de nossa literatura (imitadores dos clássicos da Antiguidade), tidos como clássicos, de modo a estabelecer um padrão culto para o português. Esse procedimento será preservado de modo notável e quase literal através de vários séculos: na introdução de uma das obras pioneiras da gramática portuguesa, Barros (1540) afirma: “*Grammatica, é* vocábulo grego, quer dizer, ciência de letras. E segundo a difiniçám que lhe os Grãmáticos dérã, é hu **módo çerto e justo de falar, e escrever, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos**” (p. 7, destaque nosso). Observe-se agora como essa definição foi mantida na obra do gramático de hoje: “a gramática normativa recomenda **como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade** dos escritores **corretos** e dos gramáticos e dicionaristas **esclarecidos**” (BECHARA, 1999, p. 52 destaque nosso).

### 1.2.2.3 Problemas em torno da correção baseada na tradição escrita

Como este é um dos critérios de correção que mais contribuíram para consolidar, no decorrer dos séculos, um caráter fixo e estabilizador para a gramática normativa, já que “a resistência a mudanças em textos antigos gerou atitude normativa, purista e conservadora da linguagem, que, através das gramáticas latinas, alcançou as gramáticas de cunho tradicionalista de hoje” (FURLAN, 2011, p. 215), vale a pena nos determos um pouco mais em sua análise.

A primeira dificuldade diz respeito à definição do(s) período(s) literário(s) do(s) qual(is) se selecionam os escritores a serem citados. Será que, independentemente da diversidade de autores clássicos escolhidos, existe consenso quanto à fixação de períodos

---

<sup>19</sup> Realmente, conforme assinalou Silva (1962), a definição dada por Aulus Gellius no século II d.C. já trazia a ideia de que “o escritor clássico se situava, pelo menos prevalentemente, entre os autores antigos” (p. 3); Curtius (1957) assinala que, nessa concepção de Gellius, “os escritores clássicos são sempre os ‘antigos’.” (p. 259).

literários para a padronização de uma variedade de prestígio para a língua culta escrita do português atual? O filólogo Sílvio Elia (2002) diz que

[...] o padrão culto da língua portuguesa foi, portanto, modelado segundo o português literário do período clássico (humanismo barroco, neoclassicismo). São naturalmente os autores portugueses que avultam: Luís de Camões, Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Fr. Heitor Pinto, Fr. Luís de Sousa, Francisco Rodrigues Lobo, Pe. Antônio Vieira, [...]. para selecionar alguns dos mais eminentes. Nesse período também já se incluem brasileiros, mormente os da chamada Escola Mineira [...]. O laço que prende todos esses autores é o princípio da imitação literária dos clássicos latinos, quer nos gêneros (epopeia, cartas, diálogos, oratória, teatro, lirismo, elegias...), quer na relatinização da linguagem (períodos longos, frequência de subordinações, inversão dos termos da oração, neologismos greco-latinos) (p. 96-97).

No prefácio da *Nova gramática do português contemporâneo* — uma das mais importantes obras de referência para a língua culta do português brasileiro —, Cunha e Cintra (2001) dizem que sua obra “é uma tentativa de descrição do português atual na sua forma **culta**, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e **africanos** do **Romantismo para cá**” (p. xxiv, destaque nosso). Ora, esse período literário em nada coincide com aquele informado por Elia (que nem mesmo considera os autores africanos e os escritores brasileiros do século XIX em diante!), e que teria servido de “padrão culto” para o português que em uso até hoje...<sup>20</sup>

De qualquer forma, entre os gramáticos brasileiros percebe-se uma tendência para estabelecer o padrão culto do português por meio de escritores pertencentes a um período que varia, principalmente, do século XIX ao XX (HENRIQUES, 1998, 2003), observando-se mais raramente uma referência quase exclusiva aos autores do período contemporâneo (CEGALLA, 1998) e até casos em que o gramático renuncia completamente ao critério de correção filológico, deixando de citar escritores e de fazer abonações (SACCONI, 2010).

Outro problema se refere não ao critério em si, mas à forma como ele é utilizado por gramáticos. Nem sempre as formas usuais dos escritores chamados *clássicos* são

---

<sup>20</sup> José de Alencar parece quase responder a Sílvio Elia: “Uns certos profundíssimos filólogos negam-nos, a nós brasileiros, o direito de legislar sobre a língua que falamos. Parece que os **cânones** desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo **século XV**” (ALENCAR, 1993, p. 25, destaque nosso).



consideradas para a normalização. Vários autores gramaticalmente *classicizados*, como Machado de Assis,<sup>21</sup> Padre Antônio Vieira e Cláudio Manoel da Costa utilizavam, por exemplo, a regência “residir à” (BUENO, 1938, p. 213), o uso aleatório de “onde” e “aonde” (NEVES, 2003, p. 77) e o uso da locução “através de” com o sentido de “por meio de”, que são casos tidos como *errados* por todos os gramáticos;<sup>22</sup> nenhum gramático recomenda a regência “chegar em”, apesar de — além de se encontrar devidamente consolidada entre os usuários da língua escrita culta — ela se encontrar na prática de escritores como José de Alencar, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, Visconde de Taunay, Humberto de Campos e José Lins do Rego (NASCENTES, 1960, p. 59).

Esse é certamente o motivo que levou o linguista Sírío Possenti a concluir o seguinte, após demonstrar várias formas consolidadas por bons escritores, representantes da língua culta, e condenadas por vários autores:

[...] não estou sugerindo nada de revolucionário [...]. Apenas peço que os princípios dos próprios gramáticos sejam aceitos por eles mesmos e por aqueles que se dizem seus seguidores. Afinal, eles se referem aos bons escritores, e não aos mortos ou bem antigos (POSSENTI, 2008).

No que diz respeito ao modo como a gramática se formou na era alexandrina, Leite (2007) afirma que “o problema da gramática, [...] conforme se pode pensar hoje, não é o da analogia em si, nem da gramática, mas da consideração da analogia como um critério que, **paradoxalmente, poderia excluir o uso**” (LEITE, 2007, p. 45, destaque nosso). Como acaba de ser constatado, o problema persiste até hoje.

---

<sup>21</sup> Em *Dicionário Machado de Assis*, Carvalho (2010), apesar de registrar brasileirismos e coloquialismos usados pelo grande escritor, deixa de mencionar várias formas condenadas pelas gramáticas e encontradas facilmente em suas obras, como se pode verificar nas citações de Machado no decorrer deste trabalho (p. 60, 61 e 78).

<sup>22</sup> Exceções à condenação de “residir à” são encontradas em Luft, que diz que “primariamente, *residir em*... Mas *residir a*, sobretudo diante do substantivo *rua*, é de boa tradição escrita” (2010, p. 455) e em Bueno, que afirma ser essa regência “de bom cunho português” (1938, p. 213).

### 1.3 Século XVI: o latim como critério de correção

E por a muita semelhança que a nossa lingua tem com ella (a latina) e que he a maior que nehua língua tem com outra, e tal que em muitas palavras & periodos podemos fallar, que sejam juntamente latinos & portugueses.  
(LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da Lingoa Portvgvesa*, 1606)

Durante o Renascimento, no âmbito da linguagem, o Humanismo<sup>23</sup> — responsável pela redescoberta da cultura greco-latina — estimulou a sistematização das línguas europeias em regras aos moldes das línguas clássicas.<sup>24</sup> Trata-se da gramatização dos vernáculos europeus,<sup>25</sup> entendida como uma grande revolução tecnológica (AUROUX, 2009). Gramáticos de diferentes nacionalidades (italianos, alemães etc.) redigiram obras com o propósito de mostrar que as respectivas línguas não só tinham regras como também não estavam sujeitas a quaisquer regras, tornando-as, em alguns casos, o mais semelhantes possível às do latim, tida como exemplo magno de *regularidade*<sup>26</sup> (WEEDWOOD, 2002). Observar essa tendência é importantíssimo para a compreensão de como se sedimentou, tanto na língua portuguesa quanto nas demais línguas europeias, o critério de correção com base no latim:

Enquanto as obras anteriores eram compostas com um fim determinadamente prático em vista — e, na maioria das vezes, notavelmente desembaraçadas do latim —, muitas gramáticas do Renascimento, seja de línguas europeias ou de línguas mais exóticas, **foram escritas com a intenção de demonstrar a “regularidade”** inerente da língua examinada. A **equiparação de “regularidade” com as regras do latim** se tornou cada vez mais explícita ao longo do século XVI, de modo que as gramáticas mais tardias dos vernáculos são em geral **mais artificialmente constrangidas pelo modelo latino** do que as anteriores — um exemplo da tradição universal ultrapassando a particular, em detrimento desta (WEEDWOOD, p. 73, destaque nosso).

<sup>23</sup> “O Humanismo que nasce na Itália no séc. XIV vai rapidamente se dar por finalidade restaurar o ‘belo’ latim da época clássica. O retorno aos textos antigos (o renascimento da filologia [...]) não é apenas a restituição de um imenso corpo de saber, mas também um novo estatuto para as línguas clássicas. O Humanismo é frequentemente uma luta contra o latim medieval e sua ‘barbárie’ [...]” (AUROUX, 2009, p. 55).

<sup>24</sup> No âmbito literário, vale observar que “impulsionados pelas teorias estéticas defendidas pelos Antigos (*Poética*, de Aristóteles, *Arte Poética*, de Horácio, *Institutiones Oratoriae*, de Quintiliano, etc.), os partidários do Classicismo [moderno] entendiam que a obra literária deveria obedecer aos cânones implícitos e explícitos nos textos greco-latinos” (MOISÉS, 2012, p. 74).

<sup>25</sup> FARACO (2008) indica esse como momento aquele em que se dá a institucionalização do que “damos hoje o nome de norma-padrão” (p. 75).

<sup>26</sup> Não se trata de uma inovação no campo das ideias, já que, entre os séculos XII e XIII, “a língua dos letrados, o latim, chamava-se também *grammatica*” (CURTIUS, 1957, p. 27).

No que diz respeito mais especificamente ao português, Spina (1987) diz que

[...] o deslumbramento da cultura clássica, suscitado pelo movimento humanístico do século XV, criou não só uma elite de eruditos [...], como propiciou o aparecimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa: debruçados na leitura dos modelos clássicos, sobretudo latinos, os escritores portugueses foram naturalmente levados a introduzir na língua inúmeros latinismos, aportuguesando as formas importadas e refazendo as formas arcaicas (p. 10).

A *gramatização*<sup>27</sup> do português é, portanto, estimulada pelo espírito classicista presente no Humanismo, nascendo assim sob o exigente critério de correção da (re)latinização. As primeiras normatizações formais da escrita no português — as obras de Fernão Oliveira (1536), João de Barros<sup>28</sup> (1540), Pedro de Magalhães Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576) — surgem no século XVI, promovendo a inserção de inumeráveis empréstimos linguísticos do latim<sup>29</sup> (além do grego):

Nesse contexto, era natural que a língua portuguesa sofresse um processo pouco compatível com sua própria história. Se hoje sofremos com *coffee-break*, *shopping center*, *handicap*, *check-in*, *winchester*, além de outras tantas já dicionarizadas, naquele momento deveriam estar sofrendo com *divícias*, *trêmulu*, *sulfúreo*, *equóreo*, *cornífero*, *quadropedante*, *hirsuto*, *pudibundo*, além de muitas outras (FERREIRA NETTO, 2001, p. 29, grifos do autor).

Assim sendo, a língua portuguesa “sofre” (com) a (re)latinização promovida, já que essa influência não se dá de modo harmônico: “a introdução de vocábulos eruditos, romanos e sobretudo helénicos é uma das causadoras das anomalias que deturpam a escrita portuguesa — caótica e incoerente em extremo” (VASCONCELOS, 1926, p. 36) e é a partir desse período que “*oje, ome, aver, onra, sono, dano, santo, pronto, sinal, nacer, crescer, decer*

<sup>27</sup> “Por gramatização deve entender-se o processo que conduz a *descrever* e *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2009, p. 65, grifos do autor).

<sup>28</sup> É a João de Barros a quem se devem as primeiras defesas ardorosas, por parte de um gramático, da vinculação do português ao latim (HUE, 2007; LEITE, 2001, 2007). O gramático apela para que seus compatriotas promovam a ilustração da língua a partir da imitação dos clássicos latinos (HUE, 2007).

<sup>29</sup> Não por acaso, é nesse mesmo século que a ortografia do português sai de seu período *fonético* (iniciado no século XII) para entrar em seu período *pseudoetimológico* (que perdurará até o início do século XX), fase em que o Humanismo leva os eruditos a realizarem um resgate etimológico da grafia do português baseado no latim e no grego, o que resultou numa ortografia complexa e problemática: a adaptação das ortografias grega e latina foi feita em detrimento da fonética (*escripto* por escrito, *feito* por feito, *reigno* por reino).

tornam-se *hoje, homem, haver, honra, somno, damno, sancto, prompto, signal, nascer, crescer, descer*; **porque assim fora o latim**” (FERREIRA NETTO, 2001, p. 30, destaque nosso). É possível perceber, nessa última citação, que algumas palavras conservaram tais formas até hoje, enquanto outras não.

No tocante aos primeiros gramáticos, há diferenças tanto no empenho dos autores quanto à vinculação do português ao latim quanto nas propostas de duas respectivas obras. “O discurso de João de Barros apresenta um esquema de concordância quase absoluto com o ‘já dito’ da descrição gramatical latina” (LEITE, 2001, p. 296-297). O que a autora constata na estratégia discursiva de Barros é que se para o latim é X, então para o português também é X. Ao contrário deste gramático, Fernão de Oliveira não concebeu uma obra “alinhada com as categorias do latim” (LEITE, 2007, p. 238). Além disso,

[...] pode-se dizer, sem medo de errar, que o estudo sistemático da língua portuguesa nasceu com Fernão Oliveira e sob a égide da descrição do *uso* da língua efetivamente praticada pelos portugueses, na vida cotidiana, e não de norma extraída de textos escritos literários<sup>30</sup> (LEITE, 2007, p. 87).

Para Oliveira, “a gramática é, na sua essência, descritiva, não normativa; a sua tarefa é simplesmente registrar o costume e não lhe impor regras” (COSERIU, 1991, p. 44).

Vale observar que, com esse critério, houve uma artificial inserção de neologismos greco-latinos (ELIA, 2002). Curiosamente, em outras épocas, os neologismos oriundos do francês e do inglês — em suas respectivas épocas de influência como *línguas de cultura* — inseridos naturalmente no português acabam sendo combatidos por este ou aquele gramático.

---

<sup>30</sup> “Como é sobejamente conhecido, porém, esse foi não foi o destino das gramáticas tradicionais, do que se conclui não ter sido esse o modelo que ‘fez escola’, isto é, não foi a gramática de Oliveira que serviu de modelo às que lhe foram posteriores” (LEITE, 2007, p. 87).

#### 1.4 *Le bon usage* (século XVII): o critério do purismo

A língua francesa não se fixou nem se fixará jamais. É em vão que nossos Josués literários gritam à língua para que se detenha. Nem as línguas nem o sol se detêm. No dia em que se fixarem, é porque morreram (HUGO, Victor, apud YAGUELLO, 2001).

Na França, desde o século XVI, há entre os gramáticos uma tendência a contestar o critério de correção da língua francesa baseado no latim (PADLEY, 2001), o que era de praxe para as línguas europeias, conforme verificado na seção anterior. O ponto culminante dessa tendência se dará na obra *Remarques sur la langue française* (1647), de Claude Favre de Vaugelas (1585-1650). De acordo com Padley (2001),

[...] seu objetivo, o mesmo da Academia Francesa, é **fixar** e purificar a língua, fornecer-lhe regras perpetuamente válidas. **Não se trata mais de analisar a língua em paralelo com as normas gramaticais concebidas para uma outra.** Mas norma há, pois a norma teórica emprestada dos romanos é substituída pela norma exclusiva da correção. Nos casos duvidosos, sempre se pode apelar para a analogia, mas a analogia mesma é só a aplicação particular de um uso geral, pois para Vaugelas a língua “n’est fondée que sur le seul Usage” (p. 65).

No que diz respeito à “fixação” (de uma forma da língua), o gramático francês parece ter realmente alcançado seu intento, fazendo Malmberg (1976) afirmar, mais de trezentos anos depois, que “A gramática de Vaugelas [...] **codificou definitivamente o francês clássico**, que ainda serve, no essencial, de norma para uso linguístico” (p. 84-87, destaque nosso), não sendo à toa que, (ainda) hoje, a França seja “um dos países que têm política purista explícita” (LEITE, 1999, p. 41).

Vaugelas não é o único representante de peso dessa tendência: digno de menção é o jesuíta francês Dominique Bouhours (1628-1702), que entende as regras gramaticais como eternas e imutáveis, chegando a afirmar que “nossa língua é mutante, não no essencial, mas em coisas bastante ligeiras e de pequena consequência” (BOUHOURS, 1671 apud PADLEY, 2001, p. 65). O pensamento de ambos consolida o purismo linguístico na França:

A doutrina de Vaugelas e Bouhours supõe como ponto de partida que, tendo a língua chegado à sua mais alta perfeição, a tarefa do gramático é salvaguardá-la. Disso resulta uma combinação de formalismo rígido e de complicação minuciosa, em que a atitude para com a língua é só o reflexo fiel das preocupações mais gerais da sociedade. [...]. (PADLEY, 2001, p. 65).

É curioso notar que Vaugelas não se considerava *prescritivo*. Muito antes da linguística moderna, ele descobre “o recurso ao julgamento de aceitabilidade espontâneo e não refletido, baseado na intuição do falante nativo” (YAGUELLO, 2001, p. 282). Em sua obra, o gramático francês assim se expressa em relação à questão:

Falando sem reflexão e sem raciocinar sobre a frase, eles [os falantes nativos] falavam segundo o Uso e, por conseguinte, falavam bem, mas, considerando-a e examinando-a, eles se afastavam do Uso, que não pode enganar em matéria de língua, para se apegarem à razão, ou ao raciocínio, que é sempre um guia falso a este respeito, quando uso é contrário (VAUGELAS, 1647, apud YAGUELLO, 2001, p. 282).

O grande problema é que, após essa ideia excelente, Vaugelas elege como padrão para o *bon usage* como “composto da elite das vozes. É a forma de falar da parte mais sã da corte” (VAUGELAS, 1647, apud TODOROV; DUCROT, 1977, p. 130), ou seja, o próprio uso da corte francesa. A interpretação não poderia se tornar outra que não a mais purista possível (YAGUELLO, 2001).

Nos séculos seguintes, esse critério de correção influenciaria, na português, autores como Francisco José Freire (1719-1773), que “partia do princípio clássico por excelência do ‘bom uso’ a autoridade de fixar as leis do idioma” (MARTINS, 1977, p. 376). Para Freire, as grandes referências ainda eram os autores clássicos, mas a autoridade dos clássicos “não é tão forte, que o uso constante, e prudente a não abata” (FREIRE, 1842, p. 1-2) e o uso “ao qual se deve cegamente obedecer [...] é só o que floresceu, e floresce entre aqueles, que mais se distinguiram na pureza do falar próprio, genuíno, e natural de sua nação” (FREIRE, 1842, p. 6).

No critério de correção baseado em *le bon usage*, “a razão não fica inteiramente excluída, mas ela não tem ‘autoridade nenhuma’, visão extremista que acabará [...] por provocar a oposição de Port-Royal” (PADLEY, 2001, p. 65).

### 1.5 O retorno à Filosofia (século XVII): o critério de correção baseado na lógica

Seminalmente, a gramática estava necessária e incondicionalmente vinculada à lógica. Filósofos da Antiguidade criaram uma análise de vários aspectos da língua grega como parte da construção da lógica (FARACO, 2008, p. 133). Conforme observado no item 1.2 (p. 20), o primeiro critério de correção da gramática é um critério lógico, e a logicidade parece reinar absoluta na Idade Média. No século XVII, este critério se consolida com força total.

De acordo com Fávero (1996), duas obras tiveram enorme influência sobre a gramática portuguesa do século XVIII: *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia* (1587), de Francisco Sánchez de las Brozas, e a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (1660), “de base puramente lógica” (CARVALHO, 2000, p. 17), cuja orientação lógico-gramatical tornou-se hegemônica na Europa do século XVII, “voltando, de certa forma, à especulação medieval” (SILVA, 2005, p. 17). São concebidas no momento em que o racionalismo é introduzido na filosofia moderna. A partir delas, tem início a elaboração das chamadas “gramáticas filosóficas” (ou “racionais”). As obras elaboradas são um tipo de

[...] gramática que [...] deve funcionar como uma máquina que possa separar automaticamente o que é válido e o que não é. Uma espécie de autômato, **regido pela lógica**. O alvo que estes estudiosos querem atingir é a língua ideal — língua universal, **lógica**, sem equívocos, sem ambigüidades, capaz de assegurar a unidade da comunicação do gênero humano (ORLANDI, 2009, p.12) .

O autor de *Minerva* é um gramático “preocupado em estabelecer correlação entre gramática e lógica” (FÁVERO, 1996, p. 88-89), introduzindo “genialmente esse erro na lingüística moderna”, como diz Carreter (1949, apud FÁVERO, 1996, p. 89). Em sua obra, a razão se coloca em primeiro lugar e não aceita nenhum princípio gramatical que não esteja baseado nela<sup>31</sup> (FÁVERO, 1996, p. 89).

---

<sup>31</sup> Apesar disso, Sánchez “muitas vezes abandona os parâmetros racionalistas e estuda os fatos gramaticais como puramente gramaticais, colocando-se ao lado de lingüistas modernos” (FÁVERO, 105).

Se, anteriormente, o modelo linguístico a ser seguido era baseado nos grandes autores do passado, com a orientação lógico-gramatical de Port-Royal o critério de correção passou a ser espelhado nos usos de um segmento legitimado pela sociedade. Como esclarece Silva (2005),

Em face do grande número de usos de uma comunidade lingüística que os gramáticos-filósofos racionalistas conheciam, devia-se realizar, obrigatoriamente, uma escolha, tornar operacional a codificação do “uso exemplar”, que não seria apanágio da maioria dos locutores, mas sim de uma elite da comunidade lingüística (p. 16-17).

A importância da Gramática de Port-Royal “reside na aproximação entre a gramática descritiva e a lógica analítica; o pensamento firmado entre linguagem e pensamento permitiu estabelecer uma teoria universalista [...]” (FÁVERO, 1996, p. 133).

Na língua portuguesa, as influências se fizeram sentir na obra de gramáticos racionalistas como Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816):

[...] sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria [...] ella **deve ser huma verdadeira Logica**, que ensinando-se a falar, ensine ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso **a Grammatica foi sempre reputada como huma parte da Logica** pela intima connexão, que as operações do nosso espirito tem como os signaes, que as exprimem (BARBOSA, 1822, p. x, destaques nossos).

Essa tradição francesa, herdada por Portugal e (in)diretamente transferida ao Brasil, embora tenha posteriormente seus alicerces abalados pelas novas orientações linguísticas do século XX, conseguiu se manter até as últimas décadas em nosso país (SILVA, 2005, p. 17).

De acordo com Oliveira (2004),

[...] o critério lógico caracteriza-se pela ênfase ao que se deve empregar, em oposição ao do uso, que se preocupa com o que se emprega de fato. É esse princípio que explica a condenação de “e nem” (com a justificativa de que “nem” já significa “e não”) e de “há muito tempo atrás” (que se recomenda substituir por “muito tempo atrás” ou “há muito tempo”, alegando-se que em “há” já existe a idéia de “anterioridade” contida em “atrás”) (p. 67).

O critério de correção baseado na lógica conflita frequentemente com construções *usuais* (mesmo as) da língua (escrita). É o caso da condenação de expressões identificadas



como pleonasmos, sem admissão de qualquer possibilidade de uso em função da necessidade de ênfase. No entanto, a esse respeito, hoje em dia, conta-se com o amparo de gramáticos:

O grande juiz entre os pleonasmos de valor expressivo e os de valor negativo (por isso considerado erro de gramática) **é o uso, e não a lógica**<sup>32</sup>. Se não dizemos, em geral, fora de situação especial de ênfase: Subir para cima ou Descer para baixo, não nos repugnam construções como O leite está saindo por fora ou Palavra de rei não volta atrás (BECHARA, 2004, p. 594).

Apesar de todos os problemas supracitados acerca do critério de correção baseado na lógica, não se deve entender, com isso, que ele deva ser de todo abandonado:

Jespersen, embora critique certas deformações do critério lógico (utilização de uma lógica simplista e confusão de lógica com gramática latina), não concorda com autores que, como Morf, consideram que “a linguagem não é lógica nem ilógica, mas alógica [...]”. Seria estranho — argumenta ele — que ela “fosse tão independente das leis do pensamento correto”, quando o seu fim é exprimir o que pensamos (OLIVEIRA, 2004, p. 67).

## 1.6 Século XIX: O português europeu como critério de correção

[...] nós  
O que fazemos  
É macaquear  
A sintaxe lusíada.  
(Manuel Bandeira, *Evocação do Recife*, 1998, p. 26)

“Em que época começaria a surgir, em oposição à linguagem portuguesa, a linguagem brasileira?”. É a pergunta que Serafim da Silva Neto supõe que os leitores façam diante da distinção entre o português brasileiro e o europeu surgida gradativamente na era colonial (SILVA NETO, 1986, p. 87). Este filólogo constata que as primeiras diferenciações se deram a partir de 1622. Entretanto, com a contínua imigração portuguesa, “as massas de falar português agiam sem cessar sobre os vagidos da linguagem brasileira em formação. Só pouco a pouco é que esta última se foi firmando e acentuando” (SILVA NETO, 1986, p. 88). Por meio do mesmo autor, é possível conhecer obras que fizeram, à época, essa distinção.

---

<sup>32</sup> Numa entrevista (BECHARA, 2004), o gramático usa a expressão “antes de mais nada” (quando o critério da lógica exigiria a correção dessa sentença para “antes de tudo”): “[...] a escola é, antes de mais nada, um oficina de cultura, então é preciso preparar o homem para a vida”.

No século XVIII, o gramático Jerônimo Contador de Argote fez um interessante registro sobre o uso, entre brasileiros, de palavras consideradas arcaicas em Portugal: “Ha os dialectos ultramarinos e conquistas de Portugal, como Índia, Brasil, etc. os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muitos vocabulos de Portuguez antigo” (ARGOTE, 1725). No mesmo século, o ortógrafo Luís de Monte Carmelo adverte os brasileiros: “Finalmente costumam pronunciar-se com dois accentos dominantes as Dicções do seguinte Catalogo, e as derivadas, **as quaes devem notar bem os Brasienses; porque confundem os Accentos da nossa Lingua**” (MONTE CARMELO, 1767, p. 128, destaque nosso). Talvez não fosse possível esses autores entenderem que “falar e aprender o português no Brasil no século XVIII não tem paralelo ou correspondência com o que ocorre em Portugal: a língua portuguesa no Brasil já vinha se historicizando diferentemente” (MARIANI, 2003, p. 16).

Mas é no século XIX que se verificam as grandes mudanças na sintaxe do português brasileiro (PAGOTTO, 1998). Apesar de toda a distinção que vinha se estabelecendo, a língua escrita no Brasil continuava monitorada pelo padrão lusitano:

A princípio (tanto era o prestígio da linguagem portuguesa e da Lusa-Atenas!) procuram-se imitar, na língua escrita, os modelos lusitanos. Há como que uma vergonha da linguagem brasileira, uma tendência para considerar “erros” todas as suas particularidades ou divergências do falar português [...] temia-se a pecha de *colonial*, a implacável férula dos gramáticos de além-mar (SILVA NETO, 1986, p. 89, grifo do autor).

Do ponto de vista político, até a independência do Brasil (1822), não havia dúvidas quanto ao padrão linguístico considerado modelar. Afinal, o Brasil era uma extensão territorial transatlântica de Portugal e, nessa qualidade, seus habitantes estavam em tudo sujeitos às decisões oficiais da metrópole, inclusive às decisões que diziam respeito à língua (BAGNO, 2005, p. 77). Após a independência do país, entretanto, o que se vê é o surgimento de um ideal (re)lusitanizante para o português praticado no Brasil. Houaiss (1992) observa que

Houvera, presumivelmente, mesmo através do mero processo oral, um tipo de policiamento social que buscava afastar-se da massa<sup>33</sup>. Essa tendência teria ido em crescendo tal que, da metade do século XIX em diante, o “ideal” linguageiro postulado chegou a ser ostensivamente lusitanizante, sobretudo para fins artísticos, no teatro ou fora dele [...] **Os gramáticos e professores da língua não hesitavam em optar por formas lusas** [...] (p. 142, destaque nosso).

Uma prova histórica da consagração da correção conforme o português europeu na escrita no Brasil é encontrada no trabalho de Pagotto (1998), que realizou uma comparação gramatical entre o texto da Constituição imperial (1824) e o da primeira Constituição republicana (1891). O autor constatou que os dois textos foram redigidos em gramáticas bastante diferentes uma da outra: a primeira “foi escrita no que ficou conhecido como português clássico”, enquanto a segunda foi redigida de acordo com “a atual norma culta do português (que, em muitos casos, se espelha em variedades modernas do português de Portugal)” (PAGOTTO, 1998, p. 52), o que se comprova por meio de várias marcas gramaticais:

1. A constituição do império é essencialmente **proclítica**; a constituição da república é **enclítica**;
2. A constituição do império apresenta quase categoricamente a forma **aonde** em contextos onde [sic] a atual norma culta prescreve **onde**, que é a forma empregada na constituição republicana;
3. A constituição do império apresenta pelo menos duas sentenças relativas cortadoras [...], construção evidentemente evitada na constituição republicana.
4. A constituição do império apresenta categoricamente a construção **todo o** para a quantificação universal, ao contrário da constituição republicana, em que é usada a forma sem o artigo (PAGOTTO, 1998, p. 52, destaque nosso).

No tocante ao uso de clíticos, o autor realizou um estudo quantitativo sobre os casos constantes nos dois textos. “A diferença é gritante. A constituição do império chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico” (PAGOTTO, 1998, p. 52). Entretanto, ele percebeu que essas características supracitadas relativas ao texto constitucional imperial são encontradas em textos do português clássico, que vieram a ser tratadas no Brasil como formas populares, distintas daquilo que é prescrito pelas gramáticas.

---

<sup>33</sup> De acordo com Carvalho (2010), “o coloquialismo constitui [...] uma janela para o escritor [Machado de Assis] arejar um pouco a sua prosa, marcada pelo rigorismo gramatical, sobretudo na questão na colocação de pronomes [...]. Nessa questão, aliás, Machado não pôde avançar muito em seu próprio discurso, porque o patrulhamento gramatical, na época, era impiedoso. José de Alencar que o diga (p. 44). Entretanto, isso nunca impediu que Machado de Assis fizesse frequente e significativo uso de brasileirismos (CARVALHO, 2010, p. 35).

Para Pagotto, durante o século XIX, uma nova norma escrita foi estabelecida, não se tratando da substituição de formas da escrita que haviam caído em desuso por formas da oralidade brasileira, mas, sim, por formas da escrita pautadas nos moldes lusitanos. O autor ressalta ainda a possível interpretação paradoxal dessa mudança, uma vez que, por ter o Brasil se tornado independente, esperava-se um processo de construção que privilegiasse as características particulares da língua no país. O que ocorreu foi justamente o contrário:

[...] os conservadores, tendo adotado o princípio da unidade da língua e escritores portugueses como modelo de correção, passaram a cultivar a prática de identificar os “erros” dos brasileiros. E, para “corrigi-los”, desenvolvem um febril esforço legiferante (em especial na década de 1880), buscando fixar, à base do mais puro arbítrio, a norma válida para a escrita (FARACO, 2008, p. 120).

Pagotto (1998) explica também que

[...] partindo do princípio de que o português clássico era a norma em Portugal até o século XVIII, é em Portugal que se teria dado a promoção das variantes em mudança à condição de norma culta, uma vez que, no Brasil, a língua falada seguia um curso completamente diferente. Ou seja, a mudança de postura em relação às formas linguísticas que se dá em Portugal não ocorre gratuitamente, mas é fruto da expansão das mudanças na gramática do português falado lá. Isso já tem sido atestado pelo menos com relação à posição dos clíticos pronominais (p. 53).

Assim sendo, a independência política de Portugal não significou uma autonomia no âmbito linguístico, havendo forte tendência de preservar na língua culta do país as “legítimas formas portuguesas” (BARBOSA, 1902, p. 180) e a sintaxe lusitana entre os séculos XIX e XX.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Não se deve concluir, entretanto, que não houvesse, por outro lado, uma tendência a legitimar o português escrito (e falado) no Brasil. Em 1881, Júlio Ribeiro lança a sua *Grammatica portugueza*, a primeira obra a gramatizar a variante brasileira do português (VIDAL NETO, 2010); em 1888, é lançado o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, cujo autor, Antônio Joaquim de Macedo Soares, afirma que “se deve escrever no Brasil como se fala no Brasil” (MARIANI, 2011, p. 247). Essa ideia “diz respeito à existência, de fato, de um português do Brasil diferenciado do de Portugal; uma atitude que é a de mostrar diferenças gramaticais e léxicas que especificam um português brasileiro” (MARIANI, 2011, p. 247).

### 1.6.1 José de Alencar e a “língua brasileira”

De acordo com Nunes (2006), “somente no final do século XVIII e início do XIX, com o movimento romântico e a Independência, começaram os estudos sobre o português do Brasil” (p. 50). Após a independência política é que nasce uma literatura verdadeiramente brasileira, perdendo-se, aos poucos, o “complexo de colônia” (SILVA NETO, 1986, p. 89). O melhor exemplo histórico é o escritor José de Alencar, que participou do embate entre os nacionalistas e os tradicionalistas, estes últimos detratores da obra do literato cearense (SCARTON, 2005, p. 45). Conforme bem observou Cunha (1968), “a Alencar não lhe criticavam, de início, a idealização do indígena. As censuras recaíam sobre sua expressão lingüística, o seu vocabulário e, principalmente, a sua sintaxe, que parecia **desobedecer aos intangíveis cânones portugueses**” (p. 14, destaque nosso).

De fato, não havendo ainda um critério de correção que se pautasse no português escrito no próprio país — ou melhor, não tendo sido estabelecido ainda um cânone nacional —, à *intelligentsia* brasileira parecia restar somente a concordância e a submissão à norma vigente no português de Portugal. Tal atitude é uma das razões que explicam o purismo, em âmbito nacional, talvez mais incisivo e categórico do que o próprio purismo em solo lusitano! Conforme muito bem observou o crítico literário Wilson Martins,

[...] nas palavras de José Veríssimo, o que faltava à nossa literatura era “um idioma independente”. Na impossibilidade de criá-lo e premidos pelo complexo de inferioridade gramatical em que nos mantinham os portugueses, só nos restava a fuga para a frente, quero dizer, *sermos mais puristas e corretos do que eles* (MARTINS, 2002, p. 351-352)

Ressalte-se aqui também que José de Alencar

[...] não pretendia, na realidade, criar uma língua nova, nem fazer ascender a nossa linguagem popular à altura de língua literária. O que êle preconizava era somente uma elasticidade maior da expressão, a legitimação dos termos tipicamente brasileiros, uma sintaxe mais livre, ou, melhor dizendo, menos sujeita às **normas severas do português europeu** (CUNHA, 1968, p. 24).

Trata-se de um quadro que, infelizmente, não evoluiu muito nas décadas posteriores. O que se percebe é o recrudescimento do tratamento negativo conferido às formas variantes uso na linguagem culta do próprio país.

#### *1.6.2 A revisão do Código Civil: polêmica entre Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa*

Outro episódio histórico que ilustra perfeitamente a defesa da manutenção do critério de correção conforme o português que não se pautasse pela forma (falada e) escrita no Brasil ocorreu durante a famosa polêmica gramatical entre o gramático Ernesto Carneiro Ribeiro e seu antigo discípulo, Rui Barbosa, em torno da revisão do Código Civil (1902-1905), considerada por Leite (1999, p. 76) “o maior símbolo do purismo linguístico do português do Brasil”. Dada a gigantesca discussão que isso envolve, não convém tratar de toda (a história d)a polêmica aqui. Serão observados apenas alguns aspectos que caracterizam o apego ao português lusitano nesse duelo linguístico, em que havia acusação recíproca de purismo (tratava-se, tão somente, de um purista atacando outro).

Em 1902, Rui Barbosa, em seu parecer sobre a redação do projeto do Código Civil, dá aquele que provavelmente é um dos mais exemplares testemunhos de purismo linguístico da história do português:

Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, “o dialeto brasileiro”, todas as mazelas e corrutelas do idioma que nossos pais nos herdaram cabem na indulgência plenária dessa forma de relaxação e do desprezo da gramática e do gosto. [...] Ao sentir de tal gente, quanto mais ofender a linguagem os modelos clássicos, tanto mais melodias reúne; quanto mais distar do bom português, mais luminosidade encerra (BARBOSA, 1902, p. 303).

A esse respeito, Mariani (2011) faz uma perfeita colocação:

Rui Barbosa, ao afirmar que Clóvis Beviláqua, o autor do texto original do projeto de codificação, e, por extensão, Ernesto Carneiro Ribeiro, o último revisor do texto, escrevem e usam mal sua língua nacional, observa-se [sic] a **imposição de uma identidade linguística exterior, oriunda da memória metálica de ideias linguísticas que ainda sofrem os efeitos da colonização** (p. 240, destaque nosso).

As declarações em que fica evidenciado o extremo purismo de Rui Barbosa<sup>35</sup> são incontáveis. O que importa registrar aqui é que o senador era um defensor fervoroso da “ideia de uma língua em uso por autores portugueses canônicos” (MARIANI, 2011, p. 253).

Carneiro Ribeiro, embora não tão pró-lusitano quanto Rui Barbosa, citando exemplos de modernos escritores (RIBEIRO, 1905), não deixa de manifestar semelhante apego a critérios de correção conforme o português europeu.<sup>36</sup> Ainda assim, o gramático baiano “abre espaço para aceitar formas em uso, faladas e escritas de forma diferente da norma” (MARIANI, 2011, p. 255).

Infelizmente, esse episódio de querelas gramaticais, em vez de contribuir para a consolidação de uma linguagem culta conforme o uso brasileiro, só acabou por reforçar ainda mais a subordinação da norma nacional à norma portuguesa,<sup>37</sup> pois, conforme observou Martins (2002), a questão se resolveu “contraditoriamente em favor da supremacia lusitana, não só aceita, mas também celebrada e exaltada [...]” (MARTINS, 2002, p. 351-352).

---

<sup>35</sup> Além disso, conforme observou Martins (1996), Rui Barbosa “se colocava na posição de quem decide o que é vernáculo e o que não o é” (p. 170).

<sup>36</sup> O levantamento estatístico das citações das obras por meio das quais Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro se digladiaram gramaticalmente, realizado por Leite (1999), revela uma maciça recorrência a escritores portugueses por parte de ambos os autores, sendo “em pequena monta” a remissão a autores brasileiros (p. 79-80).

<sup>37</sup> A esse respeito, no âmbito da literatura, digno de menção é o contraste existente, no início do século XX, entre a obra de Coelho Neto (grande representante do lusitanismo gramatical) e a de Lima Barreto (deliberadamente antilusitana) (KURY, 1988, p. 205-215).

### 1.6.3 Brasileirismo: um uso visto como erro em vez de correção

O padrão lusitano de correção permaneceu incrustado de tal modo na norma-padrão do português brasileiro que as próprias formas brasileiras<sup>38</sup> que se legitimavam na língua culta, entendidas como violação do português modelar (ou seja, o europeu, o correto), foram sendo identificadas como “brasileirismos”. Esta é a expressão utilizada para se identificar, por exemplo, o uso da regência “chegar em” (LUFT, 2010, p. 116). Na norma-padrão brasileira, alguns casos de brasileirismo são abonados; outros, não. Todavia, poucas pesquisas se mostram suficientes para provar que nem todos os casos rotulados como brasileirismos o sejam de fato (COUTINHO, 1976, p. 338-339), compreendendo-se que não passam de velhos *lusismos*: “Muitos dos nossos brasileirismos, e muito da nossa gramática, não passam de arcaísmos preservados na América” (RIBEIRO, 1921, p. 22). Conforme se verá no item 5.3.1, Luft equivoca-se ao classificar “chegar em” como brasileirismo.

Além do caso supracitado com verbos de movimento, são tratados **equivocadamente** como brasileirismos os seguintes casos:

- a) Os pronomes *ele, ela, eles, elas* com valor objetivo: *Vi ele, encontrei ela*;
- b) A colocação irregular dos pronomes oblíquos;
- c) O verbo chamar seguido de *de*;
- d) O uso de *mais*, nas frases negativas, em lugar de *já*;
- e) O predicado no plural, concordando com o sujeito coletivo geral no singular;
- f) Verbo impessoal *haver* com flexão do plural;

Trata-se de construções típicas do português europeu antigo, conforme demonstram exemplos colhidos de obras clássicas (COUTINHO, 1976; RIBEIRO, 1921). Entretanto, vários gramáticos têm rotulado de brasileirismo o que sempre foi legitimamente lusitano.

---

<sup>38</sup> Entre algumas características gramaticais do português brasileiro, é possível citar: a) o uso do pronome pessoal nominativo em função acusativa: *eu vi ele*; b) emprego de *ter* por *haver* nas construções existenciais: *hoje tem aula*; c) construção dos verbos de movimento com a preposição *em*: *vou na feira*; d) colocação do pronome pessoal átono em posição predominantemente proclítica: *me empresta dinheiro, vou lhe falar* (CASTILHO, 1992).



## 2 SÉCULO XX: A DEFINIÇÃO DE “NORMA” NO ÂMBITO DA LINGUÍSTICA E A POSTERIOR CONSOLIDAÇÃO DO TERMO “NORMA-PADRÃO”

No capítulo anterior, a respeito dos diversos critérios de correção desenvolvidos para a gramática normativa, não foi encontrado nenhum conceito que definisse, apropriada e especificamente, a *norma* linguística. Casevitz e Charpin (2001) declaram que “originalmente, a ideia mesma de *norma*, bem como a palavra, são estranhas à língua e ao pensamento gregos. Dificilmente se encontra em grego o equivalente exato do latim *norma* [...]” (p. 23, grifos do autor). Isso não significa não ter havido, desde então, um conceito que envolvesse a correção e a padronização: Neves (2005) chama a atenção para o fato de que “Diógenes Laércio<sup>39</sup> cita livros de Crisipo<sup>40</sup> que tratam do problema do consenso, aproximadamente aquilo que hoje chamamos *norma* linguística” (p. 106, grifo da autora), enquanto Leite (2007), ao identificar a concepção da gramática ocidental tal como a que existe até hoje, acusa que

[...] da concepção de “gramática como competência em matéria de textos”, em que as regras eram explicativas dos fenômenos ocorridos nos textos de cada autor, passou-se a “uma concepção de gramática como sistema de língua”, em que as regras eram *resultantes de usos comuns e deviam tornar-se modelo para o uso comum*, isto é, tornar-se *norma*, padrão de correção<sup>41</sup> (p. 45, grifos da autora).

Assim, pode-se admitir que foi num esforço pedagógico por fixar a língua num certo estado de pureza “que se desenvolveu a norma na gramática grega” (CASEVITZ; CHARPIN, 2001, p. 31-32).

---

<sup>39</sup> Historiador e biógrafo dos antigos filósofos gregos (200 d.C. – 250 d.C.).

<sup>40</sup> Filósofo grego (280 a.C. – 208 a.C.), um dos maiores expoentes do estoicismo.

<sup>41</sup> Apesar dessa mudança de concepção, isso não significa, como se pode verificar, que o anterior pensamento da gramática como “competência em matéria de textos” tenha sido completamente abandonada.

## 2.1 Antecedentes: o Estruturalismo

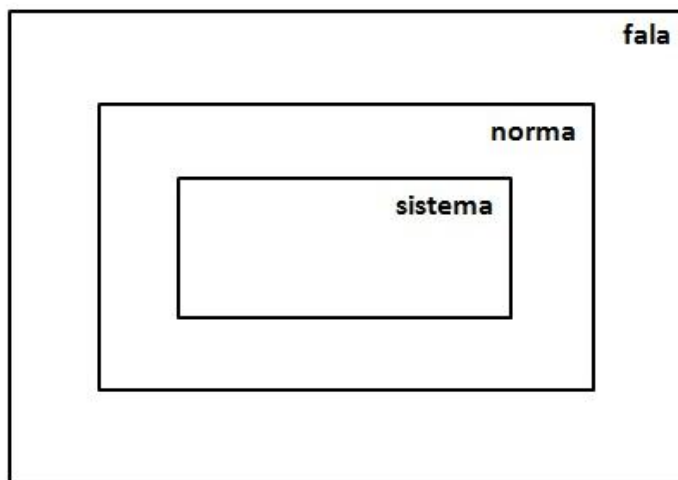
De acordo com Todorov e Ducrot (1977), “[...] O desenvolvimento da pesquisa linguística no século XIX [...] levou a separar cada vez mais o conhecimento científico da língua e a determinação de sua norma” (p. 130). O primeiro ponto de ruptura com o chamado “erro clássico” (LYONS, 1979) da tradição gramatical se dá por meio estruturalismo descritivista do século XX, que promove o rompimento, no âmbito dos estudos linguísticos, do princípio da precedência da língua escrita sobre a falada e do princípio de que só a variedade culta escrita deve ser objeto da gramática, separando-se a gramática normativa do que se deseja como o centro da linguística — a gramática descritiva (SILVA, 2005). Apesar disso, “uma vez que o problema [a questão da norma] existe na realização histórica das línguas, ele não deixou de ser aflorado, discutido e analisado por [linguistas] estruturalistas” (SILVA, 2005, p. 19). Nesse âmbito, destaca-se o trabalho do romeno Eugenio Coseriu (1921-2002), que, embora não tenha sido o primeiro a teorizar sobre o conceito de norma no campo do Estruturalismo, “é seguramente dele a mais refinada e elegante elaboração sobre o tema que esse modelo produziu”<sup>42</sup> (LUCCHESI, 2002, p. 69).

## 2.2 O legado de Coseriu

Foi por meio da principal crítica feita à dicotomia saussuriana *langue/parole* que Coseriu propôs uma divisão tripartida, do mais concreto (fala) ao mais abstrato (língua), passando por um grau intermediário: a norma (CARVALHO, 2000), conforme o modelo a seguir:

---

<sup>42</sup> O linguista dinamarquês Louis Hjelmslev (1899-1965) desenvolveu uma teoria sobre norma linguística com muitas semelhanças em relação à de Coseriu (TODOROV, 1977, p. 131), conforme será visto no item 2.3.

**Figura 2** – Tricotomia coseriana

Fonte: Silva (2005), com adaptações.

A esse respeito, Coseriu “explicou que a norma é o filtro social do sistema e que, naturalmente, o sistema é mais amplo do que a norma, que se realiza a partir das possibilidades por ele oferecidas.” (LEITE, 2007, p. 25). No entanto, é preciso observar que

[...] em um sentido, a norma é mais ampla do que o sistema, pois contém um número maior de traços [...]; em outro sentido, é mais estreita, pois representa uma seleção dentro das possibilidades de realizações admitidas pelo sistema. Tal seleção apresenta variações externas (por exemplo, sociais ou regionais) e internas (combinatórias e distribucionais) (COSERIU, 1958, apud CUNHA, 1968, p. 31).

O sistema abrange, portanto, as possibilidades que “indicam os caminhos abertos e fechados de um falar ‘compreensível’ em uma comunidade”, enquanto a norma constitui “um ‘sistema de realizações obrigadas’, consagradas social e culturalmente; não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada” (COSERIU, 1958, apud CUNHA, 1968, p. 31-32). Assim sendo, o sistema representa a possibilidade de a língua “ir além do já realizado e a norma a fixação da língua em moldes tradicionais” (COSERIU, 1958, apud CUNHA, 1968, p. 32). O sistema precede o uso e contém a norma, que é a parte reguladora do sistema.

Na teoria de Coseriu, há também o entendimento de uma variação sincrônica:

[...] **a norma pode variar** no seio de uma mesma comunidade lingüística, seja de um ponto de vista diatópico (português de **Portugal** / português do **Brasil** / Português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem média / linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética / linguagem da prosa)<sup>43</sup> (CUNHA, 2001, p. 8, destaque nosso).

Eis aqui o conceito de *norma* proposto pelo linguista romeno nos anos 1950. Trata-se de definição que adquiriu grande importância no âmbito dos estudos linguísticos e que encontrou acolhida em obras de Evanildo Bechara (1999) e Celso Cunha (2001).

Resta, no entanto, descobrirmos qual é realmente a natureza desta norma. De acordo com Silva (2005, p. 18), ao afirmar que norma significa “como se diz”, e não “como se deve dizer”, contrariando o conceito da prescrição, Coseriu teria desenvolvido uma teoria de norma social em oposição à norma prescritiva,<sup>44</sup> promovendo assim uma ruptura em relação ao pensamento tradicionalmente em voga; Lucchesi (2002) observa que o próprio Coseriu não consegue levar às últimas consequências essa distinção entre o social e o prescritivo, “ao afirmar ele próprio que a norma ‘se impõe ao falante’[...] e que ‘a norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas’, de imposições sociais e culturais’ [...]” (p. 66).

Lucchesi também observa que Coseriu defende a ideia de que o sistema funcional é unitário, invariável e independente de qualquer determinação social, buscando uma formulação teórica que desvincule o sistema funcional de qualquer realidade social (2002, p. 70-71). Esses questionamentos, porém, levariam o presente estudo para além do que se pretende abordar aqui.

---

<sup>43</sup> De acordo com Houaiss (2001, p. 1029), Coseriu criou o vocábulo *diafásico* tomando o grego *phásis* com o sentido de ‘expressão’, em complemento a *diastrático* e *diatópico*, termos propostos pela primeira vez por L. Flydal, (linguista norueguês), em publicação de 1951.

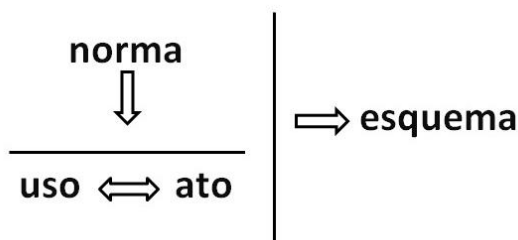
<sup>44</sup> Do mesmo substantivo *norma* derivam dois adjetivos: *normal* e *normativo*, usados com sentidos bem distintos (BAGNO, 2003, p. 40) Uma das melhores distinções foi dada por Aléong (2001, apud BAGNO, 2003): “Se se entende por normativo um ideal definido por juízos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente da parte das pessoas concernidas, o normal pode ser definido pelo sentido matemático de frequência real dos comportamentos observados” (p. 40).

### 2.3 Norma e uso

Discutida a definição de norma, cumpre agora relacioná-la ao *uso*, palavra tantas vezes mencionada desde o primeiro capítulo, e cuja distinção em relação à palavra norma nem sempre existe dependendo da abordagem, sendo frequentemente tomada como um único fenômeno (LEITE, 1999). A primeira distinção entre *uso* e *norma* foi provavelmente estabelecida pelo linguista Louis Hjelmslev (1943, apud LEITE, 1999), segundo o qual “a língua-esquema, a língua-norma e a língua-uso não se comportam do mesmo modo frente ao [sic] ato individual que é a fala” (p. 181). Sob esse ponto de vista, a norma é oriunda do uso, e não o contrário.

Hjelmslev (1943, apud LEITE 1999) descreveu a inter-relação entre os fenômenos *ato*, *uso* e *norma* diante do *esquema* do seguinte modo:

**Figura 3** – Relação de interdependência e determinação (Hjelmslev)



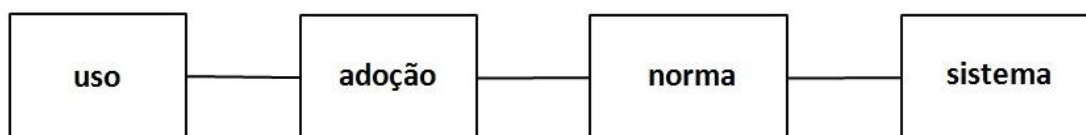
Fonte: Leite (1999).

A figura expressa a relação de interdependência entre uso e ato, de determinação (variável >> constante) entre norma e uso/ato e também de determinação entre esses e o esquema. Em outras palavras, assim como a norma mantém relação de determinação com o uso, o esquema (sistema) mantém relação com a norma, que, por sua vez, está influenciada pelo uso. Assim sendo, Leite conclui que “ineptas são, pois, as reações violentas, que, por vezes, se observam quanto a determinados *usos*, porque, se constantes, esses tendem a se *normalizar* e, depois, podem alcançar o sistema” (2007, p. 182, grifo da autora).

O que é preciso considerar, ainda, é que a passagem do uso para a norma não se dá de modo automático: entre ambos há um estágio intermediário chamado *adoção* (COSERIU, 1979 apud LEITE, 1999): toda inovação tem de ser, primeiramente, aceita e imitada pelos falantes de determinado grupo social para, depois, se transformar em uso. “Pela divulgação, esse uso, por meio dos falantes no desempenho de seus diversos papéis sociais, pode ser **adotado** e se transformar em norma” (LEITE, 1999, p. 182, destaque nosso).

Após a exposição das concepções de Hjelmslev e Coseriu, o que Leite propõe é a junção das contribuições de ambos os autores:

**Figura 4** – Representação dos estágios



Fonte: Leite (1999).

Para exemplificar esse caso, pode-se citar o caso analisado por Monteiro (2011) envolvendo a pronúncia da palavra “algoz”. Tudo indica que a pronúncia do “o”, *usada* na ocasião em que a palavra ingressou no português, era fechada (ô). Deste então, todas as obras sempre descreveram e prescreveram a pronúncia com o timbre fechado para esse vocábulo. Porém, o uso com o timbre aberto (ó) foi se consolidando e acabou sendo adotado pelos falantes, e o que se ouve hoje entre os usuários da língua é muito mais a pronúncia aberta (ó) do que a fechada. Embora nenhuma gramática prescreva a pronúncia aberta para essa palavra, recentemente os dicionários (HOUAISS, 2009; SACCONI, 2010) e o próprio *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (ACADEMIA, 2009) registraram a dupla ortoépia. Entende-se que a tendência, neste caso, é a de que os gramáticos reconheçam, mais cedo ou mais tarde, a pronúncia aberta como norma.

Com base nessa representação da relação entre uso e norma proposta por Leite, serão analisados, no capítulo 4, vários casos de mudança e variação no âmbito da norma.

## 2.4 Dos anos 1960 aos dias atuais: críticas dos linguistas às ideias vigentes de *norma*

Em 1968, nas atas de um simpósio em Portugal, o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues publicou o artigo “Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil” (RODRIGUES, 2004), no qual exhibe algumas incongruências da chamada (por ele e por outros autores<sup>45</sup> de) “língua padrão”, tal como é estabelecida e ensinada nas escolas. Aqui se percebe uma crítica que expõe o modo defasado como era (e ainda é) utilizado o critério de correção com base na filologia:

[...] desde a década de 1920 os melhores escritores brasileiros vêm-se insurgindo contra o padrão linguístico sustentado pelo magistério — o qual foi freqüentemente usado pelos críticos para julgar a “vernaculidade” das obras literárias — e vêm, através de seus escritos, oferecendo uma língua escrita que diverge em muitos pontos daquele padrão [...]. Vai aumentando de tal maneira o consenso entre escritores e leitores de que essa é a melhor língua escrita, que somos levados a reconhecer que se processa uma reformulação, ou uma substituição da língua padrão escrita. Aliás, esse fato já está levando alguns professores de português a propor a reelaboração das gramáticas normativas com base na análise da língua literária brasileira contemporânea (RODRIGUES, 2004, p. 17).

Dez anos depois, em 1978, o linguista Ataliba de Castilho publicou um artigo intitulado *Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa*, em que, após analisar os tipos de norma existentes, afirmava que “a norma prescritiva não está a salvo do fenômeno da variabilidade linguística”<sup>46</sup> (CASTILHO, 2004, p. 30). Ele também questiona o apego à tradição no âmbito da normalização, assinalando que

<sup>45</sup> Rodrigues (2004, p. 14) diz que “o que em geral se entende por língua padrão é, sem dúvida, um caso de padrão ideal. Trata-se de uma variante tida, pelos membros de uma sociedade, como aceitável em determinadas situações, em que outras variantes podem não ter a mesma aceitação”; Bechara (1999) utiliza frequentemente em sua gramática a expressão “língua padrão” para se referir a casos legitimados ou condenados pela norma-padrão.

<sup>46</sup> “Desenvolvendo estudos de processos de mudança em curso no presente, os sociolinguistas demonstraram que a variação normal faz parte do sistema linguístico, participa do seu funcionamento e interfere nos processos de mudança que se operam no seu interior. Desse modo, a língua passa a ser concebida como um sistema heterogêneo e variável” (LUCCHESI, 2004, p. 74). Ou seja, a variação é inerente ao sistema.

[...] a autenticidade e a veracidade da norma **radicam no contemporâneo**. Com isso, não se devem buscar seus contornos em épocas passadas, e os casos coincidentes apontam apenas para a estabilidade dos setores do sistema a que correspondem, o que é um dado de outra ordem. A busca da autenticação da norma prescritiva em fases passadas da cultura vernácula tem sido por isso mesmo bastante verberada entre nós (CASTILHO, 2004, p. 31, destaque nosso).

Mas é na década de 1990, por meio de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Dante Lucchesi, principalmente, que as críticas evoluem para a proposta de uma terminologia mais clara e bem definida para a realidade brasileira, trabalho que é continuado nos anos 2000 pelo sociolinguista Marcos Bagno, que procura realizar a devida distinção entre norma **culta** e norma-**padrão**, mais precisamente a partir de *A norma oculta* (BAGNO, 2003).

O primeiro questionamento que Bagno (2003) faz é se a norma culta se refere ao que é (ao *normal*, ao frequente, ao habitual) ou ao que deveria ser (ao *normativo*, ao elaborado, à regra imposta). Entre outros problemas, o sociolinguista constatou que

[...] existe uma diferença muito grande entre o que as pessoas em geral chamam de norma culta, inspiradas na longa tradição gramatical normativo-prescritiva, e o que os pesquisadores profissionais chamam de norma culta, um termo técnico para designar formas linguísticas que existem na realidade social (p. 52).

Outro ponto a ser considerado é o entendimento de uma norma como uma (das) variedade(s) linguística(s). Segundo Faraco (2008),

[...] é o conjunto de variedades (de normas) que constitui a língua. A **norma dita culta** é apenas uma dessas variedades, com funções socioculturais bem específicas. Seu prestígio não decorre de suas propriedades gramaticais, mas de processos sócio-históricos que agregam valores a ela. [...] seu prestígio decorre de propriedades intrínsecas (linguísticas propriamente ditas), mas de propriedades extrínsecas (sócio-históricas) (p. 74, destaque nosso).

O que os linguistas concluem é que, se a norma culta é a variedade que os usuários da língua usam correntemente em suas práticas mais monitoradas da fala e escrita, a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (FARACO, 2008, p. 75).



A partir dessa ideia, Bagno (2003) propõe definir as variedades linguísticas sob os conceitos de *padrão* (norma-padrão), *prestígio* (normas cultas) e *estigma* (normas populares):

Diante desse uso ambíguo e carregado de fortes conotações ideológicas, tenho sugerido que se abandone, na pesquisa científica, o uso de *norma culta* para que, com base na noção de *falante culto*, se passe a tratar de *variedades cultas*, sempre no plural, tendo em conta o uso já amplamente consagrado do termo *variedade* na literatura sociolingüística. Ao conjunto de prescrições tradicionais veiculadas pelas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia prefiro dar o nome de *norma-padrão* (BAGNO, 2000, p. 10).

Assim, tem-se a realidade linguística representada da seguinte forma:

**Figura 5** – Variedades linguísticas conforme o prestígio e o estigma sociais



Fonte: Bagno (2003, p. 68).

Esse questionamento tão salientado pelos linguistas tem surtido alguns efeitos. Como exemplo, em 2011, o Centro de Promoção, Seleção e Eventos da Universidade de Brasília (Cespe – UnB) realizou uma alteração no enunciado da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em anos anteriores, a prova tinha o seguinte enunciado: “Redija texto dissertativo-argumentativo em norma **culta** da língua portuguesa sobre o

tema...”<sup>47</sup> (destaque nosso). Em 2011: “Redija texto dissertativo-argumentativo em norma-**padrão** da língua portuguesa sobre o tema...” (destaque nosso). Em outro exemplo, a Resolução UNESP nº. 16, de 30 de março de 2011, que regulamenta o Vestibular Unesp Meio de Ano, estabelece, no parágrafo terceiro do artigo 10: “A redação em língua portuguesa, de gênero dissertativo, avaliará as propriedades de coesão, coerência e progressão temática, privilegiando-se a norma-**padrão** da língua”<sup>48</sup> (destaque nosso). Tal mudança reflete o reconhecimento, por parte dessas instituições, da distinção existente entre os termos.

A discussão em torno do assunto é extensa e vai além daquilo a que se propõe desenvolver aqui. Considerando-se a polissemia do termo *norma* (e a falta de consenso quanto às definições) no âmbito da Linguística e da Gramática, e tudo o que foi analisado até aqui, parece razoável concordar com a definição de Silva (2005) para o que se intitula *norma-padrão*:

Conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de *erro* o que não segue esse modelo. De fato, a norma normativo-prescritiva passa a ser a norma codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos, **embora com algum deles se interseccione, e é parcialmente reciclada ou atualizada ao longo do tempo pelas imposições evidentes**, decorrentes da razão universal de as línguas mudarem e suas normas também, entre elas, a que serve de modelo à norma padrão (p. 14, destaque nosso).

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=360978>>. Acesso em: 6 maio 2012.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://blogunesp.vunesp.com.br/?p=457>>. Acesso em: 6 maio 2012.

### 3 NORMA-PADRÃO: LEGISLADORES, JUÍZES E EXECUTORES

#### 3.1 Os gramáticos

Na Roma Antiga, “gramático era o professor encarregado do ensino que vinha logo depois do primário. [...] Cabia ao gramático a responsabilidade do ensino do idioma bem como a explicação dos grandes autores da época” (AZEVEDO, 2012, p. 85).

Com a gramatização do português brasileiro, a partir do século XIX, surgem autores de diversas áreas: “os diferentes autores de gramáticas [...] são também professores, escritores, historiadores ou jornalistas, ocupando assim uma dupla posição institucional” (ORLANDI, 2001, p. 28).

Na era contemporânea, aqueles que se consagram como autoridade no âmbito da gramática normativa possuem formações acadêmicas e culturais diversificadas. Alguns — como Bechara, Celso Cunha e Rocha Lima — possuem, além da especialização filológica, uma qualificação acadêmica e científica pertinente (isto é, conhecimento com base na linguística);<sup>49</sup> outros — Como Napoleão Mendes de Almeida —, apesar de vasta erudição e de inegável experiência pedagógica envolvendo o ensino de português e latim, carecem do conhecimento fundamentado na Linguística (ciência que ignoram, desprezam ou da qual têm uma opinião equivocadíssima).<sup>50</sup> Há ainda os que apenas são graduados em Letras e, embora não tenham uma especialização que os qualifique além dessa formação básica, publicam gramáticas mesmo sem nunca ter adquirido *status* de gramático ou autoridade reconhecida como tal.

Basicamente, os procedimentos que os principais gramáticos mais têm em comum encontram-se no critério de correção baseado na tradição escrita, que em séculos anteriores se

---

<sup>49</sup> Silva e Arakaki (2008) descrevem a sólida formação científica de Evanildo Bechara; Elia (2002) relata a erudição filológica de Rocha Lima; Ermakoff (2012) registra a especialização de Celso Cunha.

<sup>50</sup> A esse respeito, conferir o destrutivo e absurdo verbete de Almeida (1994, p. 316) sobre a Linguística.

fundamentava principalmente no uso dos chamados “bons escritores”<sup>51</sup> (portugueses e brasileiros): as regras baseavam-se com frequência (ou quase exclusivamente) na abonação de usos por meio de exemplos da escrita de autores que compunham o cânone literário adotado pelo gramático. Henriques (2003) observa que

[...] houve época [...] em que as gramáticas adotavam como única forma de exemplificação de suas regras e descrições a transcrição de trechos de autores de nossa literatura (luso-brasileira). Pode-se daí dizer que havia uma espécie de cumplicidade linguístico-literária que justificava a escolha do autor e do exemplo por parte do gramático. [...] (p. 45).

Apesar disso, há aqueles que não fazem uso sequer de um cânone para fundamentar suas prescrições, como Sacconi (2010). Entre outros, existe a presença mais significativa de outros critérios: o mais notável por seu radical apego à correção com base no latim é Napoleão Mendes de Almeida (fato do qual se tem significativo exemplo na seção 4.1.2).

### 3.2 Os dicionaristas

Embora não tomem para si o papel de normalizadores gramaticais,<sup>52</sup> (os trabalhos dos lexicógrafos estão relacionados aqui porque, queiram ou não, suas obras são tomadas frequentemente como fontes de consulta para aplicação da norma-padrão em textos formais (ver Gráfico 1, p. 72) e porque parte considerável dos dicionários de língua materna têm caráter tanto descritivo quanto normativo (conforme se verificará a seguir), o que pode constituir um problema para todos aqueles que não têm consciência (da distinção) desses aspectos.

O primeiro problema a ser apontado é que, ignorando a natureza e a finalidade dos instrumentos pedagógicos — quais sejam, a gramática e o dicionário —, os usuários podem generalizá-los de modo a confundir suas respectivas aplicações. O que é preciso observar de antemão é que

<sup>51</sup> Bechara (1999) usa essa expressão com enorme frequência.

<sup>52</sup> De acordo com Borba (2003, p. 16), a metodologia utilizada pelos dicionaristas deve ser buscada na linguística descritiva.

[...] o dicionário é o lugar do particular, do tópico e a gramática é do genérico, das regras [...] Não compete à gramática dizer como se usa uma palavra, já que ela não se ocupa de palavras isoladas, mas de conjuntos ou classes de palavras de entidades que compõem o sistema linguístico. Isso quer dizer que a gramática não comportaria arrolamentos, nem mesmo das chamadas palavras gramaticais. Não comporta. O lugar dos arrolamentos é no dicionário. Por exemplo, a gramática não arrola os usos de cada um dos possessivos *meu, teu, seu*, etc., mas os define como classe e subclasse, o dicionário mostra a aplicação da regra palavra por palavra, *verbatim* (BORBA, 2003, p. 301-302).

Mais adiante, o autor conclui que

[...] as gramáticas se ocupam de fonologia, morfologia e sintaxe, deixando de lado o léxico, que fica, assim, afeto ao dicionário. Com efeito, o léxico, como o componente que faz a conexão entre o sistema linguístico e a realidade, não comporta regras de estruturação geral. Por outro lado, suas propriedades não são apenas semânticas, mas sintáticas e pragmáticas também. [...] dicionário e gramática não são entidades separadas, mas complementares: **uma regra** de estruturação ou de uso se procura na gramática, um determinado resultado estrutural ou **um determinado uso** se procura no dicionário (BORBA, 2003, p. 302).

Apesar dessa observação, é preciso considerar o caráter de prescrição existente nas obras lexicográficas, fato que levou Welker (2004) a tratar do “efeito normativo de dicionários não normativos”<sup>53</sup> (p. 186). Conforme bem observou Ripfel (1989 apud WELKER, 2004), esse efeito normativo se estabelece pelo fato de o usuário supor que as informações apresentadas correspondam à norma. Segundo esse autor,

[...] esse efeito de dicionários aparentemente descritivos tem duas causas: ou terceiros (principalmente professores e pais) erigem as informações constantes de determinado dicionário em **norma**, exigindo dos alunos e filhos que obedeçam essa [sic] norma, ou o próprio usuário já internalizou tal obediência, acreditando que um certo dicionário — geralmente o mais usado — representa a “verdade”, o “certo”, no que concerne ao léxico (RIPFEL 1989, apud WELKER, 2004, p. 187, destaque nosso).

Para Welker (2004), todo dicionário é *inerentemente* normativo, embora as obras lexicográficas modernas, em geral, pretendam ser descritivas. De qualquer forma, esse lexicógrafo observa que devem ser distinguidos os vários tipos de normatividade nessas obras: “(1) a intenção de ser normativo é explicitada; (2) tal intenção é velada; (3) o dicionário quer ser descritivo, mas, sem revelá-lo, privilegia certos usos; (4) o dicionário descritivo escolhe, declaradamente, o registro neutro de uma norma culta” (WELKER, 2004, p. 188).

<sup>53</sup> Borba (2003) também reconhece que, nos dicionários, a “descrição tem uma certa orientação prescritiva, na medida em que pretende mostrar como se pode agilizar o uso” (p. 127).

O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, por exemplo, que, segundo Welker, tem uma “normatividade inevitável” (2004, p. 189), distingue vários *níveis de uso*, que são descritos como “faixa[s] lingüística[s] de expressão em que a palavra ou a acepção é empregada”<sup>54</sup> (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. XXVIII). Entre esses níveis, destacam-se a *linguagem formal*, que “é a de uso culto, literário ou não literário [...], a empregada no vocabulário poético solene (oratória acadêmica, religiosa etc.) ou na linguagem dita esmerada”; a *linguagem informal*, que “é a denominação genérica [...] para as palavras, locuções ou acepções classificadas [...] como popularismos [ou coloquialismos], plebeísmos, gíria, linguagem familiar e linguagem infantil”; e o *uso impróprio*, que “é a indicação de que determinada acepção **deve ser evitada** por se tratar de um **erro**” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. XVIII, destaque nosso). Vale destacar também os casos de verbetes que trazem a recomendação “forma a evitar”<sup>55</sup> (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Nota-se que o problema envolvendo a relação entre os dicionários e a norma-padrão é ainda maior quando suas descrições conflitam com as prescrições dadas pelas gramáticas: os principais dicionários da língua portuguesa *descrevem* frequentemente formas consolidadas na língua escrita culta, mas que são condenadas pelas gramáticas normativas, como: “através de” com o sentido de “por meio de”; “enquanto” no sentido de “como”, “considerado como”, “na qualidade de”, “sob o aspecto” (HOUAISS, 2001; FERREIRA, 1999), o que possibilita, por exemplo, discordâncias entre dois usuários que tenham consultado fontes de natureza distinta (gramática *versus* dicionário).

---

<sup>54</sup> Esse critério corrobora a afirmação de Borba (2003) segundo a qual “o que se intenta é mostrar que os vários registros usados no convívio social têm pesos diferentes” (p. 127).

<sup>55</sup> De modo semelhante, no dicionário de Ferreira (1999) constam, em alguns verbetes, expressões como “parece conveniente evitar o emprego de [...]” ou “Recomenda-se apenas a grafia [...]”.

### 3.3 Professores (populares) de português

A partir de meados dos anos 1990, destacaram-se e popularizaram-se na mídia brasileira alguns professores de português, como Pasquale Cipro Neto, Dad Squarisi e Sérgio Nogueira, que desde então vêm apresentando, por meio de programas de televisão e de artigos de jornais,<sup>56</sup> orientações gramaticais frequentemente rotuladas de *dicas de português*.

A popularidade que alcançaram — com maneiras criativas e bem-humoradas de explicar regras gramaticais — conferiu-lhes grande prestígio entre os usuários da língua, o que fez que suas recomendações passassem a ter, no âmbito público em geral, o mesmo *status* que as prescrições de um gramático (não de acordo com a visão deles mesmos, mas conforme a opinião pública). Assim sendo, seus conselhos e advertências significam rigorosa e absolutamente, para muitos usuários da língua, a total realidade de toda a nossa norma-padrão.

O que se pode observar é que, ainda que frequentemente fundamentados em autores tradicionais de obras gramaticais, tais professores não deixam de criar filtros normativos, restringindo frequentemente usos consolidados na língua culta e até amparados por gramáticos mais esclarecidos (como exemplo, ver o caso de Cipro Neto na seção 4.1.3).

Isso não significa, entretanto, que todos apresentem o mesmo comportamento e exponham (pelo menos atualmente) com o mesmo rigor as regras do português. Vale observar que, no início de sua carreira pública, o professor Pasquale era mais conservador e rígido quanto às questões gramaticais do que atualmente. Demonstrando hoje consciência do uso muitas vezes conflitante com a norma em vigor, ele dificilmente diria, no passado, isto:

---

<sup>56</sup> Além de livros com dicas de português, Dad Squarisi é autora do *Manual de redação e estilo* (2005), utilizado pelos Diários Associados, e do *Manual de redação e estilo para mídias convergentes* (2011); Pasquale Cipro Neto teve anunciada sua participação na equipe responsável pela 3ª edição do *Manual de redação da presidência da república*, a ser lançada.

Você conhece alguém que pronuncie algoz (ô)? Eu não conheço, mas é essa a pronúncia recomendada nos dicionários e nas gramáticas. A palavra algoz aparece assim, com esse “o” fechado. [...] Duro é ter coragem de dizer “algoz” (ô); a tendência do *uso* efetivo da língua é que esse “o” seja aberto, algoz (ó). [...] Os dicionários insistem em recomendar a pronúncia fechada, algoz (ô) (CIPRO NETO, 2005, grifo nosso).

Nota-se que Cipro Neto se exime de condenar uma forma que reconhece como consagrada pelo uso, ao mesmo tempo que (apenas) reproduz o que determina a norma-padrão (sem, no entanto, defendê-la com convicção).

Tendo-se celebrizado muitos anos após Pasquale Cipro Neto, o professor Sérgio Nogueira apresenta uma forma moderada de explicar regras. Em sua página virtual, afirma que “de acordo com a gramática normativa, a forma ‘dele’ não pode ser sujeito da oração, porque não há ‘sujeito preposicionado’. [...] se houver após o ‘dele’ um verbo no infinitivo, devemos separar a preposição do pronome na função do sujeito: ‘Eu cheguei antes de ele sair’” (SILVA, 2010). Logo a seguir, porém, declara que “essa regra, entretanto, não é rígida” e admite o uso da forma preposicionada, afirmando que “no Brasil, não há dúvida de que a forma mais *usada* é ‘cheguei antes dele sair’. É assim que a maioria dos brasileiros fala”; assinala, ainda, que se trata de “uma variante linguística válida”, embora atente para o fato de que “em geral, os concursos públicos exigem a forma tradicional: ‘Cheguei antes de ele sair’; ‘Está na hora de a onça beber água’”<sup>57</sup> (SILVA, 2010).

No último caso, observa-se até mesmo uma postura não inteiramente prescritiva, o que é bem diferente da forma como Dad Squarisi, mais conservadora, trata da questão: “Antes do sujeito, não se usa combinação de preposição com o artigo. Preposição e artigo ficam soltos [...]. A mesma regra se aplica a de este e de ele” (SQUARISI, 2005, p. 91-92).

---

<sup>57</sup> Em seu livro, lançado seis anos antes, adotou discurso mais resumido e restritivo em relação ao tema: “Embora muitos autores considerem um caso facultativo, é **preferível** a forma ‘de ele’ diante de verbos no infinitivo” (SILVA, 2004, p. 34, destaque nosso).



Pasquale Cipro Neto e Sérgio Nogueira têm se forçado para esclarecer seus leitores e, na condição de transmissores da norma-padrão, acabam hesitando em declarar uma posição mais decidida sobre a questão. Sobre o mesmo caso explic(it)ado acima por Nogueira, Pasquale (2008) diz:

Em suma, o que se pode deixar como essência da história é o seguinte: **se você quiser ser estritamente lógico**, não funda a preposição com o sujeito do infinitivo. Ninguém poderá dizer que você está errado. Em outras palavras, diga que “É hora de a onça beber água”. Afinal, o sujeito de “beber” é “a onça”, portanto a preposição “de”, que não faz parte do sujeito, não se funde com o artigo “a”. Mas saiba que ótimos autores não se incomodam nem um pouco com “É hora da onça beber água”.

Em outras palavras, ele não afirma categoricamente qual das formas é a correta (ou se ambas são corretas) e reserva ao leitor a escolha do critério de correção (lógica ou uso).

Não se criticam aqui, de modo algum, a boa vontade e a disposição desses professores em esclarecer os leitores sobre questões gramaticais. O que se deve questionar é a tendência restritiva (quando houver) em relação a fatos linguísticos estabilizados na variante culta que contam com o aval de autoridades reconhecidas como porta-vozes da norma-padrão.

### 3.4 Jornalistas

É a própria natureza do trabalho dos jornalistas que justifica e exige um conhecimento embasado não apenas linguagem *culta* como também *padronizada*. A necessidade de correção na transmissão da comunicação fez surgir, já no início do século XIX, no âmbito da redação dos jornais, a figura do revisor,<sup>58</sup> que se tornou posteriormente uma subespecialidade da profissão de jornalista. No século seguinte, quando foram desenvolvidos outros critérios além da correção gramatical e ortográfica, o papel do revisor

---

<sup>58</sup> As mais antigas menções de que se tem registro sobre o “revisor [de provas tipográficas]” no país datam das primeiras décadas do século XIX. Inicialmente, o trabalho do revisor (seja de jornais, seja de livros) era uma atividade associada ao (e dependente do) trabalho do tipógrafo; até as primeiras décadas do século XX, era realizada por meio da colaboração malremunerada de pessoas com as mais diversas formações — de estudantes de Direito e de Medicina até funcionários públicos (FONSECA, 1925, p. 15-23).

tornou-se mais bem definido com o surgimento do conceito de *copy desk*, ou copidesque, uma tendência do jornalismo norte-americano que priorizava a funcionalidade e a objetividade, segundo Gomes (2010, p. 73). É compreensível então que, mais cedo ou mais tarde, estes profissionais tomassem a iniciativa de elaborar seus próprios manuais de redação e estilo,<sup>59</sup> o que acabou ocorrendo em meados do século XX, além de livros de (comentários sobre) regras gramaticais. Como formadores de opinião, a visão linguística desses profissionais pode influir consideravelmente seus leitores e, indiretamente ou de alguma forma, o público em geral: se são adeptos de um pensamento normativo muito restritivo, isso certamente se reflete sobre os demais usuários da língua. Embora os profissionais mais bem qualificados da área possam ser considerados, de modo geral, usuários experientes da língua escrita culta, podem carecer de consciência das peculiaridades e das constantes transformações da linguagem (ou seja, de conhecimentos fundamentados em gramática e linguística). Esse fato pode gerar uma visão estereotipada e hermética da própria língua que usa. Autor de *Manual da falta de estilo* (1994), Josué Machado, jornalista formado em línguas neolatinas, trata de fatos da língua com severas restrições (e até com certo preconceito). Um exemplo: não admitindo o uso de uma forma linguística consolidada tanto na língua falada quanto na escrita, e que foi observada, por ele, na escrita de alguns jornalistas, declara

[...] Percebe-se haver pessoas que se referem ao botijão, aquela vasilha dinossáurica de transportar e vender gás, como “bujão”. Nem sempre são pessoas iletradas e toscas da periferia da vida e da geografia da cidade, mas que trabalham com comunicação. Repórteres de jornais de TV, por exemplo [...] (MACHADO, 1995).

Como se não bastasse, ao continuar tratando do assunto, ainda desqualifica uma obra de referência, uma vez que ela não ampara sua argumentação: “Mas o Aurélio, que levou ao extremo o princípio de que o povo faz a língua, registrou bujão como sinônimo de botijão, considerando que muita gente o toma por vasilha [...]” (MACHADO, 1995). Ora, bastava que

---

<sup>59</sup> Esse tipo de publicação será tratado na subseção 3.5, “Manuais de redação e estilo”.

ele houvesse pelo menos consultado outras obras lexicográficas<sup>60</sup> na ocasião em que redigiu tal disparate para constatar que o Aurélio não era nenhuma exceção em relação à abonação de ambas as formas, *bujão* e *botijão*. Até mesmo o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* contém as duas formas...

A este respeito, Britto (1997) ressaltou o quanto era interessante perceber, nesse caso, “como funciona o raciocínio normativo: enquanto elemento de legitimação de sua visão estreita de língua, as fontes gramaticais podem servir de argumento e autoridade; mas, no momento em que contestam este princípio, elas se tornam ilegítimas” (p. 193).

Não se trata de caso isolado: assim também procedia o jornalista Eduardo Martins (1939-2008), autor do *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo* (exemplo de obra que será tratada na próxima seção) e de *300 erros mais comuns da língua portuguesa*, entre outros, e assim também procede o autor de *A imprensa e o caos na ortografia* (CASTRO, 1998). A crítica que deve ser feita a esses profissionais da comunicação refere-se à restritividade e à filtragem que fazem das prescrições da norma-padrão em suas obras de consulta (considerando a sua recomendação para qualquer usuário da língua e sua aplicação para qualquer caso), selecionando determinadas formas corretas em detrimento de outras corretas.<sup>61</sup>

Embora as redações de jornais e revistas tenham, obviamente, todo o direito de padronizar seus usos e definir seus estilos, a arbitrariedade e a irreflexão acabam distorcendo certos conceitos. Em 2007, a equipe editorial da revista *Veja* publicou, na seção *Carta ao Leitor*, um texto intitulado *Uma questão de estado*:

<sup>60</sup> Os dicionários de Houaiss e Villar (2001, p. 527), Aulete (2011, p. 246), da Academia Brasileira de Letras (2008, p. 236) contêm tanto o verbete *bujão* como o verbete *botijão*; a palavra tem seu primeiro registro oficial na 6ª edição do *Diccionario da lingua portugueza*, de Antônio de Moraes Silva (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 527).

<sup>61</sup> “Por carecerem da formação científica necessária para empreender o trabalho que se propõem (basta lembrar que [...] são jornalistas, advogados, etc., não tendo nem sequer a formação de professores de português [...]), os fomentadores do C[omandos] P[aragramaticais] limitam-se a ‘enxugar’, nas gramáticas normativas, os capítulos que a eles interessam, expurgando-os de tudo o que pode haver ali de explicação tentativa, de hipótese ou divergência doutrinária, para extrair desses compêndios exclusivamente regra categórica, terminante, decisiva, ocultando quanto puder de especulação filológica, fazendo de seus produtos paragramaticais um leito de Procusto ainda mais rígido e inflexível do que as gramáticas normativas” (BAGNO, 2000, p. 119).

A partir desta edição VEJA **passará a grafar a palavra estado com letra minúscula**. Se povo, sociedade, indivíduo, pessoa, liberdade, instituições, democracia, justiça são escritas com minúscula, não há razão para escrever estado com maiúscula. Os dicionaristas aconselham o uso de capitular quando a palavra for usada na acepção de “nação politicamente organizada”, como prescreve o Aurélio. Seu rival Houaiss também assevera que estado nesse sentido se grafa com maiúscula. **Vale a pena contrariá-los.**

Escrever estado com inicial maiúscula, quando cidadão ou contribuinte vão assim mesmo, em minúsculas, é uma deformação típica mas não exclusivamente brasileira. [...]. Com maiúscula, estado simboliza uma visão de mundo distorcida, de dependência do poder central, de fé cega e irracional na força superior de um ente capaz de conduzir os destinos de cada uma das pessoas. [...] Grafar estado é uma pequena contribuição de VEJA para a demolição da noção disfuncional de que se pode esperar tudo de um centralismo provedor (VEJA, 2007, destaque nosso).

Ora, é perfeitamente compreensível que, antes de constituir motivação política ou ideológica, a inicial maiúscula em “Estado” para indicar *nação politicamente organizada* se justifica pela necessidade de distinção da palavra “estado” no sentido de condição física de pessoa ou animal, entre outros (HOUAISS; VILLAR, 2001). Entretanto, guiada por um pensamento equivocado quanto à questão, a equipe editorial da revista tomou essa lamentável decisão.

### 3.5 Manuais de redação e estilo<sup>62</sup>

Vizeu (2008) observa que

[...] em 1929, na direção do jornal *A Província*, no Recife, [o sociólogo e escritor] Gilberto Freyre institui aquele que na prática é o precursor dos manuais de redação brasileiros. Freyre afixa um papel no mural do jornal pernambucano com orientações sobre como redigir uma notícia (p. 163).

Trata-se do *placard*, que estabelecia regras e cuidados no redigir. Conforme as palavras do próprio Freyre (2006),

---

<sup>62</sup> A princípio, pode-se supor que manuais de redação e estilo sejam concebidos exclusivamente por jornalistas, o que não corresponde à realidade (ver os casos de SQUARISI, 2005; 2011), motivo pelo qual se dedica, aqui, uma seção aos jornalistas e aos manuais de redação.

Todo meu empenho é fazer de *A Província* um jornal diferente dos outros [...] Um dos meus empenhos é dar ao noticiário e às reportagens um novo sabor, um novo estilo: muita simplicidade de palavra, muita exatidão, algo pitoresco [...]. E nada de bizantinismo. Nada de dizer “progenitor” em vez de pai e nem “genitora” em vez de mãe. Já preguei no *placard* um papel em que se proíbe que empreguem no noticiário [...] palavras pedantes em vez das genuínas, como “estimável”, “abastado”, “onomástico”, “deflui”, “transflui” etc.) (p. 234).

Posteriormente, em 1950, o jornalista Pompeu de Souza elaborou as regras de redação do *Diário Carioca* (jornal que funcionou de 1928 a 1965), que se tornaram o primeiro manual de redação da imprensa brasileira. No tocante às orientações gramaticais e ortográficas, esse manual pioneiro tratava de tipos de palavras a serem evitadas, tamanho dos períodos, palavras desnecessárias, frases feitas, emprego do artigo, formas de tratamento, uso de maiúsculas, abreviações e pontuação, recomendando, ainda, “em qualquer dúvida, consultar dicionários, enciclopédias ou outras fontes de referências” (DIÁRIO CARIOCA, [195-]).

Nas décadas posteriores, outros grandes jornais adotariam algumas das normas de redação lançadas pelo *Diário Carioca* e fixadas no *Jornal do Brasil*.<sup>63</sup> Mas é somente a partir da publicação do *Manual geral da redação da Folha de S. Paulo*, em 1984, que os manuais passam a ter notoriedade (BRONOSKY, 2008, p. 15), alcançando popularidade em outros setores e, assim, tendo seu uso estimulado até mesmo entre não jornalistas, disseminando-se pelo público leigo. A iniciativa da Folha provocou o aparecimento de outros manuais, como os publicados pelo *O Estado de S. Paulo*, em 1990 — que, sete anos depois, havia se transformado “numa espécie de almanaque a ser consultado pelo público” (CAPRINO, 2001, p. 52), alcançando a marca de 500 mil exemplares —, e pelo *O Globo*, em 1992.

Embora o propósito dos manuais seja justo e importante, considerando-se a necessidade de fixação de um padrão de linguagem para os textos jornalísticos,<sup>64</sup> essas obras

<sup>63</sup> De acordo com *site* dedicado ao extinto jornal (DIÁRIO CARIOCA, [195-]).

<sup>64</sup> “[...] tal uniformização, ainda que sempre relativa, tem indiscutível relevância em sociedades do porte da nossa, no sentido de garantir uma base de comunicação supra-regional, transtemporal e multifuncional; ou [...] aquele ideal de língua caracterizado pela variação mínima na forma e máxima na função (sociocultural)” FARACO (2004, p. 47).

pecam por reproduzir preceitos ultrapassados e filtrar possibilidades linguísticas aceitas por vários gramáticos. Quem usa e toma um manual de redação como uma gramática normativa (ou, pior, tem o hábito de usá-la exclusivamente ou na maioria dos casos em detrimento do uso de uma gramática normativa) certamente adquire mentalidade igualmente restritiva, limitada e filtrada em relação à linguagem culta.<sup>65</sup> Conforme bem observou Faraco (2004), na busca dessa fixação de um padrão de linguagem,

[...] os jornais nada mais fizeram do que transcrever acriticamente o que está estipulado nos velhos compêndios de gramática, que são, reconhecidamente, artificiais em excesso quanto ao padrão que preconizam, já que são raros aqueles que, como o de Celso Cunha e Lindley Cintra, procuram fugir de um normativismo estéril e registrar, com o devido realismo [...], fenômenos e tendências da norma culta, sugerindo, mesmo que nas entrelinhas, a necessidade de sua incorporação ao padrão (p. 48).

A restritividade em questão fica ainda mais evidente quando se constata que os autores de manuais “recusam peremptoriamente julgamentos flexíveis de bons gramáticos, que se baseiam em dados empíricos óbvios, em especial na prática dos ‘melhores escritores’” (FARACO, 2004, p. 48). Serão comprovados todos esses problemas relativos aos manuais no capítulo 4.

### 3.6 Sites e blogs com dicas de português

Independentemente da autoridade ou do prestígio que *sites* ou *blogs* careçam diante das chamadas *obras de referência* no tocante à norma-padrão, eles são inegavelmente um recurso muito utilizado por todos os tipos de usuários — de leigos a profissionais de revisão (ver Gráficos 1, 2 e 3). Por esse motivo, não se pode deixar de dedicar aqui um item a essas publicações virtuais.

---

<sup>65</sup> Refere-se aqui **exclusivamente** às questões gramaticais, e não às padronizações propostas por essas obras.

O problema encontrado para avaliar esses meios eletrônicos é que seu nível de qualificação varia consideravelmente, sendo possível encontrar *sites* com conteúdos publicados por estudiosos com ótimo embasamento acadêmico, como o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* ([www.ciberduvidas.com](http://www.ciberduvidas.com)) e o *Sua Língua*, do linguista Cláudio Moreno ([wp.clicrbs.com.br/sualingua](http://wp.clicrbs.com.br/sualingua)), até *blogs* elaborados por usuários leigos, talvez com conhecimento privilegiado na área e boas intenções, mas carentes de esclarecimento suficiente para explicar fatos gramaticais (principalmente os que envolvem variação e mudança). Uma pequena busca durante uma navegação virtual se mostra suficiente para comprovar essa condição. Frequentemente, internautas dão como suficientes as respostas que encontram nesses endereços eletrônicos, tomando-as como legítimas referências para a norma-padrão.

### **3.7 Levantamento estatístico: preferências de consulta para resolução de dúvidas quanto à norma-padrão**

Gramáticos podem demonstrar apego a determinados escritores clássicos e a certos critérios de correção (capítulo 1) assim como revisores de texto podem naturalmente desenvolver estima e preferência por determinadas obras, até em detrimento da aceitação de outras, resistindo ao parecer divergente ou outros esclarecimentos (ou se apegar, igualmente, a determinados critérios). Talvez o problema não resida, necessariamente, na opção que um profissional de revisão faz de seguir a abordagem teórica deste ou daquele autor ou os critérios de uma obra de referência, mas no risco que ele tem de se submeter à filtragem, à restritividade (imposta por certos autores) das possibilidades que a própria norma-padrão faculta. Assim, entende-se ser imprescindível que todo revisor — mais do que qualquer outro tipo de profissional ou usuário leigo da língua — adquira uma postura permanentemente

investigativa, ampliando sempre que possível suas fontes de consulta a fim de não se tornar refém de um parecer exclusivo (seja de um autor, seja de um tipo de obra ou publicação).

Independentemente da autoridade, do prestígio e do respaldo de autores e obras citados entre os itens 3.1 e 3.6 para prescrever ou informar a norma-padrão, os usuários da língua têm à sua disposição inúmeras fontes e obras de referência para esclarecer dúvidas sobre esta ou aquela regra. Essa grande variedade de fontes significa, antes, risco de mal-entendidos e más interpretações do que a adequada solução de uma dúvida, porque, ao consultar (unicamente) determinado manual de redação, por exemplo, frequentemente os usuários ignoram a finalidade, as restrições e a aplicabilidade daquelas regras para determinado contexto. Conforme foi observado anteriormente, um manual de redação, elaborado com o propósito de padronizar a redação de um jornal e com bem-definidas restrições de uso linguístico, pode informar como única “regra da língua” aquilo que, na verdade, é uma opção de uso.

Para conhecer e identificar a supracitada diversidade de preferências, foi realizado um pequeno levantamento estatístico com 55 revisores graduados em Letras, para os quais foi enviado um questionário com as seguintes perguntas de múltipla escolha:

- a) quanto à aplicação da norma-padrão em textos técnicos, acadêmicos e científicos, que tipo de publicação você *prefere* consultar para sanar dúvidas de gramática?<sup>66</sup>
- b) quanto à aplicação da norma-padrão em textos técnicos, acadêmicos e científicos, quando você consulta mais de um tipo de fonte para sanar dúvidas de gramática, que tipo(s) costuma utilizar?
- c) que tipo(s) de obra de referência você *possui* para sanar dúvidas de gramática?
- d) quantas obras você geralmente considera suficiente consultar, havendo disponibilidade de tempo para tirar suas dúvidas durante uma revisão textual?

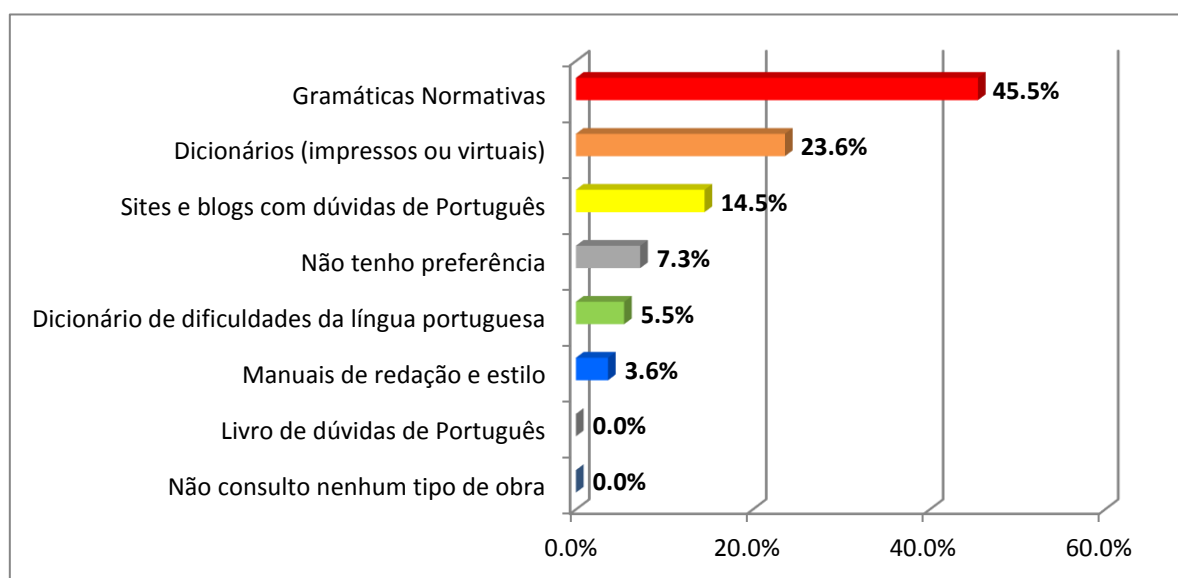
---

<sup>66</sup> Embora a escolha do tipo de publicação possa variar em função do tipo de dúvida, a pergunta tem aqui um caráter propositalmente genérico, já que nossa intenção é considerar, exclusivamente, a prioridade que um revisor dá para o uso de tipo específico de publicação no que diz respeito à aplicação rigorosa da norma-padrão.



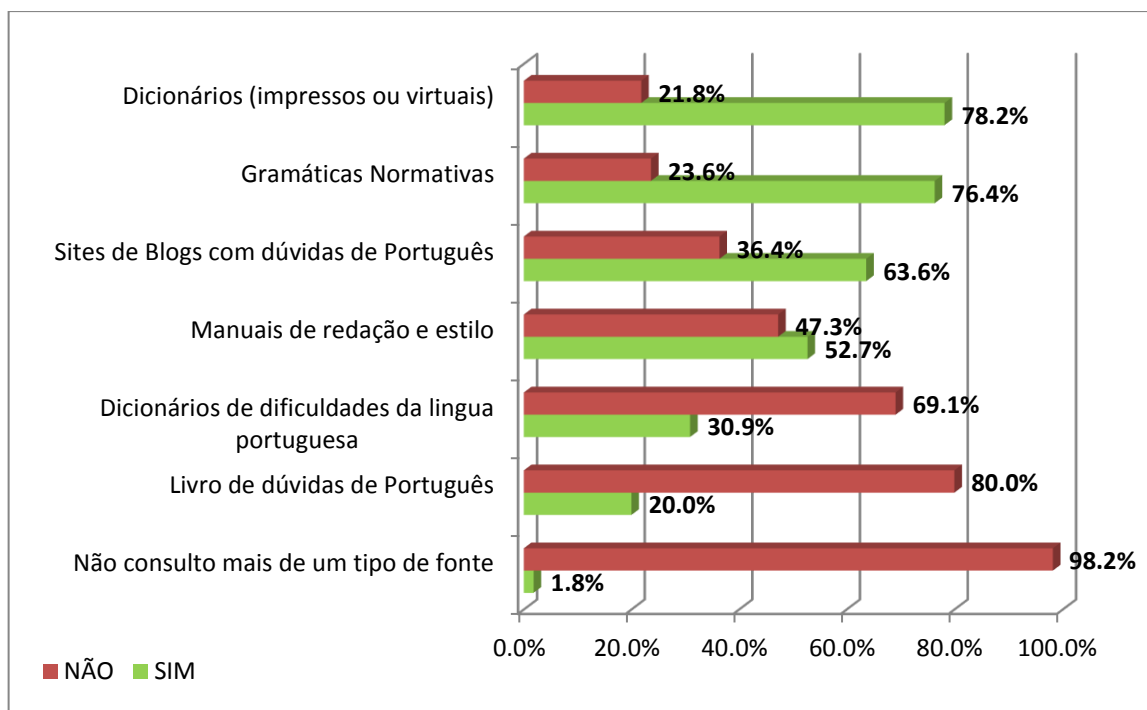
Tendo em vista o tema deste trabalho, as perguntas referiam-se exclusivamente às preferências no âmbito da aplicação da norma-padrão. Optou-se por contar apenas com revisores com curso universitário em Letras, considerando a fundamentação teórica de linguística e gramática à qual são expostos durante a graduação, conhecimento que não se pode exigir, necessariamente, dos profissionais de jornalismo ou de outras áreas. Entende-se aqui que tal conhecimento seja um requisito que, a princípio, pressuponha melhores critérios (por parte de um revisor) para a escolha de fontes de consulta quanto à norma-padrão.

**Gráfico 1** – Preferências por publicações para consultas relativas à norma-padrão



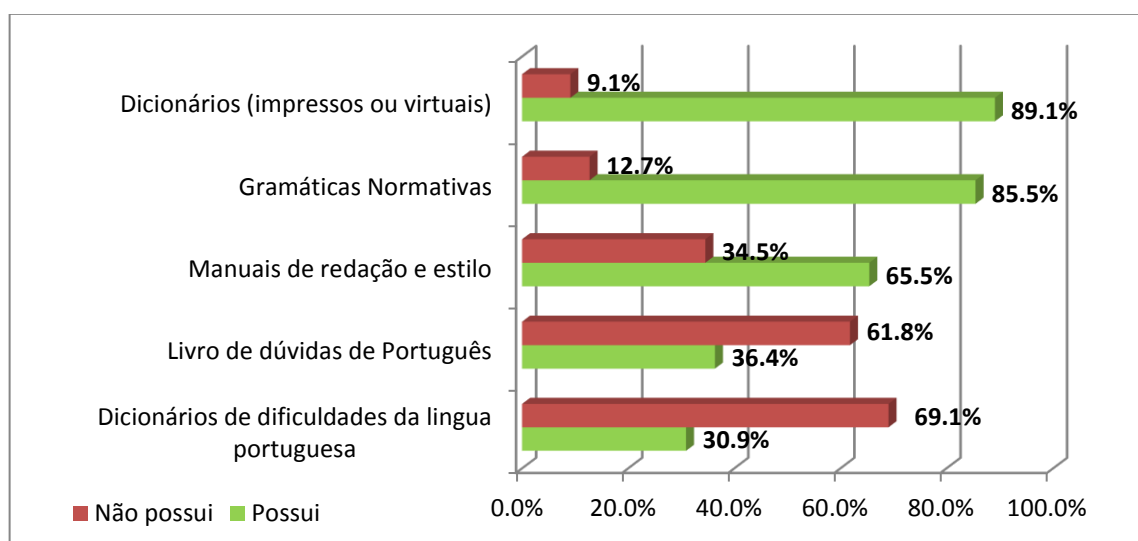
Fonte: MONTEIRO, Davi Miranda. Trabalho de campo (maio a jun. 2012).

Na condição de fontes com maior autoridade e prestígio para informar a norma-padrão, esperava-se que a preferência fosse realmente maior pelas gramáticas normativas (45,5% das respostas). Quase 1/4 dos entrevistados dão preferência, nesse quesito, pelos dicionários. Um número menor, mas significativo (14,5%), opta pelo rápido acesso oferecido pelos meios virtuais. Apenas 5,5% priorizaram os dicionários de dificuldades, obras que se destacam justamente pela praticidade que proporcionam ao leitor na solução de dúvidas gramaticais. Nenhum dos revisores declarou preferência pelo uso de livros de dúvidas de professores de português, tipo de obra que, provavelmente, tem maior acolhida entre usuários leigos.

**Gráfico 2** – Tipos de publicações mais usadas em consultas (uso de mais de um tipo)

Fonte: MONTEIRO, Davi Miranda. Trabalho de campo (maio a jun. 2012).

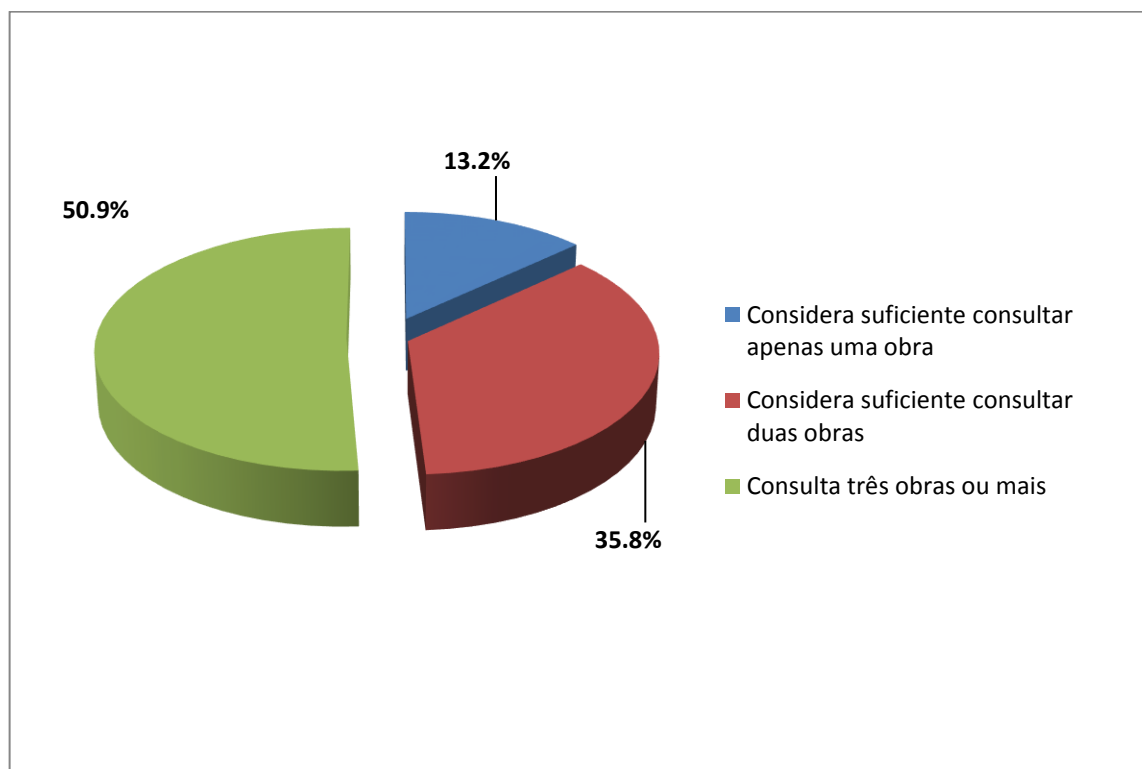
Envolvendo o uso de mais de um tipo de obra, os dicionários têm uma acolhida pouco maior (79,2%) do que as gramáticas (77,4%) na preferência dos revisores. Nesse quesito, *sites* e *blogs* se mantêm na terceira posição, com 62,3%, seguidos pelos manuais de redação (54,7%) e pelos dicionários de dificuldades (32,1%).

**Gráfico 3** – Obras de referência que revisores possuem

Fonte: MONTEIRO, Davi Miranda. Trabalho de campo (maio a jun. 2012).

Dicionários (88,7%) também se encontram um pouco à frente das gramáticas (86,8%) como material adquirido para consulta pessoal. Embora seja a preferência de consulta de apenas 4% dos entrevistados (gráfico 1), os manuais de redação constam como pertence pessoal dos revisores em uma porcentagem expressiva dos casos (67,9%).

**Gráfico 4** – Número de obras considerado geralmente suficiente para consultar, havendo disponibilidade de tempo para tirar suas dúvidas durante uma revisão textual



Fonte: MONTEIRO, Davi Miranda. Trabalho de campo (maio a jun. 2012).

Considerando a diversidade de critérios de correção utilizados nas obras de referência que servem de como fonte de consulta gramatical (capítulo 1) e as divergências encontradas entre essas obras no tocante à informação da norma-padrão (que serão abordadas no capítulo 4), julga-se que é fundamental para o revisor uma consulta mais ampla para sanar uma dúvida gramatical, com o que concorda praticamente metade (50,9%) dos entrevistados (considera-se, nesse contexto, a disponibilidade de tempo para realizar essa consulta durante uma revisão, o que nem sempre é possível).

## 4 O PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO E SUAS FASES

A norma prescritiva não está a salvo do fenômeno da variabilidade linguística (CASTILHO, 2004, p. 30).

A língua falada possui uma dinâmica que, mais cedo ou mais tarde, reflete-se na língua escrita, mais estática, mais monitorada e controlada. Certos traços do português falado, ao terem seu uso refletido e disseminado na língua escrita, podem sair do âmbito do discurso para fazerem parte do sistema de uma língua. É o momento em que uma palavra, uma expressão ou uma locução é avaliada por um dicionarista a fim de abonar ou não sua lexicalização, ou é aceita ou reprovada por um gramático como correta ou incorreta, por exemplo. Não se trata de constatação recente, já que, no fim do século XIX, quando a linguística histórica começou a estudar de modo aprofundado as transformações da linguagem, “mostrou que a evolução da língua freqüentemente se origina das formas de falar populares, de gírias ou regionalizantes, de modo que **a correção de uma época muitas vezes só faz consagrar as incorreções da época precedente**” (TODOROV; DUCROT, 1977, p. 130, destaque nosso). O que pode acontecer, em casos assim, é que diferentes autores, com os respectivos critérios de normalização, frequentemente divergem, havendo, no entendimento de uns, a aceitação de um determinado uso linguístico e recusa na interpretação de outros. Tal aceitação ou recusa pode estar subordinada a um dos critérios de correção identificados no capítulo 1 (como também a arbitrariedades baseadas no mero senso estético pessoal). Assim sendo, propomos analisar alguns casos polêmicos do português brasileiro, realizando pesquisas comparativas entre prescrições de diversas obras de referência e confrontando-as não só entre si como também com possíveis usos consolidados ou em vias de consolidação na linguagem culta brasileira.

Embora cada mudança ou variação possa apresentar trajetórias um tanto distintas umas das outras, percebe-se a possibilidade de classificá-las em três distintos estágios de normalização (ou, talvez seja melhor dizer, *consenso*):

- a) **variação ou mudança já consolidada:** palavras ou construções consideradas *corretas* por gramáticos antigos e contemporâneos, mas que ainda encontram resistência entre outros autores;
- b) **variação ou mudança em andamento:** palavras ou construções tidas como *erradas* por vários gramáticos antigos e contemporâneos, mas que já encontram abonação entre (outros) gramáticos, dicionaristas e defesa de linguistas;
- c) **indícios de variação ou mudança:** palavras ou construções sintáticas tidas como *erradas* de acordo com as normas em vigor, mas cuja *frequência de uso* — entre os usuários da norma-padrão — começa a bater à porta da normalização.

#### 4.1 Mudança ou variação já consolidada

Observam-se aqui os fatos linguísticos contra os quais — embora já exista toda uma fundamentação em torno de sua correção — ainda haja resistência e tendência à sua condenação por parte de vários autores (bem como parte de usuários da língua submetidos a maior ou menor influência desses mesmos autores).

#### 4.1.1 Contração “de + o(a)(os)(as)” e “de + ele(a)(s)(as)” diante de verbos no infinitivo

Antes dela ir para o colégio, eram tudo travessuras de crianças (Machado de Assis, *Dom Casmurro*, 2009, p. 26).

Sabia apenas vagamente que, três dias depois de ela chegar ao Porto, o pai, o velho Thompson, tivera uma apoplexia (Eça de Queirós, *Os Maias*, [20--?], p. 209).

O filólogo Adriano da Gama Kury registra como “caso de regência” a construção envolvendo a preposição “que, embora se prenda a um verbo no infinitivo, distante dela, se contrai, na corrente da fala, com o artigo que antecede o substantivo sujeito, ou com o pronome sujeito” (KURY, 2008, p. 212). A seguir, dá exemplos dessa construção em escritores como Graciliano Ramos. Logo após, afirma que “também se pode separar na escrita a preposição: antes de o Brasil entrar na guerra; chegou a vez de ele contar” (KURY, 2008, p. 212).

O gramático Celso Cunha recomenda, nesses casos, a não contração, mas reconhece o uso da contração na língua culta:

Quando a preposição que antecede o artigo está relacionada com o verbo, e não com o substantivo que o artigo introduz, **é aconselhável** que os dois elementos fiquem separados, embora não falem exemplos de sua aglutinação na **prática dos melhores escritores** (CUNHA, 2001, p. 209, destaque nosso).

Bechara contesta a caracterização da contração como erro por outros gramáticos e, tal como Celso Cunha, reconhece a contração por meio da “lição dos bons autores”:

Está na hora da onça beber água, construção normal que não tem repugnado os ouvidos dos que melhor conhecem e escrevem a língua portuguesa. Alguns gramáticos viram aí, entretanto, um solecismo, pelo fato de se reger de preposição um sujeito. Na realidade não se trata de regência preposicional do sujeito, mas do contato de dois vocábulos que, por hábito e por eufonia, costumam vir incorporados na pronúncia. **A lição dos bons autores nos manda aceitar ambas as construções**, de a onça beber água e da onça beber água.

[...] O problema que, do ponto de vista puramente gramatical, a rigor, termina nessa dupla possibilidade de emprego; já não se mostra indiferente do ponto de vista da necessidade de proferir o sujeito enunciando-o com maior ou menor realce. Deixa-se o domínio da gramática para se entrar no domínio da estilística, da expressividade. A não combinação da preposição com o sujeito garante o valor expressivo da preposição e a ênfase posta no sujeito: É tempo de o povo querer melhores escolas, diferente, sob o aspecto de expressividade, de É tempo do povo querer melhores escolas. A simples — e contrária à dupla possibilidade que **a tradição literária registra** — solução gramatical de rejeitar uma forma com privilégio de outra empobrece os recursos estilísticos da língua (BECHARA, 1999, p. 567-568, destaque nosso).

Deve-se atentar, aqui, que Bechara alega a própria tradição literária para justificar a dupla possibilidade (*de o, do*) na norma-padrão; Cunha, por sua vez, reconhece a construção com contração no uso literário culto.

Como se vê, pelo critério filológico, a contração de + o(a)(s)(as), de + ele(a)(s)(elas) é perfeitamente reconhecida como correta. Apesar disso, tradicionalmente, alguns autores de caráter conservador, entre filólogos e gramáticos, como Freire (1937, p. 23) e Bergo (1944, p. 77), posicionavam-se contrários à correção dessa contração por alegarem que o sujeito não deve ser regido por preposição. Talvez seja essa influência o motivo pelo qual vários manuais de redação consultados (MARTINS FILHO, 1990, p. 147; GARCIA, 2000, p. 103; COSTA, 2007, p. 417; TAVARES, 2011, p. 96) condenam a forma. O manual do jornal *O Estado de S. Paulo* chega a afirmar que “há gramáticos que aceitam essa contração; o Estado, porém, segue as normas da língua” (MARTINS FILHO, 1990, p. 147), como se as normas da língua fossem estabelecidas por alguma entidade abstrata em vez de pelos próprios gramáticos...

Apesar de se tratar de publicação voltada para um público específico, vale observar que o *Manual de linguagem forense* (SILVA, 1991) chega a citar dois trechos da obra de Machado de Assis,<sup>67</sup> referindo-se a eles como “exemplos consagradores da forma impugnada” (p. 178). Curioso é que o autor fala em “exemplos” (nesse caso, de um escritor clássico, o mais prestigiado no país) e ainda os qualifica como “consagradores”, isto é, reconhece a *consolidação* de uma forma na literatura clássica,<sup>68</sup> mas ainda assim recusa a sua correção!

O filólogo e lexicógrafo Francisco da Silveira Bueno (1957) observa que “a simples contração não é causa de regência”, já que esta “procede da função sintática e não da posição gráfica” (p. 430).

---

<sup>67</sup> “São duas horas da baronesa dar o seu passeio pela chácara” (ASSIS, 1952, p. 45); “Minha mãe sufocou este sonho pouco depois dele nascer” (ASSIS, 1942, p. 29).

<sup>68</sup> Como exemplos literários da contração, Cegalla (2010, p. 114-115) cita trechos de Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Coelho Neto, José Lins do Rego e Nélida Piñon.

Cegalla (2009) reconhece que esta regra da não contração acaba não sendo respeitada “devido ao seu artificialismo e por conflitar com a oralidade”. Em outra passagem, o mesmo autor — para quem são “desinformados e caturras” os gramáticos que condenam a contração — considera “lícito, em benefício da eufonia, contrair a preposição de com o artigo ou o pronome antes das orações infinitivas”, lembrando tal autor que a forma contraída “é mais natural e espontânea, evita os desagradáveis hiatos de o, de a, de ele, de esse, de aquele, etc.” e tem “a vantagem de evitar construções artificiais”, enquanto “a outra é um gramaticalismo um tanto afetado, em choque com a língua falada”.

Em outra obra, redigida há mais de 50 anos, Bechara contrapõe a lógica à tradição do próprio idioma,<sup>69</sup> numa clara demonstração da consolidada prevalência de um critério de correção (filológico) sobre outro (lógico):

Se tais combinações parecem contrariar a **lógica** da gramática, cumpre observar que não repugnam a **tradição** do idioma através do testemunho de seus **melhores escritores**, antigos e modernos. O que a lição dos fatos nos permite ensinar é que ambas as construções são corretas, segundo nos atestam passagens que não se podem dar como errôneas ou descuidos de revisão (1960, p. 180).

#### 4.1.1.1 Regra ortográfica normalizando questão sintática

Apesar do avanço dos autores mais esclarecidos em relação à questão, em 2009 o novo Acordo Ortográfico estabeleceu o seguinte em sua Base XVIII, *Do apóstrofo*:

Quando a preposição *de* se combina com as formas articulares ou pronominais *o, a, os, as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, **nem se funde a preposição com a forma imediata**, escrevendo-se estas duas separadamente: *a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o fato de o conhecer; por causa de aqui estares*.

---

<sup>69</sup> Igualmente, Cegalla (2010) entende que a forma contraída “está mais de acordo com a tradição do idioma” (p. 285)



Assim sendo, “ao referir-se a construções de infinitivo, o texto do Acordo exorbita de suas funções, pois legisla sobre uma questão sintática, qual seja a que trata do emprego da preposição ‘de’ antes de sujeito de infinitivo” (HENRIQUES, 2009, p. 80) e observa que “o assunto não é, a rigor, de competência do legislador ortográfico” (HENRIQUES, 2009, p. 80).

Por ocasião da vigência do novo Acordo Ortográfico, assim se pronunciou Bechara (2008):

Já de algum tempo sistemas ortográficos têm aderido a esta lição que não tem respaldo no uso do português escrito de Portugal e do Brasil de todas as épocas. A boa lição que há de prevalecer deve permitir o emprego facultativo do apóstrofo ou da fusão da preposição com a forma ou expressão imediata iniciada por vogal, em função de sujeito do infinitivo [...]. Os ortógrafos que agasalham esta condenação também repudiam o emprego do apóstrofo em usos do tipo “a fim d’ele compreender. A sem-razão desse princípio se patenteia quando, não admitindo a ligação na escrita, permitem a combinação na pronúncia. (p. 110-111).

Foi identificado aqui um caso em que a correção é admitida não apenas em função da ocorrência da forma entre os escritores clássicos, mas também em virtude de seu já consolidado uso.

#### 4.1.2 *Presidenta*

Desde a primeira edição de sua gramática, Bechara (1963) registrava e abonava essa forma feminina. Luft (1966), ensina que

[...] os substantivos terminados em e são geralmente uniformes (...); há, porém, alguns que trocam o e por a: elefante — elefanta; governante — governanta; infante — infanta; [...] ; parente — parenta; mais raros: [...] giganta; hóspeda; presidenta; alfaiata.

Em outra obra, o autor reafirma: “[...] substantivo que se pode tomar como comum de dois gêneros (sexo) para ‘pessoa que preside’: o presidente, a presidente; mas também comporta feminização flexional: a presidenta” (LUFT, 2010, p. 366).

Em, sua gramática, Rocha Lima (2007) reconhece: “**a força do uso já consagrou** as formas flexionadas *infanta*, *parenta* e *presidenta*” (p. 73, destaque nosso). Cegalla (2009) diz o seguinte em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*: “É forma dicionarizada e correta, ao lado de *presidente*. A *presidenta* da Nicarágua fez um pronunciamento à Nação. / A *presidenta* das Filipinas pediu o apoio o apoio do povo para o seu governo” (p. 336). Finalmente, o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (ACADEMIA, 2009), que registra todas as palavras em uso oficial na língua portuguesa, legitima a palavra (p. 674).

Napoleão Mendes de Almeida parece ser o único gramático contemporâneo (hoje em dia, nem tão contemporâneo assim...) e de relevância a recusar a forma *presidenta*. Em seu *Dicionário de questões vernáculas*, o erudito latinista sentencia:

São em português uniformes os adjetivos terminados em *n-te*, **como já no latim** havia uma só terminação — *ns* — para o masculino e feminino dos adjetivos da segunda classe, por cujo paradigma se declinavam os participios presentes: *prudente*, *amante*, *vidente*, *lente*, *ouvinte*. [...] Alguns dos adjetivos de tal terminação andam a ser flexionados em *nta* no feminino quando substantivados: *parenta*, *infanta*, *governanta*. *Presidenta*, porém, ainda está, ao que parece, no âmbito familiar e chega a trazer certo quê de pejorativo (1981, p. 244).

Este é apenas um exemplo da notável obsessão desse autor de fazer analogias de questões da língua portuguesa com o seu caso correspondente em latim (tal qual fazia João de Barros no século XVI). Conforme Bagno (1999) bem observou, “as explicações de Napoleão se *baseiam exclusivamente em comparações com o latim* e o grego, [...] desconsiderando sistematicamente todas as contribuições da ciência lingüística moderna” (p. 80). De fato, a única justificativa dada por Napoleão para condenar a variação do vocábulo *presidente* é vinculá-la obrigatoriamente à sua uniformidade latina original. Ora, o fato de os adjetivos terminados em *-nte* serem, “como já no latim”, uniformes em nada justifica ou obriga, necessariamente, a preservação de tal uniformidade numa língua neolatina. Não teria este autor jamais constatado e reconhecido o quanto as línguas derivadas do latim comportaram-se de modo peculiar e intrínseco, divergindo em suas formações de gênero?

Há nomes e adjetivos em *-a* e em *-e* que podem ser uniformes quanto ao gênero [...] há palavras terminadas em *-e* que em português, espanhol e italiano são uniformes para o masculino e o feminino, mas que em francês apresentam uma diferença entre a forma masculina e a forma feminina. [...] no que diz respeito aos adjetivos, o italiano permaneceu fiel à terminação *e-* do latim; o português e o espanhol conservaram-na em palavras como *grande* ou abandonaram-na em casos como *cruel*, *fácil*, *cortês* e *jovem/joven*. Estas duas línguas adotaram a desinência *-a* para formar o feminino de alguns adjetivos que etimologicamente pertenciam ao grupo dos uniformes (BRITO et al., 2010, p. 98, grifo nosso).

Em fins de 2010, houve a disseminação massiva, via Internet, de mensagens que insistiam em condenar a forma *presidenta*, o que revelou o total desconhecimento, por parte de boa parcela dos usuários da língua, do reconhecimento da correção da palavra entre os principais gramáticos brasileiros.

#### 4.1.3 Dupla concordância de um dos que

Este caso de dupla concordância se dá em quase todas as línguas. E a Academia Francesa teve, em 1798, o bom senso de admitir o singular ou o plural em frases como esta: “A astronomia é uma das ciências que mais honra (ou honram) a humanidade”. Seria a nossa capaz desta liberalidade?  
(Manuel Rodrigues Lapa, em *Estilística da Língua Portuguesa*, p. 205.)

Em 1903, o filólogo brasileiro Heráclito Graça observou, em refutação ao escritor português Cândido Figueiredo (tido por muitos como filólogo, embora não fosse<sup>70</sup>), o seguinte a respeito da construção sintática “um dos que”:

[...] antes da gramática existia a linguagem; observando os gramáticos a *prática dos bons escritores*, dela deduzem regras, exatas quase sempre, mas sempre incompletas.  
À luz desses salutares princípios que, de quando em quando, não sei por que fatalidade s. exa. Olvida, vejo-me forçado a discrepar do seu parecer acerca das frases referidas, não ocultando que alguns gramáticos, por incompleta observação dos fatos, uma das causas mais freqüentes de nossos erros, o sufragam, e advertindo que outros o combatem, pela razão de que, ficando no singular o verbo da oração subordinada, não é ofendida a gramática, e perfeitamente se analisam as duas proposições (GRAÇA, 2005, p. 284, grifos do autor).

<sup>70</sup> De acordo com Leite (1999, p. 84).

Em seguida, o autor cita grande número de literatos, das mais variadas épocas, comprovando o quanto o uso do verbo no singular na referida construção encontra-se conforme a tal “*prática dos bons escritores*, da qual devem os gramáticos deduzir as respectivas regras para que se considerem certas e possam ser seguidas” (GRAÇA, 2005, p. 284, grifos do autor), certificando-se de que

Regra geral, tanto é certo e conforme à gramática, em frases semelhantes, empregar no plural como no singular o verbo no singular, tendo por antecedente o sujeito, o objeto ou predicado da oração principal, se dá mais vivacidade ao superlativo, quando este figura no período (GRAÇA, 2005, p. 284).

Ernesto Carneiro Ribeiro, em *Serões grammicaes* (RIBEIRO, 1915), também ensina que, em tais construções, se põe o verbo “no singular ou plural, segundo a ação por ele exprimida é afirmada de um só ou de muitos indivíduos” (p. 615).

Apesar de todos esses antecedentes históricos abonando o uso do singular,<sup>71</sup> o fato é que, no decorrer do século XX, parece ter sempre prevalecido, na literatura gramatical, uma correção mais restritiva que abonava apenas o plural do verbo da oração subordinada em “um dos que”, tanto que, cerca de um século depois, é possível constatar resistência nesse sentido. O professor Pasquale Cipro Neto, em um artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em agosto de 1998 (apud BAGNO, 1999), dizia:

[...] Referindo-se a Gilson Menezes, Rossi disse que o prefeito de Diadema “foi um dos que levantou bandeira”. Alguns lingüistas perdem seu precioso tempo em devaneios com que tentam explicar por que o falante brasileiro prefere o singular nesses casos. **Dizem que essa opção ocorre porque o que se quer é colocar em evidência o elemento de que se fala. Balela.** Por que não se aceita que se diga “Ela é uma das moças bonita da sala”, ou “Ele é um dos deputados inscrito para falar”? Porque não se quer dizer que ela é a única moça bonita, nem que o deputado é o único inscrito. Das moças bonitas, ela é uma. Dos deputados inscritos para falar, ele é um. Dos que levantaram bandeira, Gilson é um. Então Gilson foi um dos que levantaram bandeira<sup>72</sup> (p. 156, destaque nosso).

<sup>71</sup> Vários gramáticos e filólogos da primeira metade do século XX, como Freire (1937, p. 212) e Nogueira (1939, p. 112), reconheciam a “dupla syntaxe” para esse caso.

<sup>72</sup> Vê-se aqui mais um claro exemplo de critério de correção baseado incondicionalmente na lógica, em detrimento de um uso abonado.

Eis que, cerca de sete anos depois, o professor demonstrou ter amadurecido seu pensamento no tocante à questão. No áudio do CD-ROM *Pasquale explica*, lançado em 2005, com sua própria voz, declara o seguinte:

Ele foi um dos deputados que assinaram a emenda. No jornalismo, volta e meia se ouve isso e muita gente estranha e pergunta: mas aí não seria “Ele foi um dos deputados que assinou a emenda”? Em textos jornalísticos, **parece fazer mais sentido** optar pelo plural, porque o plural dilui e diz a coisa como ela efetivamente realmente aconteceu: “dos que assinaram a emenda, ele é um”, “ele é um dos que assinaram a emenda”; **em textos literários costuma-se encontrar, nesse tipo de expressão, o verbo no singular**: “ela é uma das mulheres que mais me encanta”, e **a explicação que se dá pra isso é, de novo, a da ênfase**: quem diz “ela é uma das mulheres que mais me encanta”, na verdade, quer dizer que ela me encanta muito, tanto a ponto de se transformar numa das que é quase a única, **a ideia de ênfase aí para esse elemento, ela é “uma”**. Em termos de texto formal, de texto frio, de texto técnico, é aconselhável, é recomendável a concordância do verbo no plural porque ela sim mostra a plenitude do que ocorreu: “ele é um dos deputados que pretendem” porque vários pretendem, e ele é um dos que pretendem. Essa é uma das mercadorias que se vendem, uma das mercadorias que são vendidas; o Brasil é um dos países que produzem; afinal, outros países produzem, e o Brasil é um desses que produzem (CIPRO NETO, 2005).

Como se vê, deixou de condenar categoricamente a concordância no singular, embora não abra mão de recomendar e aconselhar a concordância do verbo no plural.

Evanildo Bechara dedicou quatro artigos à concordância durante quatro semanas consecutivas no jornal *O mundo português* (e que posteriormente foram reunidos na coletânea *Na ponta da língua*, publicada pela editora Lucerna), em dezembro de 2000, intitulados *A concordância com um dos que na tradição gramatical do português*. Este gramático constata até mesmo uma prática comum das bancas examinadoras em relação à construção (apud BAGNO, 1999). Conforme informa em uma entrevista,

Vejamos um exemplo: a expressão “um dos que”. A língua permite que você diga: “Carlos é um dos alunos que trabalha”; ou “um dos alunos que trabalham”. Há professores que consideram mais lógica a concordância do verbo no plural. Outros acham que a concordância deve ser no singular. Mas a língua admite as duas possibilidades. **O que não se pode fazer é optar por uma forma e considerar a outra errada, como muitas vezes fazem as bancas examinadoras** (UERJ EM QUESTÃO, nº 72, fevereiro/abril de 2001, destaque nosso).

Não é à toa que certos manuais de redação, com sua já demonstrada tendência de restringir aquilo que é facultado pela norma-padrão, prescrevem a concordância com o plural como única forma correta. Vasconcelos (2003) fez interessante levantamento a esse respeito. A 2ª edição do *Manual da redação da Folha de S. Paulo* (2001) diz: “Usa-se no plural: ele foi um dos que mais lutaram pela paz” (p. 125).<sup>73</sup> Pode-se compreender perfeitamente que uma instituição opte por uma única forma para fins de padronização — o que é perfeitamente coerente e justo. Entretanto, o que um leitor desse manual assimila, ao consultar a obra sobre esta questão, é que esta é a única concordância admissível na norma culta; não estando amparado por gramáticas, perde a oportunidade de fazer as seguintes constatações:

[...] em linguagem do tipo *um dos ...que*, o verbo da oração adjetiva pode ficar no singular (concordando com o seletivo *um*) ou no plural (concordando com o termo sujeito no plural), prática, aliás, mais freqüente, se o dito verbo se aplicar não só ao relativo mas ainda ao seletivo *um* [...] (BECHARA, 1999, p. 562; grifos do autor)

Quando o relativo que vem antecedido das expressões *um dos*, *uma das* (+ substantivo), o verbo de que ele é sujeito vai para a 3.a. pessoa do plural ou, mais raramente, para a 3.a. pessoa do singular (CUNHA, p. 501; grifos do autor).

Entretanto, há manuais mais sintonizados com as gramáticas supracitadas quanto a esta construção. Squarisi (2005), de modo geral mais conservadora, orienta:

O verbo, em orações que têm por sujeito a expressão *um dos que* ou *um daqueles que*, pode ficar no singular, concordando com **um** ou no plural, concordando com **os** ou **aqueles**: não sou um daqueles que prometem, mas não cumprem (promete, cumpre) (p. 130).

Por sua vez, Martins Filho (1992), no manual do jornal *O Estado de S. Paulo*, embora admita ambas as formas, condiciona o uso do singular e do plural:

<sup>73</sup> A mais recente edição deste manual (17ª, 2011) não traz mais nenhuma observação sobre este caso; no entanto, em sua versão eletrônica, disponível *on-line*, diz: “Tome cuidado com a expressão *um dos que*, que **de preferência deve ser acompanhada de plural**. Mas atenção: a concordância pode alterar o sentido da frase: Schwartzkopf foi um dos generais que mais se distinguiram na Guerra do Golfo (ele se distinguiu, entre outros generais que também se distinguiram), mas Schwartzkopf foi **um dos generais que mais se distinguiu** na Guerra do Golfo (ele foi o que mais se distinguiu); O Sena é um dos grandes rios que passa por Paris (é o único grande rio que passa por Paris). Evite esta última construção, que é muito sutil para texto noticioso”.

O verbo normalmente vai para o plural: *Ele é um dos deputados que mais lutam pelo contribuinte*. Desdobre a frase: *Dos deputados que mais lutam pelo contribuinte, ele é um*. [...] O verbo fica no singular apenas quando a ação se refere a uma única pessoa: *Foi um dos seus livros que li ontem à noite*. / *Foi uma das peças de Brecht que estreou ontem em São Paulo*. / *Era um dos seus filhos que estava conosco ontem* (p. 288).

A orientação supracitada está mais de acordo com a prescrição de autores como Luft e Cegalla. Para Luft (2010), “com duas soluções opcionais, a preferência no português contemporâneo é pelo plural. Por isso mesmo o singular, mais raro, tem efeito expressivo — ênfase, realce. Ocorre sobretudo depois de intensificações — mais/menos, etc.” (p. 512). Segundo Cegalla (2009), “o verbo concorda normalmente no plural [...], sendo o pronome que sujeito de oração adjetiva restritiva”. Admite que apenas que “deixa-se, contudo, o verbo no singular quando este se aplica apenas ao ser de que se fala”. E prescreve a restrição: “O mais acertado é, [...], em textos científicos e jornalísticos, usar no plural o verbo da oração adjetiva restritiva” (p. 392). Atribui a concordância no singular como condição da expressão na língua falada e literária: “Na linguagem informal e na literária, não é raro usar o singular do verbo da oração adjetiva, principalmente quando há intenção de destacar o indivíduo do grupo, dando-se a entender que ele sobressai ou sobressaiu aos demais”.

Curiosamente, Rocha Lima (2007) raciocina que “o mais lógico” é a concordância no singular, reservando a concordância no plural para “o mais eufônico”: “Há dupla sintaxe: com o verbo no singular, **construção talvez mais lógica**; ou, atendendo-se de preferência à eufonia, com o verbo no plural” (p. 393, destaque nosso).

Como bem observou Vasconcelos (2003), “quando comparamos a concordância proposta pelo Manual da Folha com as gramáticas tradicionais, nota-se claramente que o manual é mais restritivo que elas”. Mas tal restrição não é exclusividade da referida publicação. Autores de outras eras e até contemporâneos privilegiam a lógica em detrimento de fatos de linguagem:

Apesar de termos todos estes testemunhos oferecidos pela língua na prática de seus melhores escritores através de todas as épocas, e pela observação de estudiosos ilustres, extrapolam de sua seara aqueles que, por opção pessoal ou por **excesso de uma ótica logicista**, querem pôr travas aos recursos expressivos que o idioma oferece aos utentes.

Nisto se incluem mestres de reconhecida competência, como Carolina Michaëlis de Vasconcellos (*Lições de Filologia Portuguesa*, 2ª ed., 1926, pág. 378), que num breve comentário condenatório a “um dos homens que lá esteve”, em vez de “estiveram” (“porque o sujeito do predicado da segunda oração é que, referido ao plural homens”), **apesar de citar a Gramática Francesa de von Hafe e Epifânio, aludindo ao fenômeno da atração e aos exemplos aduzidos por Rui Barbosa, com o verbo no singular**. (BECHARA, 2010, p. 206, destaque nosso).

Além da autora supramencionada, Bechara cita dois autores portugueses — João Andrade Peres e Telmo Lopes Moia —, que, no tocante à questão, também adotam um critério logicista, embora hesitem em dar a construção como errada. Conforme declaram em sua obra,

A concordância utilizada na frase [...] [Um dos advogados que estava na sala] tem uma aceitação generalizada por parte dos falantes e de algumas gramáticas e está documentada nos nossos melhores escritores. No entanto, por nossa parte, **evitamos o seu uso**, já que — e sem querer impor normas — não podemos deixar de a considerar anormal no plano sintático e **ilógica** no plano semântico (MOIA; PERES, 1995, p. 502, destaques nossos).

## 4.2 Mudança ou variação em andamento

Serão tratadas aqui formas em pleno uso na língua culta para as quais há tantos argumentos favoráveis quanto desfavoráveis quanto à sua correção.

### 4.2.1 Advérbio *melhor* como comparativo de superioridade antes de *particípio*

E foi à estante e tirou um dos relatórios para ser *melhor* visto (Machado de Assis, *Esau e Jacó*, [18--?], p. 59).

Eu tinha estudado no seminário algumas matérias que é bom saber, e são sempre *melhor* ensinadas naquelas casas (Machado de Assis, *Dom Casmurro*, 2009, p. 83).



No que diz respeito apenas ao uso, *melhor* é um advérbio que pode ser tanto o comparativo de superioridade do adjetivo “bom” como o comparativo de superioridade do advérbio “bem”, realidade que não é vista com bons olhos por vários autores. Conforme muito bem descreveu Costa (2007):

A dúvida que surge entre os gramáticos concerne à possibilidade de emprego ou não de *melhor* como comparativo de superioridade de *bom* (adjetivo) e de *bem* (advérbio) [...]. O que se discute entre os gramáticos, sem uniformidade de entendimento, é se é possível usar o comparativo *melhor* para o advérbio [...] Para uns, se o advérbio modifica um adjetivo ou forma verbal adjetivada, diz-se *mais bem*, e não *melhor* [...] Para tais autores, estaria equivocado o emprego da forma sintética *melhor* nos seguintes exemplos: a) “As suas ações são bem vistas e melhor imitadas”; b) “Outros mais confiados e melhor aconselhados” (p. 692, grifos do autor).

De fato, sempre existiram, desde outras eras, divergências em relação ao uso de *melhor* como comparativo de superioridade antes de particípio. O filólogo português Cândido de Figueiredo opunha-se ao emprego indiscriminado das duas expressões *melhor* e *mais bem*, declarando haver “um equívoco, muito vulgar, a este respeito”, e defendia que “em boa linguagem diz-se: mais bem informados, mais bem procedidos, mais bem intencionados...” (FIGUEIREDO, 1941, p. 63). Todavia, à mesma época, outro filólogo português já reconhecia: “Nós julgamos que se torna indiferente o emprêgo de mais bem (e mais mal) e ou melhor (e pior), desde que bem (e mal) não forme composto com o adjectivo subsequente” (AMARAL, 1943, p. 546). O filólogo A. M. de Sousa e Silva já declarava, com muita lucidez, em plenos anos 1950, em seu *Dificuldades sintáticas e flexionais*:

Pode usar-se, indiferentemente, qualquer das duas formas com o particípio passado: “melhor informado” e “mais bem informado”. Há quem não admita a forma sintética (“melhor”), mas **a impugnação está em desacôrdo com os fatos da língua.** (SILVA, 1958, p. 181, destaque nosso).

A discórdia continua nos tempos atuais. Cegalla (2009) admite:

Antes de particípio, tanto é correto usar *melhor* como *mais bem*: Desde então, o prisioneiro passou a ser *mais bem tratado* (ou *melhor tratado*). / As tropas desse país estão entre as *mais bem armadas* (ou *melhor armadas*). / São os profissionais *mais bem remunerados* (ou *melhor remunerados*) do país [...] (p. 241).

Em seguida, o gramático cita uma série de exemplos extraídos de obras literárias de autoria de José de Alencar, Rui Barbosa e Machado de Assis. Luft (2010) concorda com Cegalla, entendendo haver duas interpretações possíveis na língua culta:

Com os participípios, geralmente as duas possibilidades (**mais bem/mal** ou **melhor/pior**): *mais bem conservado* ou *melhor conservado*, *mais mal executado* ou *pior executado* — porque duas análises ou interpretações: 1) *mais [bem/mal conservado]*; ou 2) *[mais bem/mais mal] conservado > melhor/pior conservado*. Conselho: em casos de dúvida, manter as formas analíticas, pois nas sequências *[mais bem/mais mal participípio]* não há erro possível (p. 266).<sup>74</sup>

Sacconi, por sua vez, recomenda que “antes de participípio, convém substituí-lo [melhor] por mais bem” (2005, p. 257). Almeida (1983) declara que “arrisca-se ao ridículo quem invariavelmente emprega melhor em lugar de mais bem” e sentencia: “Antes de participípio, a forma analítica” (p. 181). Os manuais, como era de se esperar, assumem a posição mais restritiva. Em seu manual, Squarisi (2011) orienta:

Antes de participípio, usa-se *mais bem* ou *mais mal*: *As francesas são as mulheres mais bem vestidas da Europa. É o candidato mais mal classificado nas pesquisas*. Apresentou o relatório mais bem redigido da reunião. Se a frase indicar gradação, mesmo com participípio emprega-se melhor ou pior: *Foi mal orientado e pior classificado. Os discursos eram bem redigidos e melhor proferidos. A peça foi bem ensaiada e melhor representada* (p. 279).

No âmbito dos manuais, impera a orientação mais conservadora. Segundo Martins Filho (1992),

Antes de participípio, use *mais bem* e *mais mal* em vez de *melhor* e *pior*: Não há crítica mais bem-feita que essa (e não melhor feita). / São os homens mais bem vestidos (e não melhor vestidos) do escritório. [...] Os dois eram, de todos, os jornalistas mais bem informados (e não melhor informados). 2 — Nos demais casos, use sempre *melhor* e *pior* [...] (p. 167, grifos do autor).

Já Tavares (2011) faz a seguinte distinção para recomendar o uso de “mais bem”:

“O time ficou melhor colocado no torneio” **não está errado, mas o mais adequado** é: “o time ficou mais bem colocado no torneio” (p. 98, destaque nosso).

<sup>74</sup> A única restrição feita pelos que admitem ambas as formas relaciona-se aos casos de participípios **adjetivados** formados com o prefixo *bem-*; neste caso, Cegalla (2009, p. 241) e Luft (2010, p. 266), orientam usar apenas *mais bem* (mais bem-sucedido, mais bem-dotada).

Deve-se observar que o uso de “melhor” não se justifica apenas por mero fato linguístico que se enraizou de forma arbitrária e leviana na escrita. Neves (2003) faz uma inusitada distinção semântica, justificando a razão de ser das construções usuais (condenadas):

[...] são usuais, nos diversos tipos textuais, construções como: Onde as estruturas políticas estejam *melhor consolidadas*, elas absorverão a incompetência do líder ocasional [...]; A economia global talvez possa ser *melhor entendida* emprestando um conceito da sociologia. Na verdade, usa-se, aí, o advérbio de modo *melhor* (“consolidadas de modo melhor”; entendida de modo melhor”), e não o advérbio de modo *bem* junto do particípio (bem consolidadas; bem entendida), e, em seguida, o advérbio *mais* fazendo a quantificação da construção (“bem consolidadas, e mais [do que outras]”; “bem entendida, e mais [do que outra]”) (p. 512, grifos da autora).

O uso de *melhor* no lugar de *mais bem* demonstra estar devidamente consagrado até entre os usuários da língua com formação escolar superior. Em 2007, o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma declaração<sup>75</sup> que repercutiu tanto pela polêmica de seu conteúdo como também pela polêmica de sua forma:

E nós faremos o possível e o impossível para que saibam falar bem a nossa língua. Queremos brasileiros **melhor educados**, e não brasileiros liderados por gente que despreza a educação, a começar pela própria (FOLHA, 2007, destaque nosso).

Criticado por usar “melhor” num contexto sintático em que deveria ser dito “mais bem”, o ex-presidente teve sua declaração comentada pela professora Thaís Nicoleti de Camargo, que na ocasião fez uma interessante observação:

**Pela norma culta**, o correto seria “mais bem educados”. Rigorosamente, deve-se usar “mais bem” antes de particípio. Porém, essa construção [“melhor educado”] é **considerada aceitável**, ela está **no limite entre a norma padrão e o desvio dela**”, afirma Nicoleti (FOLHA, 2007, destaque nosso).

Embora a professora legitime o rigor com que certos gramáticos (não todos, conforme constatado acima) ainda restringem as possibilidades de uso, não deixa de reconhecer

<sup>75</sup> Embora tenha se tratado de um uso feito pelo ex-presidente no âmbito da *fala*, entende-se perfeitamente que tal construção poderia e pode ser igualmente usada por ele no âmbito de sua *escrita*.

a existência de uma variação que já se consolidou na linguagem culta, fato que é apontado de modo muito interessante na última frase de sua declaração: “está *no limite* entre a norma padrão e o desvio dela” (grifo nosso). Pode-se perfeitamente afirmar que, no entender da professora, este uso do advérbio *melhor* é uma variação da norma padrão, “considerada aceitável”.

Tendo em vista o exposto, não se vê melhor decisão do que concordar com Cegalla:

Poderíamos citar outros exemplos em favor da vernaculidade do uso de *melhor*, neste caso. Tal sintaxe, impugnada por certos gramáticos de pouca leitura, pode ser menos frequente, mas não reprovável (2009, p. 252).

### 4.3 Indícios de mudança ou variação

Selecionam-se aqui alguns casos chamados, pela maioria dos autores, de “erros mais comuns”. Não se trata, porém, de formas de variantes linguísticas populares, e sim de formas em pleno uso na língua escrita culta — algumas delas em uso desde os primórdios da língua — embora condenadas em unanimidade (ou quase) pelos gramáticos. Aqui também se incluem os casos que, embora não sumariamente tachados de “errados”, não são recomendados no âmbito da norma-padrão.

#### 4.3.1 Regência de verbos de movimento com uso da preposição *em*

De acordo com Coutinho (1976), “a preposição latina *in*, da qual resultou a nossa, podia ser empregada com verbos de movimento. Assim: Vou ao porto — era em latim: *Vado in portum*” (p. 338, grifos do autor). Bagno (2009) dissecou melhor a história dessa sintaxe:

Na verdade, existia em latim uma concorrência entre duas preposições: *ad* (que deu o nosso *a*) e *in*. Não tinha uma separação rígida entre as funções das duas, e ambas podiam indicar tanto o *repouso*, a *localização* quanto o *movimento*, a *direção*. Essa dupla possibilidade de uso permaneceu em outras línguas da família, inclusive em suas normas-padrão (p. 221).

Não é à toa que, em certas línguas neolatinas, tal sintaxe latina foi preservada: *Va in Francia* (italiano), *Il va en France* (francês) (BRITO et al., 2010, p. 230).<sup>76</sup> Ao contrário do que se prescreve hoje, o português também herdou e usou esta forma: “mas quando souberon como Hercolles era *viindo em* Espanha...” (Lenda da vinda de Hercules a Lisboa, apud VASCONCELLOS, 1907, p. 46); “**nalgum** porto seguro, de verdade, **Conduzir**-nos já agora, determina...” (CAMÕES, 1572, p. 24, destaques nossos); “Os cabellos da barba e os que decem /Da cabeça *nos* ombros...” (CAMÕES, 1572, VI, 17); “... era vindo *nesta* terra” (BARROS, 1601, II, p. 255)<sup>77</sup>.

Conforme observou Coutinho (1976), “até hoje a preposição *em* é empregada com ideia de movimento, em português correto, nos seguintes casos: *saltar em terra, ir de porta em porta*, etc.” (p. 339).

Antenor Nascentes, que compreendia o uso deste caso, justificava-o da seguinte forma, em *O problema de regência* (1960):

[...] note-se que a velocidade que o homem moderno aplica a todos os seus atos, numa época em que aviões a jato engolem distâncias, a pessoa que chega já se julga no lugar e troca o adjunto adverbial de lugar para onde pelo de lugar onde (p. 59).

Tal raciocínio encontra reflexo no pensamento da linguista Neves (2003):

[...] ocorrem (20%) construções com a preposição *em*, e, na verdade, pode-se indicar uma especificidade de sentido que cada uma das duas preposições confere: a preposição *a* marca o ponto de chegada (com destaque para o movimento), enquanto a preposição *em* marca o lugar da estada, decorrente da chegada (com destaque para a permanência) (p. 179, grifos da autora).

Apesar de situar a origem da regência numa época mais contemporânea, Nascentes dá como primeiro exemplo para isso um citação do século XIX, do escritor José de Alencar. Logo a seguir, cita um considerável número de bons escritores que fazem uso da condenada regência (1960, p. 59).

<sup>76</sup> Em espanhol, diz-se *Va a Francia*.

<sup>77</sup> BAGNO (2000, p. 251) acusa a flutuação entre as preposições *em* e *a* nessa mesma obra de João de Barros.

Entretanto, os gramáticos ainda se mostram muito indispostos a admitir a correção da regência com *em*. O gramático Celso Luft, autor da mais popular obra sobre regência verbal no país, diz o seguinte no verbete do verbo “chegar”:

[...] OBS. Verbo de ‘movimento para’, é natural reger ele preposição *a* diante do complemento de lugar. No Brasil, entretanto, usa-se muito a preposição *em* (exclusiva, diante de casa ‘lar’: *chegar em casa*, e não chegar a casa), como aliás também com outros verbos de movimento [...]. Pode colaborar para isso a tendência de considerar o estado e o repouso (‘lugar onde’) em vez do movimento (‘lugar para onde’) [...]. Segundo Nascentes, essa regência ocorre em Euclides da Cunha, Taunay, Vicente de Carvalho, Simões Lopes Neto, Humberto de Campos, Amando Fontes, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, entre outros. As pesquisas de Lessa [...] e Barbadinho [...] confirmam amplamente esse brasileirismo nos autores modernistas. Lessa transcreve 19 exemplos de *chegar em* contra 10 de *chegar a* [...]. “Já se tolera o chegar em, em língua escrita” (Elia: 111). Mesmo assim, penso que em texto escrito culto formal melhor se ajusta o *chegar a* (LUFT, 2010, p. 116, grifo do autor).<sup>78</sup>

Não é curioso que, apesar de todo o reconhecimento que ele próprio faz do uso consagrado dessa regência no meio literário e em textos da variante culta, citando diversos filólogos (Antenor Nascentes, Sílvio Elia, Raimundo Barbadinho Neto, Luiz Carlos Lessa) que comprovam e atestam esse fato, o gramático reluta em abonar categoricamente a forma “chegar em”? Ora, tal resistência a uma forma incontestavelmente em pleno vigor na escrita formal só se justifica numa correção conforme o português europeu (contemporâneo, não o clássico), em detrimento de uma correção que pode, perfeitamente, basear-se não somente no uso atual como também na própria tradição literária, que atesta a forma não recomendada!

Entretanto, como já observado no item 1.2.2.3, Luft equivoca-se ao afirmar que “chegar em” — e qualquer verbo de movimento regido com preposição *em* — seja um brasileirismo,<sup>79</sup> como se tal regência nunca tivesse sido usada, nem mesmo no âmbito literário, na língua escrita de Portugal.

<sup>78</sup> A mesma argumentação é apresentada no verbete do verbo “ir” (LUFT, 2010, p. 342), em que o autor acrescenta que “no português brasileiro, também ocorre *ir em*, sobretudo na fala, o que pode ser até sobrevivência da língua arcaica, herança da língua-mãe (lat. *In urbem ire*) [...]”.

<sup>79</sup> Sacconi (2005) também identifica, como Luft, esta regência como brasileirismo: “Trata-se de **uso eminentemente brasileiro** este da preposição *em* com verbos de movimento. O brasileiro é muito dado a chegar em casa, a voltar em casa, a ir em casa, a retornar em casa, a regressar em casa, etc., enquanto o português prefere chegar a casa, voltar a casa, ir a casa, retornar a casa, regressar a casa, etc.” (p. 101, destaque nosso).

Como acaba de ser constatado, os vários critérios de correção que pudessem ser reivindicados para exigir e aceitar exclusivamente a regência “chegar a” na língua portuguesa (filológico, latino, português europeu) não podem, de maneira alguma, justificar a proibição da forma regida por *em*.

Se nenhuma gramática (ainda) não abona a regência, mais difícil seria cogitar que outras publicações a admitissem. No entanto, constatou-se o seguinte no *Manual do editorial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*:

**chegar a/chegar em** — optamos pela utilização de *chegar a* quando indicamos a chegada a algum lugar ou a alguma conclusão, e usamos *chegar em* para expressar, também, a chegada a algum lugar ou um intervalo de tempo. Exemplos: [...] Os representantes [...] chegaram em São Paulo para [...] (PIRES, 2011, p. 94).

Embora não tenham sido identificadas, no âmbito deste estudo, quaisquer outras publicações que orientem a regência de *chegar* com a preposição *em* para seus usuários, o caso do manual supracitado, que orienta a redação de textos oficiais, parece, se não suficiente, pelo menos significativo para demonstrar o reconhecimento da correção, por parte usuários cultos da língua, de uma forma tradicionalmente errada.

É lamentável, portanto, que, no âmbito da norma-padrão, autores de renome da gramática portuguesa (ainda) não reconheçam tal regência.

#### 4.3.2 Pronome reflexivo *se* como sujeito

Salta-se do trem; **transpõe-se** poucas centenas de metros entre casas deprimidas (Euclides da Cunha, *Os Sertões*, [20--?], p. 299, destaque nosso).

Embora se trate de questão conhecida e exaustivamente discutida há séculos por gramáticos e filólogos, o uso do pronome reflexivo *se* como sujeito merece ser registrado neste trabalho por se enquadrar exemplarmente entre os casos abordados pelo presente estudo.

O filólogo português Manuel Rodrigues Lapa explica como se consolidou o uso da concordância no singular, usando o exemplo a oração “abriram-se as janelas do palácio”:

[Em relação à oração supracitada] a determinação das relações entre o sujeito, o verbo e o objeto é já menos precisa. A oração pode admitir duas significações: a) as janelas apareceram abertas por si, com a ajuda elemento que se iguala — talvez o vento (significação reflexa); b) ou foram abertas por alguém, que não é determinado (significação passiva). Dava-se pois uma confusão, que a língua tratou de evitar muito simplesmente: em vez de pôr o verbo no plural, como mandam as regras, empregou-o no singular, como impessoal. *Abriu-se* as janelas. O pronome reflexo foi considerado equivalente a um pronome indefinido: “alguém”, “uma pessoa” (LAPA, 1945, p. 172).

Além disso, o filólogo também reconhecia a legitimidade da construção: “O processo é engenhoso e nada repugna à índole da língua; é também corrente no francês” (LAPA, 1945, p. 172). Assim também pensava o filólogo Antônio Martinz de Aguiar e Silva, segundo o qual “ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução” (SILVA, 1971, p. 181).

No entanto, embora tenha se consolidado na língua escrita, os gramáticos nunca admitiram a correção da forma no singular. Almeida (1981) dá a explicação que provavelmente resume o pensamento gramatical predominante:

Na oração “alugam-se casas” — *casas* não pratica a ação de *alugar*, e, sim, recebe, sofre tal ação, o que equivale a dizer que *casas* não é o agente, mas o paciente da ação verbal. O verbo é passivo, e essa passividade é indicada pelo pronome *se*. A oração “alugam-se casas” é idêntica à oração “casas são alugadas”; em ambas o sujeito é *casas*, que, pelo fato de estar no plural, deverá levar também para o plural o verbo; dizer “aluga-se casas” é erro igual a dizer “casas é alugada”. Constituem erros inomináveis construções como *vende-se livros usados*, *conserta-se relógios*, *reforma-se chapéus* (p. 288).

A condenação se mostra ainda mais implacável por Mário Barreto, segundo o qual essas construções no singular “são concordâncias **absolutamente intoleráveis** em português” (BARRETO, 1954, p. 263, grifo nosso). De acordo com a mesma linha de pensamento, a razão pela qual se trata o “se” com função de sujeito estaria em sua origem francesa<sup>80</sup>:

<sup>80</sup> Vários gramáticos usam a mesma justificativa para esse uso: “é construção francesa e portanto galicismo de frase, além de erro de gramática” (FIGUEIREDO, 1941, p. 13-14).



O *se*, em português, não exerce função de sujeito; a combinação pronominal *se o* e a não concordância verbal nas construções passivais pessoais dão ao *se* função de sujeito, como se em lugar do *se* estivesse escrito *alguém, a gente, certa pessoa*. [...] quem redige “Louva-se os juizes” está a empregar *se* como sujeito do verbo e os juizes como seu objeto direto.

Essas construções [...] vão, antes de tudo, de encontro à tradição da língua e [...] constituem puros francesismos; nelas o *se* está exercendo a função de *on* francês (palavra que nessa língua exerce a função de sujeito: *Toujours on le voit — On aime les fleurs*), em desobediência à tradição do português e ao étimo do nosso *se* (ALMEIDA, 1981, p. 289).

Entretanto, desde o início do século XX, três anos antes de Almeida nascer e muitas décadas antes de este gramático tecer todas essas considerações sobre o assunto na primeiríssima edição de seu *Difficuldades da lingua portugueza*, Manuel Said Ali (1908) já destruía completamente essa teoria galicista:

Têm alguns atribuído o *é-se*, o *está-se* à influência do *on* francez; mas o engano salta logo aos olhos, mal nos acuda à mente esta reflexão: é o povo, e não os escriptores, quem mais usa daquelles modos de dizer; ora, o povo de Portugal nada ou quasi nada sabe da França e sua língua. Será, pois, quando muito, um caso de vulgarismo ou plebeísmo... portuguez, calcado sobre locuções congeneres do falar patrio.

À mesma causa exótica procurou-se filiar a tendencia popular, assaz accentuada entre nós, de dizer e escrever *vende-se casas* por *vendem-se casas*; e a mesma objecção cabe-nos, *mutatis mutandis*, fazer ao caso.

Nossos pintores de tabuletas e letreiros não se recrutam de entre os conhecedores do idioma de Zola e Daudet; alguns delles — facto muito curioso, mas não menos provado — ainda soletram com esforço as proprias palavras da lingua nacional. A influencia franceza foi, pois, completamente nulla nesses milhares de *aluga-se carros, compra-se móveis*, etc., etc. Achamo-nos diante de uma tendencia natural, espontanea; no sentir do povo não se comprehende por que se deva concordar o verbo com o objecto. De mais, **os primeiros individuos affectados de um mal importado de terra estranha devem ser os que se acham mais em contacto com elle; ora as pessoas que continuamente manuseiam livros parizienses são justamente aquellas que menos vezes empregam o verbo no singular em casos semelhantes aos exemplos citados.**

Os Portuguezes não tinham necessidade de transpôr os Pyreneus e inspirar-se em um pronome indefinido estrangeiro. Possuiam elles proprios o pronome *homem*, nada inferior a esse *on* francez que mais tarde devia ser o bode expiatorio da pouca sagacidade dos grammaticos (IDA, 1908, p. 114, destaque nosso)<sup>81</sup>.

Mais adiante, o maior sintaticista brasileiro (que já reivindicava a reclassificação do pronome “se” como sujeito de oração) revela a verdadeira origem do uso condenado:

No dominio do portuguez antigo floresceu tal pronome, e com vantagem, ao lado de formulas com o reflexivo *se*. Por fim foi-lhe desaparecendo a vitalidade e na era

<sup>81</sup> A esse respeito, SILVA (1971) observa que “fica também provado o falso testemunho que levantaram à sintaxe francesa, que em verdade nenhuma influência neste particular exerceu em nós” (p. 183).

quinhentista succumbia de todo afogado pela expansão do pronome *se* que, como vimos anteriormente, já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos. Se o nosso pronome indefinido fosse coisa imprescindível, se para a manifestação do pensamento sentíssemos necessidade de nos acostarmos, de algum modo, a elle, com certeza a lingua não o deixaria extinguir-se tão pronta e tão facilmente e, com maioria de razão, não iria buscar seu equivalente no estrangeiro. A forma reflexiva estendeu-a o povo a certos modos de dizer com que ideologos e grammaticos antipathisam; mas isto havia de dar-se fatalmente, quer existisse o idioma francez, quer nunca tivesse existido (IDA, 1908, p. 135-136).

Said Ali dedica um capítulo inteiro à questão em sua obra supracitada.

Apesar disso, prevalece entre os gramáticos o não reconhecimento dessa realidade no âmbito da linguagem culta. Em relação à questão, a posição de Luft nos parece dúbia. Em sua *Moderna gramática brasileira*, reconhece a razão dessas elucidações de Said Ali e afirma que

Mais acertado é considerar ativa esta conjugação — o que corresponde: (1) ao sentimento dos falantes (conserta-se calçados, vende-se terrenos — é como se usa na fala espontânea) e (2) à colocação dos termos (a posição pós-verbal é a do paciente) e (3) evita o divórcio dessas construções com as dos verbos não transitivos diretos (precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se), que seria absurdo considerar passivos. Aqui, como ali, temos a idéia de “sujeito indefinido”, formalizada no *se*, que pode pois, tranqüilamente, ser analisado como sujeito (Aqui — *se* — trabalha = aqui — a gente — trabalha). **A flexão plural do verbo (vendem-se terrenos), no padrão culto escrito, pode-se explicar como mera “servidão gramatical”** — nem sempre observada — ou por atração (LUFT, 1979, p. 133, destaque nosso).

Acerca de uma prova de vestibular, escreveu:

Uma das teimosas, obstinadas regras artificiais de purismo é a da pluralização de verbos acompanhados de ‘se’ - consertam-se calçados, vendem-se terrenos... - coisas assim que professores de Português teimam em classificar como frases passivas, contra todo o sentimento dos falantes nativos, e deles mesmos [...] Ora, em termos de linguagem efetiva, atual, vê o leitor que essas questões admitem mais de uma resposta [...]; tanto se USA formas como ‘aceitam-se críticas’, ‘evitem-se injustiças’ e ‘discutem-se casos’ como ‘aceita-se críticas’, ‘evita-se injustiças’ e ‘discute-se casos’ ... (LUFT apud SCARTON, 2005, p. 58).

Entretanto, apesar de todas essas observações, parece seguir à risca, em suas obras pedagógicas, a tradição gramatical. Em *ABC da língua culta*, atestando que a forma no singular ainda não possui status de linguagem culta:

*Alugam-se casas*, com o verbo no plural (= casas são alugadas: construção passiva), é a forma recomendada na língua culta padrão. *Aluga-se casas*, com o verbo no singular (= a gente aluga casas: construção ativa), ainda se considera de nível inferior – sintaxe informal, familiar, vulgar (p. 44).

Na mesma obra, o autor refere-se a “vende-se casas” como “sintaxe vulgar, *mais usada*” (2010, p. 524, grifo nosso).

A forma talvez seja tão tentadoramente usual que o próprio Mário Barreto, embora implacável quanto ao uso no singular, escreveu “Faz-se quotidianamente frequentes aplicações” em uma de suas obras, conforme bem observou Costa (2007, p. 54).

A realidade do uso no singular já era tão notória a ponto de o grande sintaxista desenvolver a seguinte argumentação, prática e irrefutável:

Tem-se dito que a nossa forma reflexiva se identifica com a voz passiva. Apesar das restrições que todos concedem, que são forçados a conceder, tenho a afirmação por leviana, a começar pelos exemplos banais com que a esteiam. *Aluga-se esta casa* e *esta casa é alugada* exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido. Há um meio muito simples de verificar isto. Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres *esta casa é alugada*. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta deste modo: *esta casa é alugada por alguém*, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público (IDA, 1908, p. 115).

Na proibição do pronome reflexivo se como sujeito, tem-se, mais uma vez, a aplicação exclusiva do critério de correção baseado na lógica, como reconhece o lúcido Said Ali: “Ao absurdo a que somos chegados conduz a frágil teoria apassivadora submetida a um raciocínio estritamente lógico” (IDA, 1908, p. 118).

Deve-se, portanto, concordar completamente com o que já dizia Lapa (1945), há quase setenta anos, sobre a forma condenada: “Um dia [ela] certamente entrará na Gramática: será o trinfo da clareza sobre a confusão. Por ora, ainda lá não chegamos” (p. 173).

#### 4.3.3 Através de *com o significado de* por meio de

Por algumas cartas que vos escrevemos no passado ano de 1550, demo-vos ampla informação destas partes do Brasil e de algumas coisas que Nosso Senhor quis obrar através de seus servos [...] das coisas que o Senhor opera através de cada um (PIRES, Antônio. *Uma enviada da capitania de Pernambuco*, 1551).

Neves informa se tratar de um caso de anglicismo<sup>82</sup> “condenado nas lições normativas” (2003, p. 101), mas que tal construção “é bastante usual, em todos os tipos de texto”.

Condenado expressivamente, trata-se de uso colossalmente disseminado na língua escrita culta do Brasil (e também de Portugal): escritores, linguistas, gramáticos etc. utilizam “através de” com o sentido de “por meio de”.

As condenações parecem se basear num critério de correção fundamentado na lógica, apesar de ser consagrado o uso dessa forma pelos *bons escritores* (ou seja, um critério de correção fundamentado filologicamente pode perfeitamente abonar essa aplicação de “através de”): “Creio que terão entendido isso mesmo, através da forma alegórica” (ASSIS, 1962, p. 366); “Resgatou a culpa através de dura penitência” (COARACY, 1959, p. 95 apud CEGALLA, 2009, p. 60); “O mundo só se poderá salvar através da forma alegórica” (VILLAÇA, 1996, p. 49 apud CEGALLA, 2009, p. 60).

Entre todos os gramáticos consultados, dois defendem o significado em questão. Cegalla (2009), reconhecendo a consolidação do uso da locução no contexto em pauta, é favorável à sua normalização: “está generalizado o emprego desta locução no sentido de ‘por meio de’, ‘por intermédio de’. Por isso, não há senão legitimá-lo”, citando logo em seguida Machado de Assis: “Creio que terão entendido isso mesmo, através da forma alegórica” (p. 60).

Sacconi (2005) reconhece o sentido consolidado e tacha de “puristas” os que discordam da correção da forma:

---

<sup>82</sup> Informação que parece não proceder, já que se identifica o uso de “através de” com o sentido em questão no português do século XVI, conforme citação que abre esta seção.

Convém acrescentar que, antigamente, se usava *através de* apenas em casos que evidenciassem passagem de algo de um lado para o outro [...]. No português contemporâneo, tal exigência carece de sentido. Os puristas, todavia, só aceitam construções assim: *Ouvi a música **pelo** rádio. É **mediante** os jornais que se toma conhecimento dos fatos. O cheque foi liquidado **pelo** médico do clube.* (p. 66, grifos do autor).

Houaiss (2001, p. 339) dá a locução com o sentido figurado de “por meio de; mediante” e Ferreira (1999, p. 238) confere o sentido de “por intermédio de”.

Nota-se, entretanto, um uso excessivo e banalizado da locução nos dias atuais, a ponto de linguistas recomendarem moderação por uma questão de estilo:

[...] usar repetidamente a locução quando, muitas vezes, uma preposição simples dava conta do recado, é algo que podemos evitar — e isso não é um “erro de português”, no sentido tradicional, mas uma questão de efeito estilístico, de produção textual. Assim, em vez de dizer que “este tratamento é feito *através de* antibióticos”, podemos escrever simplesmente “*com* antibióticos”; em vez de “o problema se resolve *através do* emprego da ferramenta adequada”, podemos escrever simplesmente “*pelo* emprego da ferramenta adequada”. Aqui, a questão não é de “gramatical”, mas de recurso excessivo a determinadas formas linguísticas que se transformam em “muletas” na hora de escrever [...] (BAGNO, 2009, p. 86).

## 5 COMO PROCEDER DIANTE DO CAOS DA NORMALIZAÇÃO?

Na verdade, **apenas a ortografia** (emprego das letras e acentuação, mais uma partezinha do hífen) recebeu uma regulamentação. Todo o resto (quando eu digo **todo**, é **todo**, mesmo) é objeto apenas de estudos, discussões, opiniões, posições divergentes, etc. **Nada** — mas nada mesmo, nem crase, nem pontuação, nem colocação dos pronomes, nem a flexão das palavras, nem mesmo a conjugação dos verbos! — nada mais tem lei, acordo, convenção, tratado, portaria ou aperto de mão (MORENO, 2004, p. 116, destaques do autor).

A colcha de retalhos de critérios de correção descrita e exemplificada nos capítulos 1 e 4 deste trabalho identifica certa desordem no estabelecimento da correção gramatical de todas as épocas, inclusive a atual, que acumulou todos esses critérios. O problema não se encontra necessariamente na coexistência desses critérios, mas na arbitrariedade de suas aplicações. O que resta saber é: que decisão tomar diante das discórdias entre gramáticos cuja autoridade é reconhecida e respeitada pelos usuários da língua: qual regra deve-se realmente aceitar, seguir e aplicar? A do autor conservador e inflexível, que zela pela tradição de gerações remotíssimas e pela preservação das raízes da língua, a fim de manter a (suposta) pureza linguística das eras clássicas? Ou a dos mestres moderados que, sem abrir da mão dos princípios etimológicos, sintáticos e lexicológicos que regem há séculos a estrutura do português, têm a lucidez de reconhecer os fatos linguísticos que se consolidam por meio do uso e passam a aboná-los?

### 5.1 A interação entre descrição e prescrição: uma pendência a ser considerada

Paralelamente ao conflito de critérios normalizadores, note-se a turbulenta relação entre as abordagens descritiva e prescritiva da língua, problema que também ajuda a emperrar o processo de atualização da norma-padrão. Para analisar a problemática, vale fazer pequena retrospectiva dessas duas abordagens na história da língua portuguesa. Talvez essa condição

não difira muito daquelas próprias de outras línguas (principalmente românicas), mas faz-se importante descrevê-la aqui.

Desde os primórdios da gramatização do português, existiam dois rumos distintos sendo tomados pelos estudiosos da língua: conforme já constatado no capítulo 2, Fernão Oliveira, que iniciou o estudo sistemático do português, o fez “baseado na descrição do *uso* da língua efetivamente praticada pelos portugueses, na vida cotidiana, e não de norma extraída de textos escritos literários”<sup>83</sup> (LEITE, 2007, p. 87), enquanto João de Barros procedia de maneira contrária. Para o primeiro, a gramática é essencialmente descritiva, não normativa, sendo o seu objetivo simplesmente registrar o costume, e não impor regras (LEITE, 2007). Do século XVI para cá, prevaleceu, como era de se esperar, o caráter prescritivo nas obras gramaticais. Apesar dessa predominância, as duas abordagens — descritiva e prescritiva — continuaram interagindo nos estudos gramaticais até hoje.

Com o passar dos séculos, a dificuldade se apresentou no fato de que, na prática, o pensamento gramatical no país (predominante tanto entre autores e professores de português quanto entre usuários leigos, influenciados por aqueles) acabou reduzido a uma *mentalidade* rigorosamente prescritivista, de caráter inflexível, restringindo-se qualquer possibilidade de uso àquele tradicionalmente previsto, isto é, fixado em séculos anteriores (e construído de acordo com os mais diversos e distintos critérios de correção, tratados no capítulo 1), e repelindo-se qualquer tentativa de atualização da própria prescrição por meio da descrição. Tal atitude se revela destoante da dinâmica natural da própria língua, que espontaneamente vai consolidando certos usos surgidos nas últimas gerações.

---

<sup>83</sup> “Como é sobejamente conhecido, porém, esse foi não foi o destino das gramáticas tradicionais, do que se conclui não ter sido esse o modelo que ‘fez escola’, isto é, não foi a gramática de Oliveira que serviu de modelo às que lhe foram posteriores” (LEITE, 2007, p. 87).

## 5.2 Os profissionais de revisão e o desafio de lidar com forças antagônicas

Considerando a discórdia gramatical exposta no capítulo 4, os revisores de texto<sup>84</sup> se veem diante dum dilema: adquirem consciência sobre a inevitável e natural variação e da mudança no âmbito da norma-padrão ao mesmo tempo que se submetem, voluntária ou involuntariamente, às restrições normativas (frequentemente desatualizadas) de determinadas gramáticas e de obras que são tratadas como tais: se, por um lado, a prescrição é tida como “tabu entre os linguistas” (NEVES, 2002), por outro os gramáticos e os que assumem esse *status*, mais apegados aos tradicionais critérios de correção, resistem energicamente contra as inovações propostas pelos estudos da Linguística descritiva.

Paralelamente, no âmbito pedagógico, ocorre um análogo conflito: professores de todos os níveis de ensino

oscilam [...] entre a total desconsideração da tradição dos estudos gramaticais — sob o argumento de que cânones gramaticais soam como princípios anacrônicos, sem justificativas pormenorizadas acerca do fato linguístico em estudo — e a incontestada aceitação do que é postulado por autores que exercem função controladora do fenômeno linguístico (FLORES et al., 2004, p. 112).

Ora, a Linguística já não vem questionando e criticando a realidade das prescrições gramaticais desde fins do século XIX? Esse dilema já não deveria estar solucionado? Certamente; o fato é que poucos avanços foram observados, até agora, no sentido de se fazer a gramática normativa se beneficiar, em caráter permanente e atualizador, dos estudos linguísticos. De acordo com Cavaliere (2000),

O grande equívoco da gramática normativa não está propriamente em estabelecer normas, já que, nesse mister, não difere muito dos demais instrumentos de controle social, como a religião e a lei. **Ressente-se, entretanto, de um contato mais frequente com as conquistas da gramática descritiva**, razão por que seus estatutos facilmente se desatualizam. Destarte, os cânones da gramática normativa sempre soam como princípios anacrônicos, inaplicáveis aos tempos modernos, não raro deliberadamente violados em prol da liberdade e da criatividade no uso da língua (p. 37, destaques nossos).

<sup>84</sup> Devem-se considerar aqui não apenas os profissionais de Letras, mas também os de Jornalismo e Comunicação que atuam na área de revisão.



Na mesma linha raciocina Câmara Júnior (1970), segundo o qual “antes de tudo, a gramática normativa depende da linguística sincrônica ou gramática descritiva, em suma, para não ser caprichosa e contraproducente” (p. v).<sup>85</sup>

Após os últimos pareceres, nota-se que os caminhos mais apropriados a serem seguidos pela normalização já parecem devidamente apontados há algum tempo, restando apenas defendê-los sistematicamente e insistentemente de modo a (finalmente) se tornarem realidade concreta. E essas medidas devem ser abraçadas e levadas adiante justamente pelos profissionais supracitados, que enfrentam diariamente o problema. Se estes não gozam da autoridade de alterar os ditames gramaticais, contam com o poder de contribuir e influenciar — baseado nos estudos linguísticos mais atuais e esclarecidos — para o estabelecimento de uma norma-padrão atualizada com a realidade da escrita contemporânea. Isso acontece, por exemplo, **quando o revisor adota a correção de acordo os autores mais sintonizados com os fatos linguísticos**, conforme os casos apresentados nos itens 4.1.1 (p. 77), 4.1.2 (p. 80), 4.1.3 (p. 82), 4.2.1 (p. 87) e 4.3.3 (p. 99).

Desse modo, parece sensato admitir que as regras (dos gramáticos) atualizadas, isto é, em sintonia com o que há de mais usual na língua culta contemporânea, são muito mais passíveis de serem aplicadas na escrita do português de hoje do que aquelas que, consolidadas nos tempos clássicos, não encontram mais razões práticas para sua aplicação nem justificativa teórica para continuar vigorando.

Assim, uma resposta à pergunta do título deste capítulo pode estar na adoção de uma atitude crítica e investigativa de todo aquele que trabalha — seja como autor, revisor, tradutor, seja como usuário comum da língua — com a norma-padrão. O que se propõe aqui é procurar conhecer o universo de estudiosos e especialistas (de reconhecida autoridade) que

---

<sup>85</sup> De qualquer forma, é importante lembrar que, conforme visto na introdução deste trabalho (p. 13), isso não significa que as atuais gramáticas ditas “normativas” contenham apenas prescrições; uma leitura atenta dessas obras revela que elas apresentam também um componente *descritivo*, de modo que a gramática tradicional no Brasil pode ser considerada “normativo-descritiva” (FLORES et al, 2004).

trataram e tratam das questões gramaticais, desconfiar das regras que são impostas, investigando-as e avaliando sua pertinência à realidade da língua escrita atualmente em uso:

Temos de ler os estudiosos, distinguir o que um ou outro tem de melhor, e ir formando uma convicção sobre as infinitas escolhas que um idioma coloca para seu usuário, trabalho que leva a vida toda [...] Não há um deus da gramática [...] (MORENO, 2004, p. 116).

### 5.3 Obstáculos externos à questão

Internamente, o problema parece simples de ser resolvido. Por outro lado, percebem-se barreiras de ordem extralinguística e extragramatical para a concretização dos objetivos proposto logo acima: a força da tradição cultural enraizada, herdada pelo conjunto de usuários atuais da língua; a escolha *sociopolítica* de usos da língua culta, de tendência conservadora; ou até mesmo a histórica necessidade social de padronização,<sup>86</sup> que tende não só a manter o tradicional em detrimento do atual como também apresenta caráter restritivo e filtrante. Isso certamente intimida e inibe uma ação de vanguarda por parte dos profissionais de revisão mais críticos e conscientes da realidade da escrita culta de seu tempo.

Ao observar a razão de ser da norma-padrão do ponto de vista pedagógico, social e político, Marcuschi (2001) adverte que

a escola deve enfrentar a questão mais profunda de que algumas variantes são mais prestigiosas que outras. E além disso assumir que seu papel é sim trabalhar com a norma-padrão, ou seja, a variedade culta ou prestigiosa. Existe uma variedade de língua que opera como a norma-padrão da escrita e tem enorme prestígio social, existe outra variante paralela a essa, que é a norma oral culta, cujo domínio é sinônimo de “boa educação”. Mas estes não são fatos naturais e sim valorações no

---

<sup>86</sup> Um interessante exemplo dessa necessidade data dos primórdios da tipografia: “A prática manuscrita medieval deixa teoricamente espaço, em cada exemplar, para a variabilidade, sobretudo ortográfica. Com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a **normalização** dos vernáculos se torna uma questão de **standardização profissional**. A ortografia, a pontuação e a regularização da morfologia concernem [ou seja, cabem] aos impressores tipográficos (com ou sem o concurso dos autores e dos gramáticos, e mesmo contra eles), inicialmente no seio de cada ateliê, depois para todos os que trabalham na mesma língua: a difusão do livro impresso **impõe**, então, a constituição de um espaço ilimitado no qual cada idioma, liberado da variação geográfica, se tornou isótopo” (AUROUX, 2009, p. 56-57, destaque nosso).

contexto de uma sociedade. A decisão a respeito da escolha de uma ou outra variedade como a padrão e normativa **não é uma decisão lingüística e sim sociopolítica**, por isso sempre passível de discussão. Mas a escolha é sempre inevitável (p. 276, destaque nosso).

Dessa citação, é possível abstrair o fato de que, se certas *variantes* linguísticas são (tradicionalmente) mais prestigiosas que outras (por uma questão sociopolítica), isso explica, no âmbito interno da norma-padrão, a resistência a *variações* que surgem e se consolidam no universo regido por ela, isto é, variedades de uso existentes em relação a certas regras gramaticais tradicionalmente prestigiadas, tais como as apresentadas nos itens 4.1.1 (p. 77), 4.1.2 (p. 80), 4.1.3 (p. 82), 4.2.1 (p. 87), 4.3.1 (p. 91), 4.3.2 (p. 94) e 4.3.3 (p. 99). Logo, por mais anacrônicas e desatualizadas que se encontrem as regras de prestígio, o fator sociopolítico não só dificulta a substituição delas como também pode recusar sua coexistência com outras regras que, já reconhecidas pelo pensamento gramatical contemporâneo, facultam o uso desta ou daquela forma.

Assim, alheia à questão interna da norma-padrão, existe uma visão sobre a língua que precisa ser renovada. É preciso que essa visão adote, como solução para o caos normalizador, as recomendações apresentadas nas seguintes citações de Neves (2002):

É do **próprio uso (*usus*) que emergem os padrões de adequação que compete observar e seguir**, se o que se busca é o bom desempenho em termos socioculturais. São padrões que ‘gramáticos’ poderão registrar examinando-lhes a natureza e as condições de uso, mas que nenhum gramático poderá instituir como modelo ditando-os com sua autoridade.

Nem linguisticamente nem socioculturalmente fica aberto o terreno para que indivíduos (por mais especialistas que sejam) pontifiquem sobre qual seja a norma legítima (NEVES, 2002, p. 50, destaque nosso).

Se se admite, em uma comunidade lingüística, a existência natural de uma norma de prestígio que, para sucesso das relações sociais, pode e deve ser buscada, por outro lado se exige que, para falar sobre padrões da língua, **seja avaliado o uso, e isso se faça com o suporte da ciência lingüística**. Exige-se, assim, que a avaliação da norma-padrão resulte de uma recolha das pressões atuantes, o que só se faz com os princípios da ciência da língua: e que a avaliação imanentemente lingüística explique as ações, e que a avaliação sociocultural, legitimamente esclarecida pelas lições da ciência, responda pela valoração (NEVES, 2002, destaque nosso).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos que é apreciável que o revisor deve conhecer as várias correntes, posicionar-se bem dentro de um contexto, tendo em mente a exata variedade linguística com que lida em um determinado trabalho de revisão textual. E desenvolver o bom senso, repetimos, cada vez mais, dentro de um processo democrático de interação revisor-autor [...]. Trata-se do desenvolvimento necessário da visão crítica do revisor (COELHO NETO, 2008, p. 52).

Ao acumular diversas eras de tradição gramatical e escolher arbitrariamente determinados critérios de correção conforme o caso gramatical (e sem a adoção de uma consciência crítica diante da realidade linguística de seu tempo e dos problemas intrínsecos a essa tradição), diversos autores antigos e contemporâneos registra(ra)m, em suas obras, uma série de restrições e filtragens normativas que não contemplam as possibilidades corretas em uso no português atual.

Todo revisor de texto precisa (indispensavelmente!) desenvolver uma postura crítica diante de seus estudos e de suas consultas a obras gramaticais, não aceitando mecanicamente a prescrição estabelecida por um único autor apenas pela presunção de sua autoridade como gramático.

Falta ao leigo e até mesmo a vários profissionais de revisão textual a consciência de que os critérios de correção não nascem para (necessariamente) serem preservados em caráter definitivo e irrevogável, nem jamais foram sempre os mesmos desde que a gramática surgiu; a noção de que os critérios de correção surgem, somam-se, acumulam-se, contradizem-se e se misturam caoticamente e sem qualquer reflexão por parte de muitos dos que se apresentam como legisladores da língua; o discernimento de que prevalece na área profissional de revisão uma mentalidade filtrante e enrijecida que reproduz, de forma risível e robótica, a tradição sem considerar sua (des)atualização.

Se o revisor se apega exclusivamente a determinado autor e o toma como referência inquestionável e incontestável, aceitando suas prescrições sem análise e sem criticidade, independentemente de seu tempo de experiência, ele reproduzirá, tal qual seu mestre, a intransigência baseada na aplicação enrijecida de critérios (inadequados, pois não condizentes com os fatos linguísticos) de correção.

Manuais de redação e estilo devem ser lidos com cautela, restrição e criticidade, pois não servem de referência para esclarecimento de normalizações gramaticais; suas orientações (frequentemente filtrantes), quando muito, servem para instituir padronizações para determinadas instituições, conferindo-lhes uma estilística própria.

À exceção dos profissionais de instituições regidas por respectivos manuais de redação, revisores de texto e leigos devem dar prioridade para consultas a gramáticas normativas e obras de referência lexicográficas.

Dada a divergência de critérios entre as chamadas autoridades linguísticas, torna-se imprescindível realizar, *sempre*, a consulta a mais de uma obra de referência a fim de que seja obtido o melhor esclarecimento possível da dúvida em pauta. O conhecimento abrangente, minucioso e crítico sobre as mais diversas obras de referência confere mais *segurança* ao trabalho do revisor de textos, dotando-o de uma opinião segura e embasada.

Os casos aqui descritos mostram que, diante de variação ou mudança linguística em curso, devem-se acatar obras gramaticais que reconheçam e contemplem a atualidade da língua, isto é, os casos de variação ou mudança que se observam no âmbito da norma-padrão.

No âmbito dos critérios de correção, cada filósofo, filólogo e gramático soube sintetizar o pensamento e as tendências de suas respectivas épocas, construindo obras gramaticais devidamente influenciados e inspirados pelo contexto histórico, cultural, social e

político em que viveram. É preciso que os gramáticos de hoje adequem a norma-padrão de acordo com suas variações internas, já consolidadas na escrita.

Por mais questionável que seja a autoridade de professores e consultores de português como Pasquale Cipro Neto, Dad Squarisi, Sérgio Nogueira etc., diante do público leigo esses autores gozam de grande prestígio, portanto, são vozes de autoridade no circuito social e educativo. Assim sendo, a opinião deles influi consideravelmente na opinião do leigo em torno da língua, motivo pelo qual deveriam ser cooptados à causa. Entretanto, deve-se ter em mente a exata dimensão de seu papel, distinguindo sua função (junto aos usuários da língua) da de um gramático.

Lyons (1979) diz que “a Linguística, como qualquer outra ciência, constrói sobre o passado: não só desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as” (p. 3). Enquanto houver consenso ou apelo de uma maioria em torno da necessidade de uma norma-padrão, deve-se insistir, sempre, no aperfeiçoamento e na reformulação de nossa gramática normativa, bem como na eleição criteriosa de autores responsáveis pela — e competentes para a — normalização.

Assim, conclui-se que todos os critérios de correção aqui analisados (à exceção do critério purista) podem contribuir para a (constante) construção da norma-padrão do português brasileiro. O que se contesta não é o uso de qualquer desses critérios em si, mas sua aplicação arbitrária, parcial e irrefletida na gramática (e sem considerar o **uso** que consolida na variante **culta** do português!) por parte dos que pesquisam os fatos linguísticos e gozam de prestígio ou autoridade para prescrever ou informar a norma-padrão de uma geração.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5 ed. São Paulo: Global, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário escolar da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ALENCAR, José de. *O nosso cancioneiro*. Campinas: Pontes, 1993.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. São Paulo: Caminho Suave, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de questões vernáculas*. 2. ed. São Paulo: LCTE, 1994.
- AMARAL, Vasco Botelho de. *Novo dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Porto: Educação Nacional, 1943.
- ARAÚJO, Carolina. O clássico como problema. *Poiésis*: revista do programa de estudos contemporâneos das artes, Rio de Janeiro, UFF, ano 9, n. 11, p. 11-24, nov. 2007.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina*. 2. impressão. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. v. 2. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962.
- \_\_\_\_\_. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Dom Casmurro*. São Paulo: Nobel, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Esau e Jacó*. [20--?]. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2013. 12:35:47.
- \_\_\_\_\_. *Relíquias de casa velha*. v. 2. W. M. Jackson, 1942.
- AULETE, Francisco Júlio de Caldas [org. Paulo Geiger]. *Novíssimo Aulete contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- BAGNO, Marcos. *A Norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

- BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Loyola: 2000.
- \_\_\_\_\_. *Não é errado falar assim!* Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola: 2009.
- \_\_\_\_\_. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem – Estrela da manhã*. Madri: ALLCA XX, 1998.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. v. 29, Tomo 3, 1902, p. 303. Disponível em: <<http://www.casarui Barbosa.gov.br/scripts/scripts/rui/mostrafrasesrui.idc?CodFrase=580>>. Acesso em: 27 mai. 2012, 14:10:30.
- BARRETO, Mário. *Através do dicionário e da gramática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- BARROS, João de. *Crónica do imperador Clarimundo*. v. 2. Lisboa: Sá da Costa, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica da lingua portvgvesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.
- BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Estudo da língua portuguesa: textos de apoio*. Brasília: Funag, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Evanildo Bechara: depoimento* [set. 2004]. Entrevistador: Davi Miranda Monteiro. Brasília: UnB, 2004. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
- \_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa: curso médio*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- BERGO, Vitorio. *Erros e dúvidas de linguagem*. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1944.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BRITO, Ana M. et al. *Gramática comparativa Houaiss: quatro línguas românicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.



BRITTO, Luiz Percival. *A sombra do caos: ensino da língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

BRONOSKY, Marcelo Engel. *(Quase) Tudo sob controle: Estratégias de apropriação de manuais de redação por jornalistas em periódicos diários*. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)–Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

BUENO, Francisco da Silveira. *Português pelo rádio*. São Paulo: Saraiva & Cia., 1938.

\_\_\_\_\_. *Questões de português*. São Paulo: Saraiva, 1957.

CALVELO, Vasco Rodrigues de. Meus amigos, pese-vos do meu mal. In: *Cantigas medievais galego-portuguesas*. Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1001&pv=sim>>. Acesso em: 31 mai. 2012, 22:09:15.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. Lisboa: casa de Antonio Gôçalvez, 1572. Disponível em <<http://purl.pt/1>>. Acesso em: 15 out. 2013. 17 h 17 min 10 s.

CAPRINO, Mônica Pegurer. *Questão de estilo: estudo sobre o texto jornalístico e os manuais de redação*. 85 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social)–Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.

CARMELO, Luís de Monte. *Compendio de orthografia*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

CARVALHO, Castelar. *Dicionário Machado de Assis: língua, estilo, temas*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

\_\_\_\_\_. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASEVITZ, Michel; CHARPIN, François. A herança greco-latina. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

CASTRO, Marcos de. *A imprensa e o caos na ortografia*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

\_\_\_\_\_. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Nacional, 1997.

CIPRO NETO, Pasquale. *Nossa língua em texto e música: Pasquale explica*. São Paulo: Anasoft, 2005. 1 CD-ROM.

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 2. ed. Brasília: Senac-DF, 2008.

CORREIA, Ângela. *Biblos: enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*. V. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.

COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Niterói: EDUFF, 1991.

COSTA, José Maria da. *Manual de redação profissional*. 3. ed. Campinas: Millenium, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

\_\_\_\_\_. *Uma política do idioma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. [20--?]. Obra de domínio público. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Os%20Sert%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2013. 15 h 19 min 8 s.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

DIÁRIO CARIOCA. [195-]. Disponível em: <[www.diariocarioca.com.br](http://www.diariocarioca.com.br)>. Acesso em: 25 abr. 2012 14 h 37 12 s.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

ELIA, Sílvio. A língua literária (3). In: BECHARA et al. (Org.). *Na ponta da língua*. v. 4. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

\_\_\_\_\_. Foi-se Rocha Lima. In: BECHARA et al. (Org.). *Na ponta da língua*. v. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

ERMAKOFF, George. *Dicionário biográfico ilustrado de personalidades da história do Brasil*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desatando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FARIA Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA NETTO, Waldemar. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra, 2001.

FIGUEIREDO, Antônio Cândido de. *Falar e escrever: novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*. Lisboa: Livraria Clássica, 1941.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. O normativo e o não-normativo na gramática tradicional brasileira. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene. *Investigando a linguagem em uso: estudos em linguística aplicada*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_texto\\_c.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_c.htm)> Acesso em: 23 nov. 2012. 14 h 58 min 39 s.

\_\_\_\_\_. *Manual da redação*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

\_\_\_\_\_. *País quer quem fale bem a língua, diz FHC*. Seção Brasil, 24 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2411200706.htm>>. Acesso em: 15 out. 2012.

FONSECA, Arthur Arezio da. *Revisão de provas typographicas*. Bahia: Imprensa Oficial, 1925.

FREIRE, Francisco José. *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Sociedade. propagadora de conhecimentos gerais úteis, 1842.

FREIRE, Laudelino. *Linguagem e estilo*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937.

\_\_\_\_\_. *Sintaxe da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. 2. ed. São Paulo: Global/Fundação Gilberto Freyre, 2006.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GÂNDAMO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Texto modernizado e notas por Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GARCIA, Luiz. *Manual de redação e estilo*: O Globo. São Paulo: Globo, 2000.

GIBSON, Clare. *Como compreender os símbolos*: guia prático sobre simbologia nas artes. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

GOMES, Valéria Severina. *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos*: da forma ao sentido. New York: De Gruyter, 2010.

GRAÇA, Heráclito. *Fatos da linguagem*: esboço crítico de alguns assertos do sr. Cândido de Figueiredo. 3. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Para uma história dos estudos sobre linguagem. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 8, p. 115-127, 2002.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*: grega e latina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HENRIQUES, Cláudio César. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

\_\_\_\_\_. O cânone lingüístico-literário na Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara. *Idioma*, 20. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro/UERJ, 9. 25-36, 1998.

\_\_\_\_\_. O cânone lingüístico-literário segundo a gramática normativa da língua portuguesa, de Carlos Henrique da Rocha Lima. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 2, p. 11-8. Rio de Janeiro, ABF, 2003.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

IDA, Manuel Said Ali. *Difficuldades da língua portuguesa*: estudos e observações. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.

KURY, Adriano da Gama. A linguagem dos pré-modernistas. Alguns problemas na fixação dos textos. In: CARVALHO, José Murilo et al. *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

\_\_\_\_\_. *Para falar e escrever melhor o português*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1945.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*: dirigida a el Rei Dom Philippe o II. de Portugal nosso Senhor. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

LEITE, Marli Quadros. A construção da norma linguística na gramática do Século XVIII. *Alfa – Revista de linguística*. São Paulo, 55, n. 2, p. 665-684, 2011.

LEITE, Marli Quadros. Língua falada: uso e norma. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada - variações e confrontos*. Projetos paralelos - NURC/SP (núcleo USP) nº 3. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI. In: URBANO, Hudinilson et al. (Org.). *Dino Preti e seus temas*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Humanitas; Paulistana, 2007.

\_\_\_\_\_. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1999.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 46 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.

LUFT, Celso Pedro. *ABC da língua culta*. São Paulo: Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Dicionário prático de regência verbal*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática brasileira*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.

MACHADO, José P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1956.

MACHADO, Josué. Bujão ou botijão?. *Folha de S. Paulo*. Caderno Cotidiano. São Paulo, 19 jun. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/19/cotidiano/11.html>>. Acesso em: 23 ago. 2012. 17 h 32 min 2 s.

\_\_\_\_\_. *Manual da falta de estilo*. 3. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

MALACA, João Casteleiro. Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII. In: *Boletim de filologia*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, tomo XXVI, p. 101-110, 1980-1981.

MALMBERG, Bertil. *A língua e o homem: introdução aos problemas gerais da lingüística*. Rio de Janeiro: Nórdica; São Paulo: Duas Cidades, 1976.

MARIANI, Bethânia. A Redação do Código Civil: Polêmica Linguística, Jurídica ou Política? In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos (Org.). *Políticas da norma e conflitos lingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.

\_\_\_\_\_. Colonização lingüística e efeitos de memória. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 12, p. 9-19. Campinas: Unicamp, 2003.

- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*: v. 1 (1550-1794). 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_. *História da inteligência brasileira*: v. 5 (1897-1914). 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo*. 2. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1992.
- MELO, Carlos Augusto de. As histórias literárias do cônego Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro. *Terra roxa e outras terras*: revista de estudos literários, v. 9, 2007, p. 57-68.
- MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MENDES, Gilmar Ferreira; FORSTER JÚNIOR, Nestor José. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. Brasília: Presidência da República, 2002.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- MONTEIRO, Davi Miranda. *Entre a norma e o uso: a dupla pronúncia da palavra “algoz”*. Trabalho final da disciplina Morfologia do Português Contemporâneo. Brasília: Uniceub, 2011.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- MORENO, Cláudio. *Guia prático do português correto*: morfologia. v. 2. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- NASCENTES, Antenor. *O problema da regência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- \_\_\_\_\_. O uso lingüístico e a noção de certo e de errado. *Revista estudos linguísticos* (GEL). São Paulo, v. 31, 2002. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/aconfere.htm>>. Acesso em: 9 maio 2012. 12 h 31 min 4 s.
- NOGUEIRA, Júlio. *Programa de português*: 3ª série secundária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 212.
- NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Repensando o conceito de “correto” na linguagem. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, ano 3, nº 3, p. 65-71, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que é linguística*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PADLEY, G. A. *A norma na tradição dos gramáticos*. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 2, jul.-dez. 1998. Campinas: Pontes Editores, 1998.

PIRES, Antônio. Uma enviada da capitania de Pernambuco. 2 ago. 1551. In: HUE, Sheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]*. Tradução, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PIRES, Marco Aurélio Dias (Org.). *Manual do editorial do Ipea*. 2. ed. Brasília: Ipea, 2011.

POSSENTI, Sírío. *Se Veríssimo escreveu...* Blog do Sírío. 28 fev. 2008. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2008/02/28/se-verissimo-escreveu>>. Acesso em: 12 mar. 2012. 11 h 37 min 12 s.

QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Obra de domínio público. [20--?]. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000181.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2013. 9 h 42 min 29 s.

REIS, Carlos. *Biblos: Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*. v. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticae: ou, nova grammatica portugueza*. 2. ed. Salvador: Estabelecimento dos dois mundos, 1915.

\_\_\_\_\_. *Tréplica a redacção do Projecto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa*. 4. ed. Salvador: Progresso, 1905.

RIBEIRO, João. *A língua nacional: notas aproveitáveis*. São Paulo: Monteiro Lobato e cia., 1921.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil*. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

ROGER, Jérôme. *A crítica literária*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

SACCONI, Luiz Antônio. *Dicionário de dúvidas, dificuldades e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Harbra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Geração, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nossa gramática completa Sacconi*. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do districto diamantino*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

SCARTON, Gilberto. Concepções de Língua e Reflexos na Prática do Professor. In BOCCHESI, Jocelyne da Cunha (Org.); BINS, Jussara Ferreira (Org.). *Ressignificando a prática do ensino de línguas: a valorização da docência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SILVA, A. M. Sousa e. *Dificuldades sintáticas e flexionais*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.

SILVA, Antônio Martins de Aguiar e. *Notas e estudos de português*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SILVA, Luciano Correia da. *Manual de linguagem forense*. São Paulo: Edipro, 1991.

SILVA, Maurício; ARAKAKI, Nancy. Bechara linguista: alguns fundamentos linguísticos da teoria gramatical de Evanildo Bechara. In: PALMA et al. *Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2008.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SILVA, Sergio Nogueira Duarte. *O português do dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

\_\_\_\_\_. Temas Polêmicos. In *Dicas de português*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/portugues/2010/10/>>. Acesso em: 16 fev. 2012 14 h 39 min 15 s.

SILVA, Vítor Manuel Pires de Aguiar e. Para uma interpretação do classicismo. *Revista de História Literária de Portugal*, ano 1, v. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa: segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987.

SQUARISI, Dad. *Manual de redação e estilo*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.

\_\_\_\_\_. *Manual de redação e estilo para mídias convergentes*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

TAVARES, Mariza (Org.). *Manual de redação CBN*. São Paulo: Globo, 2011.

TODOROV, Tzvetan; DUCROT, Oswald. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1977.



TORRES, Amadeu. O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa. In: *Linguística histórica e história da Língua Portuguesa*: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004, pag. 385-395. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6298.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2012, 15 h 15 min 30 s.

VASCONCELLOS, J. Leite. *Textos archaicos*. 2. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1907.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13. Lisboa: Dinalivro, 1926.

VASCONCELOS, Sérgio Paulo Gomes de. Considerações sobre os manuais de redação e estilo: a concordância. In: *VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2003, Rio de Janeiro. Cadernos do VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-06.html>>. Acesso em: 25 set. 2012.

VEJA. *Uma questão de estado*. Carta ao leitor. Ed. nº 1999, 14 mar. 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/140307/cartaleitor.shtml>>. Acesso em: 16 mai. 2012. 1 h 21 min 50 s.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro*: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIZEU, Alfredo. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 163-177, 2. sem. 2008.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários*: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

YAGUELLO, Marina. Não mexe com minha língua!. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE PREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**  
**(amostra: revisores formados em Letras e com tempo de experiência inferior a cinco anos)**

**QUESTÃO 1**

Quanto à aplicação da norma-padrão em textos técnicos, acadêmicos e científicos, que tipo de publicação você **prefere** consultar para sanar dúvidas de gramática? **(Marque apenas uma opção.)**

- 1) não consulto nenhum tipo de obra
- 2) não tenho preferência
- 3) livros de dúvidas de português (Pasquale Cipro Neto, Dad Squarisi, Sérgio Nogueira etc.)
- 4) *sites e blogs* com dicas de português
- 5) manuais de redação e estilo (Estadão, Folha de S. Paulo etc.)
- 6) gramáticas normativas
- 7) dicionários (impressos ou virtuais)
- 8) dicionários de dificuldades da língua portuguesa

**QUESTÃO 2**

Quanto à aplicação da norma-padrão em textos técnicos, acadêmicos e científicos, quando você consulta mais de um tipo de fonte para sanar dúvidas de gramática, que tipo(s) costuma utilizar? **(Marque quantas opções desejar.)**

- 1) não consulto mais de um tipo de fonte
- 2) não consulto nenhum tipo de fonte
- 3) livros de dúvidas de português (Pasquale Cipro Neto, Dad Squarisi, Sérgio Nogueira etc.)
- 4) *sites e blogs* na internet com dicas de português
- 5) manuais de redação e estilo
- 6) gramáticas normativas
- 7) dicionários (impressos ou virtuais)
- 8) dicionários de dificuldades da língua portuguesa

**QUESTÃO 3**

Que tipo(s) de obra de referência\* você **possui** para sanar dúvidas de gramática?

- 1) manuais de redação e estilo
- 2) dicionários (impressos ou virtuais)
- 3) livros de dúvidas de português (Pasquale Cipro Neto, Dad Squarisi, Sérgio Nogueira etc.)
- 4) gramáticas normativas
- 5) dicionários de dificuldades da língua portuguesa

**QUESTÃO 4**

Havendo disponibilidade de tempo para tirar suas dúvidas durante uma revisão textual, **geralmente** você:

- 1) considera suficiente consultar apenas uma única obra
- 2) considera suficiente consultar duas obras
- 3) consulta três obras ou mais
- 4) não consulto nenhuma obra durante uma revisão

\* Obra de referência é “o documento que permite obter rapidamente uma informação ou referências de fontes de informação sobre um assunto determinado; obra de consulta. São obras de referência os dicionários, enciclopédias, manuais, guias, bibliografias, etc. A obra de referência é consultada apenas para se obter ajuda ou informação sobre um tópico e não para ser lida na totalidade” (FARIA; PERICÃO. *Dicionário do Livro*, 2008, p. 529).